



preocupação muito grande dessa ponte. Eu cansei de chegar lá e dizer: meu Deus do céu e se essa ponte cai, o que é que a gente vai fazer, meu Deus do céu como é que tá isso aí. Havia essa preocupação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Eles registravam esses...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Ah, aí eu não sei te dizer. Aí é... Aí eu não tinha acesso lá. Mas que eles *n* vezes demonstraram a preocupação com o conserto da ponte, demonstraram.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E alguma vez teve algum aditivo por falta de não ter acompanhado o recurso daquele inicial?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Olha, houveram aditivos, como eu falei no começo aqui. Na época da inflação tinha que ter, porque não tinha, não tinha outro jeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Só por inflação, mas...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, não, e tiveram, tiveram aditivos que foram por aumento de serviço. Esse último contrato que nós tivemos aqui, que foi para recuperar os 500 metros de acesso da ponte, que trocamos as longarinas, fizemos todo aquele serviço, pintamos a ponte que ficou perfeita, totalmente recuperada e restaurada, teve um aditivo, teve um aditivo acho que coisa de 13%, uma coisa assim, 14%, e nem se gastou tudo isso, nem foi gasto tudo isso. Mas foi porque o dinheiro que estava previsto não chegou a que a gente pudesse terminar o acesso, porque o objetivo dessa primeira fase...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Mas não estava no contrato inicial?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, não estava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Foi acrescido?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Foram coisas que apareceram no meio que precisou fazer, então aí foi acrescido. Porque o objetivo dessa



fase um era que a empresa que ganhasse a troca do, do, das barra de olhal, a recuperação do vão central, ela pudesse ter acesso com seus equipamentos pelos dois lados. Por isso eu acho que, inteligentemente, coisa muito correta, os técnicos do DER dividiram em duas fases. Porque é assim, eles faziam essa primeira fase, recuperavam a ponte toda e quem ganhasse a obra teria acesso pelas... pela Ilha, pelo Continente à obra, senão só ia poder iniciar o serviço dele depois que ele achasse, acertasse o caminho pra chegar lá.

Quando nós estávamos terminando isso, teve que pôr madeira em cima porque ia entrar guindaste, tudo isso, foi feito uma estrada de madeira, faltou dinheiro, foi mais... apareceu mais coisa pra trocar, pra fazer do que tava previsto, então foi feito um aditivo, um aditivo de... como eu disse, 13, 14%, uma coisa assim. E aí esse aditivo foi feito, foi terminado o serviço, sobrou dinheiro do aditivo, tinha tido alguma folga, e esse dinheiro não foi faturado, ficou lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – O.k., obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Mais algum Deputado?

Com a palavra o Deputado Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Boa noite, senhor Raul.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Sargento Lima, Deputado Estadual.

Gostaria de fazer uma pergunta para o senhor, e tentasse ser bem assertivo nas respostas. Até agora, dos depoentes que a gente escutou até aqui, o senhor foi o único que conseguiu se lembrar de alguma coisa realmente. Os demais chegaram aqui e de nada se lembram, e quero parabenizar o senhor por isso.



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Só desculpa, desculpa lhe interromper.

O Paulo Aguiar que esteve aqui, o Paulo Aguiar foi nosso sócio até 1988 e ele nunca veio aqui, ele nunca participou da empresa, ele era um sócio, ele tinha capital na empresa. Então ele realmente não sabe nada disso. O Roberto que teve aqui sempre foi o administrativo, ele não tem o conhecimento técnico pra isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Não, porque a gente fez perguntas também que são relativas a contratos e realmente o técnico não está celebrando contratos diante da empresa, nem contratando pessoas. O técnico faz essas respostas justamente que o senhor está fazendo.

Durante todo esse período em que o senhor prestou serviço para a ponte, com exceção dos dois anos em que a ponte foi assistida pela empresa Vivenda, alguém do Estado, seja funcionário público, representante do governo, alguém procurou o senhor nessa época para pedir doações para campanha ou então para alguma obra filantrópica...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — ...alguma coisa nesse sentido?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Não.

Alguém no Estado, seja do Executivo, do Legislativo, procurou o senhor desse momento para lhe oferecer algum tipo de proposta ilícita, que o senhor considerava dessa forma, durante todos esses anos?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — O.k., muito obrigado. Era só isso.



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Até porque, veja bem, a característica dessa obra era uma obra... que, não, não, não tinha o que inventar lá dentro, mas nunca aconteceu nada disso, de forma nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Era só (*inaudível*).

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu posso lhe dizer que sempre fomos tratados aqui pelo governo do Estado com a maior lisura, por todos os Governadores que entraram aqui. Nunca aconteceu nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não há manifestação do Deputado Fernando, nem do Deputado João Amin, nem da Deputada Luciane Carminatti.

Senhor Raul, eu tenho duas ou três perguntas, na seguinte condição: o contrato que a Roca tinha com a Ponte Hercílio Luz era o único contrato que a empresa tinha com o governo de Santa Catarina?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Durante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E se tinha outros, quais esses outros contratos?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Veja, nós tivemos aqui contratos com a Prefeitura...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não, com o governo do Estado de Santa Catarina.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, eu tô tentando lembrar agora aqui, fizemos... Agora... é, era a Prefeitura, as passarelas foram com a Prefeitura, e nós tivemos um contrato de emergência que nós fizemos quando deu aquela chuvarada na região de Joinville, aquilo, nós fizemos duas ou três pontinhas lá na emergência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor falou que...



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não estou lembrado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...no dia do incêndio da ponte...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Ah, sim, desculpe, nós trabalhamos lá, nós trabalhamos naquela ponte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Foi feito um contrato específico para isso?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Foi uma emergência, nós tivemos que correr lá pra trabalhar na emergência, mas lá nós fizemos esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor sabe me responder se o contrato que a empresa tinha com o governo do Estado da Ponte Hercílio Luz, o valor do contrato, correspondia a quantos por cento do faturamento da sua empresa?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Olha, nós fizemos uma estimativa aqui e nesses anos todos, tirando esse contrato final da fase um, que foi um contrato grande, a nossa... a nossa média de faturamento, jogando pra data de hoje, tô dando números aproximados, seria em torno de duzentos e poucos mil reais por mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Corresponde a quantos por cento do faturamento?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Corresponde ao nosso faturamento... o nosso faturamento é de... nós faturamos R\$ 4 milhões ou R\$ 5 milhões por mês, então não é um valor representativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k., eu me dou por satisfeito.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — E desculpe, só mais um... só acrescentar uma coisa: foi isso que nos permitiu passar às vezes seis meses sem receber. Se fosse um valor muito representativo, eu não tinha aguentado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, não havendo mais quem queira se manifestar, dou por encerrada a ouvida da testemunha Raul Ozorio de Almeida.

Agradeço a vossa senhoria, igualmente ao senhor advogado, e peço à assessoria que acompanhe até a porta da saída a testemunha.

(O senhor Raul Ozorio de Almeida deixa o recinto.)

Também não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e boa noite para todos. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

[Transcrição: Janis Joplin Leite / Revisão: Clovis Pires da Silva]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE
FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS
NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS
LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A
ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2019, ÀS 9H30MIN,
NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhora Deputada, senhores Deputados, muito bom-dia. Quero também dar o meu bom-dia a todas as senhoras e a todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como às senhoras e aos senhores ouvintes da Rádio Digital Aleesc, e também às senhoras e aos senhores que se fazem presentes na reunião de hoje.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga eventuais ilicitudes na reforma da Ponte Hercílio Luz. A ata da reunião passada será distribuída agora pela manhã aos senhores Deputados para discussão e aprovação na reunião seguinte.

Sua excelência, o senhor Deputado Bruno Souza, encaminha a cada um dos senhores Parlamentares, membros desta Comissão, uma informação sucinta acerca dos depoimentos feitos até a presente data, a qual vossas excelências acabaram de receber.

Também na pauta está o acusamento do recebimento do Ofício 240/2019, enviado pelo senhor Carlos Hassler, que é o presidente do Deinfra em exercício. Vou despachar ao senhor Relator para as providências.

Havíamos decidido na reunião anterior fazer a convocação de quatro pessoas para, na condição de testemunhas, prestarem depoimento no dia de hoje. Dessas quatro pessoas, a assessoria nos informa que o senhor Carlos Alberto Schneider não foi localizado no endereço que temos de sua senhoria. Portanto, fica prejudicada a presença do senhor Carlos Alberto Schneider no dia de hoje. E solicito à assessoria que procure se atualizar ou atualizar o endereço para que possamos fazer uma próxima convocação.

Nós temos hoje a ouvida do senhor Edison da Rosa, do senhor Paulo de Tarso Mendonça e do senhor Eduardo Fancello. Conforme acordado com o Relator da CPI, serão ouvidos os três ao mesmo tempo. Solicito a presença dos três aqui na mesa, para os quais já temos os lugares



reservados, por gentileza, e, se estiverem acompanhados de advogados, eles também poderão fazer parte da mesa.

(Os depoentes Edison da Rosa, Paulo de Tarso Rocha Mendonça e Eduardo Alberto Fancello tomam assento à mesa dos trabalhos.)

Aqui estão o senhor Edison da Rosa, o senhor Paulo de Tarso e o senhor Eduardo. Vamos, então, começar com o senhor Edison, em seguida o senhor Eduardo e, depois, o senhor Paulo de Tarso. Solicito que cada um forneça a Carteira de Identidade para que se possa tirar uma fotocópia.

Vou solicitar a cada um de vossas senhorias que, no microfone, diga o nome, a idade, a profissão e o endereço residencial, bem claro, para que a nossa taquigrafia possa fazer o devido registro. Bem próximo ao microfone, por favor.

Então vamos começar com o senhor Edison da Rosa.

O SR. EDISON DA ROSA — O meu bom-dia a todos, inicialmente, né? Nós vamos então apresentar todo o trabalho que a gente tem desenvolvido dentro de um setor da universidade — a gente não tá representando a universidade como um todo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vamos direto: o nome do senhor, a data de nascimento, a profissão e o seu endereço residencial.

O SR. EDISON DA ROSA — Perfeito. Então, Edison da Rosa, 28 de abril de 1950, Rua João Meirelles 544, apartamento 304. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Sua profissão?

O SR. EDISON DA ROSA — Engenheiro, engenheiro mecânico.
[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vamos ao senhor Eduardo Fancello.



O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Eduardo Alberto Fancello. Idade: 55, 8 de março de 64. Profissão: engenheiro mecânico. Endereço: rua Itapiranga, 235, Bairro Itacorubi, Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor Paulo de Tarso.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Oi... Paulo, ã... Paulo de Tarso Rocha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Tem outro microfone ali, ó... Por gentileza. É só ligar.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – É...

Paulo de Tarso Rocha Mendonça. É... 4 de maio de 1958. ã... rua João Pio Duarte, 404, Florianópolis. Ah, bom... é... engenheiro mecânico, professor de Engenharia Mecânica na universidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores, vossas senhorias têm conhecimento do porquê estão aqui?

(Os depoentes Edison da Rosa e Eduardo Alberto Fancello gesticulam afirmativamente com a cabeça.)

Tomaram conhecimento. Receberam o ofício, deram ciência.

Gostaria de ter o compromisso de vossas senhorias no sentido de que falarão a verdade, somente a verdade, no dia de hoje. Digam sim, por exemplo, no microfone, por favor.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Sim

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Primeiro um, dois e três.

O SR. EDISON DA ROSA – Sim.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO - Sim.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vou passar a palavra ao Relator da CPI, o eminente Deputado Bruno Souza, para que ele possa, a partir de agora, conduzir. Mas, antes, Deputado Bruno, para ciência dos senhores Deputados, gostaria que vossa excelência, já que é a primeira vez que nós vamos ouvir três pessoas ao mesmo tempo, dissesse qual é a dinâmica que solicita seja feita. Então...

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Muito obrigado. Vossa excelência poderia ocupar o... (r) microfone.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Deputado João Amin, eu me lembro.

Vossas senhorias têm o direito de ficar calados. Perfeito? Se desejarem, se não quiserem responder qualquer pergunta feita pelos senhores Deputados, vossas senhorias poderão ficar calados também. Mas que falem de forma mais sucinta, uma fala verdadeira e tudo será gravado e registrado.

Deputado Bruno, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom dia. Bom dia aos membros, bom dia a quem nos assiste, bom dia também aos nossos três convidados de hoje.

Na verdade, Presidente, a dinâmica... Eu vou fazer primeiro as perguntas ao senhor Edison, as primeiras perguntas são relacionadas a ele pelo fato de que ele é a única testemunha que estava presente nos primeiros contratos. Na sequência, as perguntas serão direcionadas a todos os três, porque todos os três participaram dos contratos seguintes.

Apenas para conhecimento dos membros da CPI, nós hoje vamos falar com o senhor Edison da Rosa, que é professor e pesquisador da UFSC e no ano de 83 integrou a comissão da UFSC que mantinha um contrato



com o DER/Deinfra sobre assuntos relacionados à Ponte Hercílio Luz. A comissão e seus respectivos membros foram designados pelo professor Longuinho da Costa Machado Leal. No ano de 97 ele também fez parte da comissão da UFSC que realizou um estudo de solução técnica para a recuperação da estrutura, com base no Convênio 897/97.

O senhor Paulo de Tarso Rocha Mendonça é professor e pesquisador também da UFSC. No ano de 1997 fez parte da comissão da UFSC que realizou esse mesmo convênio de solução técnica para a recuperação da estrutura. E o senhor Eduardo foi convidado também porque, professor e pesquisador da UFSC, também fez parte da comissão em 1997 sobre os estudos técnicos para a recuperação da estrutura da Ponte Hercílio Luz.

A presença dos senhores aqui é fundamental. Nós estamos tentando fazer uma reconstrução desse complexo emaranhado de situações e tentando dar algum tipo de resposta e ilustrar o que... conseguir demonstrar o que aconteceu ao longo dessas décadas todas. Então agradeço a presença dos senhores.

Eu vou fazer as perguntas, como eu falei as primeiras perguntas são relacionadas ao senhor Edison, que estava presente à época, os outros não teriam, claro, como respondê-las.

Presidente, posso?... [Transcrição: Rafael de Souza Milke]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra vossa excelência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Edison, em 83 o senhor foi designado para integrar a comissão que mantinha contato com o DER, atual Deinfra, sobre assuntos relacionados com a Ponte Hercílio Luz, tendo sido apresentado orçamento ao DER. O senhor recorda desse fato?

O SR. EDISON DA ROSA – Bom, de uma forma geral, certo, eu gostaria, digamos assim, de primeiro contextualizar, né, o que nós temos



apresentando, o que nós temos hoje de documentação para submeter, certo?

Então, desde que nós fomos convocados, quer dizer, eu recebi a documentação, o ofício de convocação pra comparecer, né, hoje a essa Comissão, certo, finalzinho de segunda-feira, né, final de tarde de segunda-feira. Então, o que a gente conseguiu juntar de material à época, certo, eu vou deixar com vocês, certo? É esse volume todo aqui, certo? (*Aponta para documentos a sua frente.*) Aqui tem material justamente dessa época, lá de 83, ou seja, são 36 anos já, certo? Então por sorte a gente conseguiu ainda resgatar alguma coisa.

Tem outros trabalhos que foram desenvolvidos em 87, 89 e 90 que eu não me recordo que tu tenhas citado, certo? Eu acho que talvez, né, alguns documentos, algumas informações talvez não tenham sido resgatadas, né, ou conseguidas, né? Então tem material aqui também, certo? Tem alguma cópia de alguma minuta de contrato que a gente conseguiu localizar, certo? Tem um contrato que foi, inclusive, assinado, tem cópia. Tem cópia de umas quatro ou cinco atas de reunião que realizamos junto ao DER, certo? Em várias atas, certo?

Então eu gostaria de deixar inclusive com os membros da Comissão essa relação de material que nós tamos deixando neste momento, certo? E eu gostaria de historiar rapidamente sobre esses documentos, no sentido de contextualizar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Se o Relator concordar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Brevemente, se for possível, porque nós temos...

O SR. EDISON DA ROSA – É coisa de um...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...uma relação de perguntas aqui.



O SR. EDISON DA ROSA – Ã-hã, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ou talvez...

O SR. EDISON DA ROSA – Eu acho que contextualizando, digamos, essa visão de conjunto, eu acho que fica mais fácil, né, talvez entender esses aspectos mais pontuais, certo? Então, algumas perguntas inclusive talvez venham até a ser respondidas automaticamente. Perfeito? Então, eu gostaria de repassar...

(O senhor depoente Edison da Rosa entrega ao Presidente da CPI, Deputado Marcos Vieira, os documentos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Solicito que a assessoria faça a distribuição.

O senhor vai me dar isso aqui já? (Dirige-se ao senhor Edison da Rosa.)

O SR. EDISON DA ROSA – Isso aqui eu vou utilizar um pouco ainda. Ao final eu posso lhe repassar, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O.k. Então, de forma sucinta, o senhor contextualizará.

O SR. EDISON DA ROSA – Certo, então. Bom, então dando início, né, os documentos apresentados nesse volume, né, eles têm então, digamos assim, três grandes blocos. Um primeiro, que seria uma breve introdução, onde tem justamente esse índice e um histórico que foi elaborado pelo professor Paulo de Tarso - talvez ele gostaria, quando for a vez dele, talvez de apresentar esse documento, que mais ou menos também faz um resumo, digamos, do envolvimento que se teve ao longo do tempo. Certo?

O segundo conjunto de documentos, né, que seria esse bloco maior, ele efetivamente são os trabalhos que foram realizados pelo grupo de análise e extensões, que é o grupo ao qual nós pertencemos, que à época, então, tava de um ou de outra forma mais envolvido, né, com a questão de



problemas relacionados com a estabilidade, com a segurança da Ponte Hercílio Luz. Perfeito? Nesses trabalhos, eles são parte do que a universidade fez. O que eu quero dizer é que teve, tiveram outros trabalhos que foram realizados pela universidade, certo, alguns a gente participou, digamos assim, como colaborador, que foi um primeiro trabalho que tá colocado, inclusive, que é o item 1.1, lá de 1983 inclusive, que foi esse que tu citasse, ao qual o professor Carlos Alberto Schneider também participou, certo? Só que infelizmente ele não foi localizado e não se encontra presente hoje, no momento, O.k.?

Depois nós temos então vários trabalhos que foram realizados, né, 89, perfeito? Então esse trabalho todo ele começou, e isso encontra-se no último bloco, que é o item 2.1, muito provavelmente você deve ter tido acesso, que é o relatório do IPT. Foi o primeiro relatório que foi realizado, então, com relação ao estado da ponte e a partir daí se desenvolveu todo, né, o problema de interdição da ponte e assim por diante, certo? Esse relatório se encontra aqui também, tá? *[Transcrição: Ana Clara Mota]*

Então, esse relatório de 81, perfeito, ele desenvolveu, né, levou a esse problema... Em 82, eu não tenho exatamente a data em que ocorreu, que foi a detecção justamente daquela barra de olhal rompida, justamente na parte bem superior da torre do lado Ilha, o.k., que comprovou, digamos assim, que a ponte teria, digamos, realmente um certo risco, né, embora de uma forma, eu diria, digamos assim, um pouco mais tranquila, né, entre aspas, evidente, tá, do que a ponte que rompeu nos Estados Unidos, a Point Pleasant, perfeito, pela diferença que no caso da Point Pleasant toda a cadeia de barras de olhal era feita com duas barras em paralelo, né? Então eram duas barras conectadas com pinos, mais duas e assim sucessivamente. O que aconteceu é que foi a ruptura de uma dessas barras e foi uma ruptura integral, né, o elo ele se rompeu de uma maneira integral e isso provocou uma instabilidade na união e essa instabilidade levou com que o pino escorregasse e aí, efetivamente, desmontando, né, a ponte.



Então, um dos trabalhos que se fez em 83, que é o 1.1., que foi justamente esse ponto, tá, é estudar se ocorresse uma ruptura similar, pelo fato que a nossa ponte aqui, a Hercílio Luz, ela tem quatro barras sendo conectadas em cada montagem, certo, se essa falha de uma das barras levaria, digamos, à instabilidade da união. Se ocorresse a instabilidade da união, de forma similar como ocorreu com a Point Pleasant, nós teríamos, então, realmente, né, a desmontagem dessa junção e, obviamente, né, a instabilidade da ponte como um todo, tá? Então esse primeiro trabalho ele foi com esse foco, perfeito? Tá?

Na sequência se tem vários trabalhos de, né, seis anos após, em 89 e 90, perfeito, onde se tava começando a analisar formas alternativas, digamos, de como poderia se... digamos assim, manter a ponte em operação, ou seja, fazer uma recuperação dela, né? Então um dos pontos que tava discutido aqui é a redução de peso próprio, onde o principal aspecto era a redução do peso do piso, ou seja, a substituição daquele piso de asfalto, que tem toda uma estrutura por baixo, certo, por um sistema mais leve na forma de gradis, ou seja, um sistema de grades, o.k., que seria colocado em substituição ao asfalto. Então isso aí que representaria... não tô bem lembrado agora de dados, né, que isso aí foi um trabalho também, né, mais de trinta anos atrás, perfeito, alguma coisa em torno de umas 400 toneladas de peso próprio da ponte, perfeito? Isso, obviamente, aliviaria, né, todo o *stress* que a estrutura tá suportando em função do peso dela, tá o.k.?

Na sequência se desenvolveu alguns trabalhos, que aí culmina, né, com o trabalho de 97, que era uma estratégia de recuperar a capacidade de tráfego da ponte de uma forma relativamente simples, onde essa estratégia, né, que tá detalhada depois, né, inclusive nós temos um documento que é um dos... uma da parte, né, um volume dos relatórios finais, certo, que o relatório final, digamos, o trabalho todo foi alguma coisa da ordem de oito volumes de pesquisa. Então foi efetivamente 97... Foi um trabalho bastante extenso, o.k., e a estratégia seria de se colocar, além das quatro barras originais, mais duas barras de reforço, certo? Uma em cada lado externo da



estrutura, o.k., de tal maneira que essas barras de reforço elas pudessem aliviar as solicitações que estavam atuando nas barras atuais, certo?

Então, à época, um dos primeiros pontos foi recuperar toda a geometria para se poder fazer um modelo de simulação da estrutura da ponte. Um outro aspecto foi uma coletânea de dados do grau de corrosão e do grau de comprometimento das barras de olhal, certo? Então, o que foi feito foi nos principais pontos, ou seja, nos pontos mais deteriorados por corrosão das barras de olhal foram efetuados moldes em gesso para se recuperar, resgatar a geometria da parte corroída - pra se ter uma ideia, digamos assim, de qual é a redução diária que nós teríamos, né, a área resistente da barra, em função dessa corrosão. Então isso foi feito também nos pontos mais críticos da, da estrutura. Perfeito? *[Transcrição: Bruna Maria Scalco]*

Bom, a colocação dessas barras de reforço, aí que tá exaustivamente detalhado nesses relatórios, elas têm uma grande dificuldade técnica, que é o fato que as barras hoje... Hoje não, né, à época instaladas, perfeito, elas estão sobre fortes esforços de tração. Isso quer dizer que o material ele tá dilatado, certo, ele tá um pouco maior do que o comprimento original sem carga. Como nós vamos colocar barras de reforço, elas não estão tracionadas, então a gente não vai conseguir colocar elas. Se colocar exatamente na posição que elas tão, elas não vão fazer força nenhuma, ou seja, só vão contribuir com peso, sem resgatar, sem conseguir contribuir na distribuição de esforços. Perfeito? Então a estratégia que foi adotada é: quando da instalação, fazer um aquecimento prévio das novas barras no sentido que elas se dilatassem, né, conseguissem ser montadas e quando do resfriamento, aí elas começavam a pegar carga, né? Tem uma série de outros detalhes evidentemente, mas é o que foi feito.

Adicionalmente o problema passa a ser de... durante esse processo, que é um processo, digamos assim, razoavelmente delicado, né? Eu me lembro numa das reuniões inclusive foi comentado: não, isso aí que vocês estão querendo fazer é pegar um castelo de cartas, tirar uma e colocar



outra, né? Certo? Obviamente não é bem isso, mas se durante esse processo ocorre, por exemplo, a ruptura de uma barra, a ruptura de um dos pendurais que sustentam, o que que isso teria de efeitos. Então todo um, um trabalho de simulações pra avaliar essas situações, digamos, críticas que poderiam ocorrer, né, durante todo esse processo de substituição dos pendurais, que eles seriam integralmente substituídos e de colocação das barras de reforço. Então, isso de uma forma resumida, é o que foi desenvolvido, né, ao longo do tempo, certo, com um foco principal justamente nesse trabalho de 97.

Adicionalmente, nós temos, na última parte aqui desses documentos, alguns outros relatórios que nem esse do IPT que a gente já comentou, né, alguns relatórios da Steinman, na época de 82 e 83, certo, e um relatório mais recente que foi realizado, né, com a... um contrato com a Roca e o DER e a Cerne Engenharia, perfeito, que é um relatório também que eu considero interessante, que pode dar muitos subsídios aí pra Comissão também, pros senhores.

Obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Obrigado, senhor Edson.

O senhor falou que realizou um trabalho para a retirada do asfalto da ponte. É isso?

O SR. EDISON DA ROSA — Isso, né...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E isso foi em 89, se não me engano?

O SR. EDISON DA ROSA — É, 89 e 90. Certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. E esse trabalho foi feito por meio de convênio com o DER?



O SR. EDISON DA ROSA — Olha, aí entra nessa questão, digamos que, né, que a gente tem os trabalhos mais novos, que é esse de 97, né, já faz mais de vinte anos aí que a gente tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, mas esse de 89?

O SR. EDISON DA ROSA — Sim, sim, só tô querendo colocar no geral.

Então as informações, digamos, que a gente conseguiu resgatar é o que tá aqui, certo? Então a gente não tem informações completas. Agora, se foi um convênio, se foi um contrato, alguma coisa... que nem eu comentei, tche, ele tá introduzido aqui. Então especificamente nesse caso de 89, vejamos... Isso aqui taria, provavelmente... (*Manuseia documentos.*)

(*O senhor Eduardo Alberto Fancello manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

É, aqui tem um convênio entre Secretaria de Estado dos Transportes juntamente com a Fundação de Ensino da Engenharia em Santa Catarina, né, com o objeto de análise da situação atual da Ponte Hercílio Luz; estudo de alternativas técnicas de recuperação; alternativas de troca da barra de olhal; alternativas de redução de peso do vão central por troca, né, do piso asfáltico pro gradil de aço, que foi o principal foco; levantamento de eventuais fornecedores e fabricantes; e proposta de ensaio de materiais foi visto.

Então esse aqui, creio eu, né, que se teria... então isso aqui, no caso, eu não cheguei a verificar o que que seria esse valor em termos atualizados. Isso aqui tá em cinco mil cruzados novos, à época, né? Teria só que fazer essa conversão pra que que seria, tá certo? Isso aqui tá... é um documento assinado, certo, infelizmente não tá datado, mas eu tenho uma observação aqui, realizada a mão, que foi em 9/2/1989.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tudo bem, mas o resultado desse estudo está aí também?



O SR. EDISON DA ROSA — Tá aqui, é um dos relatórios que estão...
(inaudível).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra se o DER atendeu as propostas apresentadas pela comissão?
[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]

O SR. EDISON DA ROSA — Olha, pelo que eu tenho conhecimento, digamos, do andamento das obras de recuperação da ponte, certo, essa substituição do piso ela não foi efetuada porque o piso ele foi sendo progressivamente retirado, né? Então como não tinha, digamos assim, uma perspectiva mais imediata de abertura ao tráfego, né, simplesmente foi feita a remoção do piso, né? Esse aqui que a gente estava colocando seria uma proposta de um piso alternativo ao de asfalto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então foi atendido parcialmente apenas...

O SR. EDISON DA ROSA — Parcialmente, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Apenas a retirada da carga, mas não foi substituído...

O SR. EDISON DA ROSA — É. Agora, cronologicamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...pelo gradil.

O SR. EDISON DA ROSA — Isso, perfeito. Agora, cronologicamente, eu não tenho, digamos assim, informação se foi logo a seguir ou se foi algum tempo posterior, né? Isso aí, realmente assim não... eu não tenho essa informação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Agora as perguntas podem ser para todos.

Os senhores poderiam descrever o estado...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) —
Deputado Bruno, me permite interromper. A pergunta é para todos, mas
vossa excelência indica quem primeiro responde, porque senão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

Na verdade, essa pergunta em especial eu gostaria de ouvir a
resposta de todos e de forma também breve. Essa pergunta é importante
para a reconstrução do total dos fatos.

Os senhores poderiam descrever o estado estrutural da ponte à
época da inspeção, no caso dos senhores (*dirige-se aos senhores Eduardo
Alberto Fancello e Paulo de Tarso Rocha Mendonça*), de 97, e do senhor
(*dirige-se ao senhor Edison da Rosa*), lá atrás, em 83. Os senhores
consideram que havia risco de colapso em 83, no caso o senhor (*dirige-se
ao senhor Edison da Rosa*), e em 97 para todos?

Então podem seguir uma ordem, talvez começar pelo senhor Edison
e aí prosseguimos, pode ser?

O SR. EDISON DA ROSA — É que nem eu rapidamente comentei,
né, em 83...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Eu vou
interromper vossa excelência, me permita, Deputado Bruno.

Na hora que o senhor Edison responder, ele diga o nome dele e dá a
resposta, o segundo nome e a resposta, o terceiro nome e a resposta,
porque a taquigrafia lá na frente não vai conseguir distinguir um do outro.

O SR. EDISON DA ROSA — Perfeito. Então, Edison da Rosa.

Conforme tínhamos comentado, né, à época já existia a informação
de que uma barra estava rompida, correto? A informação de quando ocorreu
essa ruptura, certo, isso aí não, não, não se tem.

Então, digamos, em várias reuniões com engenheiros do DER à
época, né, relataram que, num certo momento, isso cinco, dez anos antes,
né, ou seja, década de 70 talvez, o.k. - e talvez porque a gente não tenha



efetivamente, né, esse registro histórico, certo? -, operários que tavam trabalhando na ponte repentinamente ouviram um estrondo forte, a ponte, digamos assim, sacudiu, tremeu, tá certo, e simplesmente passou, né?

(O senhor Eduardo Alberto Fancello, por várias vezes, gesticula sim com a cabeça.)

Então, uma vez que foi feito esse relato à época pelos operários, certo, posteriormente se juntou a informação que isso, quase certo, foi quando ocorreu a ruptura daquela barra de olhal, certo? Essa ruptura da barra de olhal, inclusive tem uma foto que tá colocada, né, no nosso... 1.14, tá certo, que é o primeiro elemento aqui inclusive...

(O senhor Edison Rosa manuseia vários documentos.)

É uma foto que foi retirada, porque a gente tem acesso visual, à época se tinha acesso, então é essa parte aqui *(mostra foto)* que foi rompida. Então, digamos, a barra de olhal nela tava segurada aqui, tem o olhal, o que aconteceu foi que ele rompeu dessa forma. Em outras palavras, ficou 50% da seção ainda resistente. Ficou, porque senão isso aqui tinha caído, né, se tivesse ocorrido uma ruptura integral. Tá certo? Então esse documento tá presente também. Perfeito?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor considera que havia risco de colapso, então?

O SR. EDISON DA ROSA — Um dos pontos principais foi justamente esse, ou seja, qual é que é o risco de que ocorra instabilidade da união. Tá certo? Que foi o estudo realizado em 83. Certo? Então o colapso, digamos assim, iminente, certo, a gente não teria, embora o estado geral seria, digamos assim, bastante preocupante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E como o senhor considera a estrutura da Ponte Hercílio Luz em 97, quando o senhor voltou depois de tanto tempo?



O SR. EDISON DA ROSA — Bom, é um estado que tá, né, nas partes que já estavam...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 97, não é, quando...

O SR. EDISON DA ROSA — Sim, 97. Nas partes que já estavam parcialmente corroídas, né, esse processo de corrosão, embora, né, durante todo esse período haviam ações de manutenção, mas a corrosão ela sempre, né, ela vai degradando com uma maior ou menor velocidade. Tá certo? Então o estado geral, digamos, ele estaria mais preocupante, digamos, do que em 83, sem dúvida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem alguma memória especial dos pilotones... dos pilones, perdão.
[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira / Revisão: Clovis Pires da Silva]

O SR. EDISON DA ROSA — Não. Essa... Essa parte, isso digamos na parte de apoio das fundações das torre, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. EDISON DA ROSA — Certo. Essa parte aí realmente a gente não chegou a avaliar. Eu tenho... isso está colocado, inclusive, como uma das referências no item 2.4, que são relatórios que foram desenvolvidos por um pessoal da Universidade que trabalha com uma parte de filmagem subaquática. Então eles fizeram à época, né, algum trabalho, na parte submersa das estruturas de concreto e foram detectados, digamos, a parte de buracos, coisa desse tipo, ou seja, alguns aspectos de deterioração também da parte submersa das fundações das torres.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

Vamos passar ao nosso próximo. Se puder falar o nome também e...

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Eduardo Fancello. Especificamente...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu vou refazer a pergunta.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Á-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor poderia descrever o estado da estrutura da Ponte Hercílio Luz na época da sua inspeção?...

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Isso, certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na época em que o senhor esteve lá, o senhor considera que havia risco de colapso?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Bom, eu tomei conhecimento de toda essa situação durante essa atuação, estávamos em 1997, e nos relatos que nós tínhamos do pessoal diretamente envolvido na manutenção da ponte, isso já foi parcialmente contado. A percepção que se tinha na época é que não havia risco iminente, mas era preocupante.

Então havia necessidade de tomar ações, porque justamente o que estava envolvido na ponte era um processo de corrosão, havia perda de seções transversais no sistema de sustentação, e isso, digamos, logicamente que perdura no tempo. Então havia necessidade de ação. A percepção também que havia havido uma ruptura de uma das barras, e que ela, a ponte, permaneceu, mesmo nessa situação, digamos assim, não planejada, uma ruptura, e a ponte, ainda permanecendo na situação de estabilidade, dá uma certa confiança, porque havia uma percepção de capacidade de sustentação, mesmo em situações dessa natureza. Mas, obviamente, era uma condição que precisava de algum tipo de ação. Esse era o que a equipe que foi montada se dedicou a tratar de elucidar. Então foram feitas as inspeções e o que se constatou era, justamente, um estado avançado de degradação.

Então tentando resumir a resposta, não havia uma percepção, embora isso é impossível de poder afirmar 100%, mas não havia uma percepção de risco iminente, mas sim uma necessidade urgente de atuação.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O próximo a falar é o senhor...

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Paulo de Tarso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu vou refazer a pergunta para o senhor também. O senhor poderia descrever o estado da estrutura da Ponte Hercílio Luz na época da sua inspeção? O senhor considera que havia risco de colapso?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Bom, de fato, quando nós começamos, no início de 1997, que durou o primeiro semestre, que foram as reuniões e os trabalhos preliminares que geraram aquele contrato que terminou no final do ano, nós fizemos muitas inspeções, fotografamos todos os centímetros quadrados que havia em cada um dos subsistemas, exceto, exatamente, nas fundações das torres, que eram submersas e havia aquela dificuldade por causa da visualização. Não é tanto dificuldade ou outra, era simplesmente dificuldade de visualizar as imagens da parte submersa de concreto.

Mas, como o professor Edison já comentou, havia um outro estudo de um grupo que tinha conseguido verificar que realmente havia cavidades que foram classificadas não mensuradas. Nós nunca tivemos essas medidas, mas dizia-se que eram grandes cavidades nos blocos de fundação das torres.

Quanto ao resto, quer dizer, nós verificamos, fotografamos boa parte da treliça, do viaduto, do vão central, das partes do viaduto, os pendurais, as barras de olhal e os pinos, as torres por cima, por dentro e por fora. E havia uma... duas percepções, inclusive uma percepção que era muito comum na mídia, etc., uma pessoa olhando, visualmente, certas coisas, ela tinha, dava uma impressão gravíssima. *[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]*

Então, você tinha peças metálicas com corrosões que aparentemente eram profundas, digamos, de 3 milímetros, 5 milímetros de profundidade em



extensões de 10 centímetros. Então isso causava uma preocupação emocional bastante grande.

A identificação se isso era realmente grave ou não é o que motivou os contratos de estudos que foram realmente realizados. Então ali houve uma etapa de quantificar, de tentar identificar o quão grave isso poderia ser.

Com o passar do trabalho, foi tornando-se mais claro que o projeto original foi feito com um certo grau de robustez; se chama normalmente de redundância conceitual na estrutura, em outras palavras, ela foi feita de uma maneira muito mais resistente do que talvez seria o mínimo necessário, ela tinha, digamos, uma gordura bastante grande ali. Então você tinha uma corrosão de 1 centímetro de profundidade, mas isso numa barra com a seção transversal de 30 centímetros por 5 de espessura de um aço especial, de forma que quando se fazia realmente os cálculos, chegava-se à conclusão de que aquela corrosão não acarretaria, naquele momento, nada de preocupante nesse aspecto. Então se observando, por exemplo as barras que são mais delgadas que compõem a treliça do vão central, que é a parte principal do vão, aquela parte do vão central que se diz, entre as duas colunas, que fica exatamente suspensa entre as duas torres sobre o mar - as outras duas partes que vão para o continente e para ilha não têm problema porque são simples viadutos, eles são suportados por colunas no solo seco, não há nenhum problema - o vão central, que é a grande dificuldade, a grande preocupação, ele está sobre o mar, as torres estão sobre o mar também. Então nesse vão central, quando se olha aquelas treliças, que são as partes laterais ali que se visualiza andando de carro, também apresentam em um estado visualmente desagradável... se apresentavam, né? E, no entanto, o grau de redundância com que foi feito o projeto, fazia com que aquilo ali continuasse sendo suportado.

Como o professor Edison comentou antes, o conceito... foram feitas três pontes com o mesmo conceito, pela mesma empresa, pelo mesmo engenheiro Steinman. Curiosamente, essa aqui foi a primeira; as outras duas alguém tentou ser inteligente e fez uma pequena modificação, essa



exatamente que o professor Edison comentou: trocar um feixe de quatro barras por um feixe de duas barras. Não parece grande coisa, mas isso é muito grande, tanto é que as outras caíram e essa não, porque você tem a capacidade de perder uma das bases e as outras três continuam sustentando a ponte durante mais 30 anos.

Então mesmo depois do estudo detalhado que foi feito durante um semestre inteiro, uma equipe de doze engenheiros e doutores, etc., a conclusão é que haveria necessidade, lógico, de fazer uma reforma, não pelo período imediato, mas simplesmente para gerar um tempo, uma sobrevida de mais 70 anos. Era esse o objetivo, era descobrir nesse projeto, bom, primeiro se havia um risco imediato, mas em seguida verificar se havia viabilidade de reforma, porque existiam outros problemas na época que geraram essa dúvida, inclusive, com um contrato que foi feito um ano antes com a própria empresa Steinman para identificar... eu acredito... bom... Mas sobre sua pergunta, mesmo no final desse trabalho, a conclusão é que ela poderia aguardar a reforma, etc., durante alguns anos. Havia algum perigo caso houvesse algum vento daqueles ventos que ocorrem uma vez a cada 100, 150 anos, com 150, 200 quilômetros por hora, numa certa direção, poderia gerar aí, sim, um risco estrutural, mas como ali é uma região entre... como se chama, estreito, então, dificilmente se desenvolve ventos naquela magnitude.

Então a conclusão era de que não parecia, até onde a engenharia pode prever, não se pode afirmar isso com tanta... nunca com tanta certeza, mas não parecia haver nenhum indício. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito.

Senhor Edison, a ponte apresentava indícios que recebia manutenção com frequência à época em que o senhor observou de 83 a 97?

O SR. EDISON DA ROSA — É durante esse período, pelo menos eu tenho forte lembrança, que sempre havia algum contrato de manutenção sobre a ponte, né? O DER, eu não sei exatamente, né, com detalhes, mas a



impressão que ficou é que o DER sempre tinha algum contrato com empresas de manutenção atuando sobre toda a estrutura da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra que tipo de serviços de manutenções eram feitas ou ouviu falar?

O SR. EDISON DA ROSA — Basicamente, seriam, creio eu, né, com relação aspecto de corrosão, ou seja, né, retirar a parte de tintas já depositadas há alguns anos, né, que estão ressecadas, coisas desse tipo; aplicação de novos elementos de proteção, né, novos tipos de tintas, coisas desse tipo assim. Pelo que estou lembrado seria mais nesse sentido, né, de manutenção com relação à corrosão. E com relação, por exemplo, aos viadutos de acesso, né, seja Continente ou seja Ilha, certo, eles estavam tendo também não só uma manutenção um pouquinho mais simples que nem essa que comentei, certo, mas inclusive com a troca de certos elementos que já estavam um pouco mais comprometidos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor considera que essas manutenções eram bem feitas? Qual a sua opinião?

O SR. EDISON DA ROSA — Não tenho condições de opinar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E lembra de contrato ou o senhor lembra de pessoas trabalhando na ponte?

O SR. EDISON DA ROSA — Sim, isso, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim?

O SR. EDISON DA ROSA — Á-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Lembra também de algum contrato específico, alguma...

O SR. EDISON DA ROSA — É um... dos problemas de uma das empresas, né, porque creio eu que ao longo do tempo várias empresas participaram, mas uma específica que participou, inclusive, né, em algumas das atas ela participou junto com engenheiros do DER, era a Roca Engenharia, certo? Então essa foi uma empresa que, na época, ela estava



dando manutenção e a gente teve, digamos assim, um certo contato no sentido de obter informações do estado da ponte, coisas do gênero.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

Senhor Edison - e depois eu vou perguntar para os outros também -, a partir dos anos de 1980 e 1983, o senhor lembra de empresas que estavam realizando projetos além da Roca que o senhor já citou? O senhor lembra também da empresa Usimec e Usiminas que trabalharam na ponte?

O SR. EDISON DA ROSA — É, perfeito. A Usimec, que faz parte do grupo Usiminas, ela foi contactada, inclusive, tem alguns documentos anexados aqui, tá, ela foi contactada sobre a possibilidade de fornecer novas barras de olhal, certo? Já, na época, né, se tinha, digamos, uma previsão como sendo uma alternativa de recuperação que seria realmente a substituição das barras antigas por novas barras.

Então, na época, eu não participei, digamos assim, dessa... dessas conversas, dessas reuniões com esse foco, mas eu tenho lembrança que o que estava sendo aportado era a possibilidade da Usimec fornecer, então, esse material de novas barras e, eventualmente, talvez, participar, inclusive, do próprio processo de substituição. Aí já é um pouco mais de conjectura, né, certo? Mas com certeza seria para o fornecimento de material.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os outros teriam algo a comentar sobre outras empresas que fizeram... lembram de alguma empresa que fez manutenção na ponte, de algum contrato que foi feito, que ouviram? Poderiam complementar, não?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Qual o período?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Seu nome e...

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Paulo de Tarso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De 83 a 97?



O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Não, eu realmente não participei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não lembra?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — ...sobre esse... é, nesse período.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Eduardo Fancello.

Também, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Edison, na ocasião do estudo realizado pela equipe da UFSC, em 1997, foram apresentados alguns estudos, levantamentos ou inspeção pretéritos sobre a ponte? O Deter/Deinfra apresentou algum manual de manutenção da ponte? Ou seja, havia prognóstico, o Deter/Deinfra apresentou algum estudo prévio sobre como estava o estado da ponte? E alguma vez foi apresentado esse manual para os senhores?

O SR. EDISON DA ROSA — Não, como manual de manutenção da ponte realmente, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. E algum estudo prévio?

O SR. EDISON DA ROSA — *(Ininteligível.)*... não tive contato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E algum estudo prévio sobre o estado da ponte?

O SR. EDISON DA ROSA — Estudo prévio? *(Pausa.)* Creio que sim. Creio que sim, mas não estou lembrado. Eu acho que seria uma situação, digamos assim, conveniente, né, quando a gente estava discutindo ao longo de todo esse período o repasse essa informação, mas eu não tô efetivamente lembrado se isso ocorreu. *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]*



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E os outros? Eu só peço para falar o nome.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDOÇA — Paulo de Tarso.

Digamos assim, manutenção normal, periódica, contínua, usual, como a estrutura necessita, a informação que a gente tinha nas reuniões é que não havia, nunca tinha sido feito. O que não quer dizer exatamente que seja o correto, porque a ponte existe desde 1927, então, muitas pessoas que estavam nas reuniões não participaram das décadas anteriores, mas o que se sabia até aquele momento é que não tinha havido um programa de inspeção continuada e manutenção continuada.

Em termos de trabalhos de outras empresas, a gente tem alguma lista aqui. (*Manuseia documentos.*) Então, por exemplo, em 1981 o IPT foi contratado pelo DER para realizar a vistoria. Foi exatamente o que recomendou a interdição, né, devido ao problema de corrosão, mas sem maiores estudos estruturais. Logo após a identificação, em 1982, da ruptura do olhal, a empresa Steinman foi contratada para fazer aquele reparo ali. Não é, digamos... é um reparo que ainda está até hoje... estava, até aquele momento, com cabo de aço em torno da região danificada.

Então, basicamente, são esses os trabalhos anteriores que a gente teve, em termos de documentação, ali em 1997.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode falar o nome, por favor.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Sim, Eduardo Fancello.

Eu talvez queria agregar aqui. Na época que a gente tomou... participou ali, naquele estudo de 97, a percepção também que se tinha é que houve momentos de manutenção, mas não havia um programa, eventualmente; pode ter planejado, mas não foi executado um processo continuado de manutenção da ponte. Isso é fato. Não ocorreu.



Então, eventualmente, havia momentos de remoção de pintura e pequenas ações de manutenção desse tipo, mas eram ocasionais. Não houve um programa continuado de manutenção porque, senão, evidentemente, a situação não teria sido àquela encontrada naquele momento em termos de estado.

O SR. EDISON DA ROSA — Só complementando essas informações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O nome do senhor, por favor.

O SR. EDISON DA ROSA — Edison da Rosa, desculpe.

O que foi colocado, né... que eu estava, conforme, tanto o professor Paulo como o professor Fancello, estavam comentando agora, eu lembrei alguns detalhes que, nessas reuniões que a gente tava tendo, né, com engenheiros do DER, à época, eles deixaram mais ou menos claro que, desde que a ponte foi construída, foi inaugurada durante um grande período de tempo de 20, 30, 40 anos, ela não recebeu absolutamente manutenção nenhuma. Tipicamente, digamos, até a década de 50, talvez, década de 60, inclusive, certo? A partir desse ponto, é que começou a haver uma certa preocupação de começar a dar uma certa atenção a ponte, certo?

Então, isso é um detalhezinho. Eu acho que contextualiza melhor esse detalhe com relação à manutenção.

Obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Edison, em 97 a UFSC, através do Convênio 894/97, realizou estudos de solução técnica para recuperação da ponte. O senhor pode, por favor, descrever qual foi o tempo de execução e como foi executado esse estudo?

O SR. EDISON DA ROSA — Bom, esse estudo, né, tem alguns documentos aqui. Então, por exemplo, nós temos uma minuta de contrato que tá datada - essa minuta não tá assinada, por ser minuta evidente - de 26



de julho de 97. Então, eu tenho a impressão que esse trabalho todo ele tá, mais ou menos, baseado nesse documento. Certo? Eu não tenho, digamos assim, esse contrato... uma cópia do contrato assinado, certo? Isso aí foi que a gente conseguiu resgatar nesse curto período de tempo, né, desde segunda-feira até hoje pela manhã, certo? Produzir inclusive esse material todo, né? Então foi, digamos assim, um trabalho bem corrido, né, para poder dar um subsídio pra essa Comissão. Perfeito?

Então detalhes em si, né, o professor Paulo mais ou menos comentou, ou seja, foi ao longo do segundo semestre de 97, certo? Então a partir do mês de julho até o final do ano, tipicamente, dezembro. Então, os relatórios finais, desse trabalho, eles foram entregues, tipicamente, segunda quinzena de dezembro de 97, certo, num conjunto de, mais ou menos, a gente poderia estimar de umas boas 600 ou 800 páginas – eu não tô lembrado – eu sei que eram 8 volumes, certo? Um dos volumes é esse material que tá aqui, tem umas 120 páginas, por exemplo, né, que é o volume 2. Correto? [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Então tem muito trabalho que foi desenvolvido, né, a gente estava com mais o menos uns oito professores, mais três engenheiros e mais alguns alunos envolvidos. Então foi uma equipe que foi montada, certo, com professores da engenharia mecânica, professores da engenharia civil, o.k.?

Então houve, né, ao longo desse período, digamos assim, uma concentração de esforços para poder atender a essa (*falha na gravação*) o.k. que foi de criar uma proposta alternativa, né, — isso por demanda do próprio DER, evidente, né — àquela solução tradicional, que é desmontar a ponte e fazer praticamente uma nova. Tá certo, né? Substituir integralmente todas as barras de olhal, todas as peças que têm algum comprometimento, coloca peça nova e isso, evidente, vai dar uma sobrevida de mais 50, 60, 70 anos, se ela for adequadamente cuidada, né, com um programa de manutenção efetivo.

Enquanto que a proposta alternativa que a gente tava desenvolvendo à época seria uma solução, digamos, mais... eu não diria tecnicamente



simples, porque a rigor ela é tecnicamente mais complexa, mas ela é mais, digamos, simples de executar e, inclusive, com uma menor intervenção na própria estrutura, porque preserva a estrutura, simplesmente, ela é reforçada pra poder dar essa sobrevida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

E durante esses trabalhos, algum dos senhores constatou, foi verificado pela equipe que as extremidades inferiores — e aí eu não me refiro à parte submersa, me refiro às extremidades inferiores das torres — se encontravam em estado avançado de corrosão? Os senhores têm alguma recordação sobre as torres? A gente falou das partes submersas antes, mas eu volto a destacar que não são as partes submersas, são as partes inferiores.

Só peço que falem o nome.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Paulo de Tarso.

As torres, em geral, estavam em bom estado. Uma, apenas, que se chamava de... biela, né? A articulação inferior...

(O senhor depoente Edison da Rosa manifesta-se fora do microfone: "O apoio da torre.")

(O senhor Deputado Estadual Bruno Souza manifesta-se fora do microfone: "Na fundação?")

Não, não, não. Entre a torre... entre o viaduto, o apoio da torre sobre a fundação, sim, ele tinha perdido a capacidade de rotulagem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A rótula, no caso?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Normalmente, o projeto original...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Espera...



O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – ... era uma peça que simplesmente era apoiada numa base e a torre era pra ser articulável, né? E com o tempo, a corrosão e o peso, houve uma pulverização do material, uma oxidação. Então ele perdeu aquela capacidade que era pra haver originalmente de articulação.

Então havia alguns... esses pontos críticos ali nas torres e também com a união articulada com o viaduto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Os outros têm algo a acrescentar também?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Eduardo Fancello.

Na mesma linha se tinha essa percepção, mas a maior preocupação não estava, do ponto de vista estrutural, direcionada a esse tipo, à parte de apoio, até porque tava atuando em compressão, e sim na cadeia de sustentação. Então a preocupação principal, do ponto de vista estrutural, estava associada aos elementos que dão sustentação definitivas às barras de olhal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas como o senhor considera que estava o estado de corrosão dessas torres principais?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – O estado não era... não era... era longe do ideal. Justamente, digamos assim e já fazendo a relação com que acabei me manifestando anteriormente, era claro que não havia um processo, um programa de manutenção, então, o estado visível, como já foi colocado aqui, não era bom. Entretanto, o estudo orientado a avaliações do ponto de vista de cálculo estrutural dava nessa percepção também de que o risco não era iminente, mas precisava de ação, como já foi colocado anteriormente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Edison, no estudo de 97 foi recomendada a imediata intervenção nessas estruturas. Em que consistia essa intervenção, o senhor lembra? O Deinfra seguiu a recomendação da equipe? *[Transcrição: Rafael de Souza Milke.]*



O SR. EDISON DA ROSA – Bom, essa intervenção seria no sentido de, digamos, alguma ação, né, que fosse efetivamente colocada. Eu não tô bem lembrado, exatamente. E eu tenho aqui o relatório... (*manuseia documentos*) onde as conclusões... 97, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso, isso.

O SR. EDISON DA ROSA – Eu tenho aqui a parte das conclusões. Eu vou tomar a liberdade de ler as conclusões desse relatório, certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Brevemente, por favor.

O SR. EDISON DA ROSA – Tá, porque realmente, digamos assim, eu não tô perfeitamente lembrado, né, do que foi feito aqui à época, tá? Então, isso aqui seria o capítulo 12 desse relatório, página 111 do mesmo, né? O integral tá colocado ali. (*Passa a ler*): "O presente volume, deste relatório final, serviu de embasamento técnico para o laudo de viabilidade do 'Estudo de Viabilidade Técnica de Proposta Alternativa (...).'"

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Edison.

O SR. EDISON DA ROSA – Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Desculpa interrompê-lo. Eu vou propor uma solução. O senhor vai nos dis ponibilizar esse documento?

O SR. EDISON DA ROSA – Esse material e o integral.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então não há necessidade de fazer a leitura, porque nós teremos esse material.

O senhor lembra se o Deinfra seguiu as recomendações do material?

O SR. EDISON DA ROSA – Esse que é o detalhe: eu não me lembro exatamente o que foi colocado aqui como conclusão, que recomendações seriam.



O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Oh, Edison... Não sei se eu posso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Fale o nome.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Paulo de Tarso.

É, digamos, estamos tirando muita coisa da memória. Como foi comentado, nós tivemos menos de 36h para recuperar a memória, por isso que o Edison, talvez, esteja demorando. Eu, por coincidência, é... todo trabalho ele foi em vista de... foram duas metas: havia naquele momento uma dúvida se a ponte era recuperável, isso por causa de um trabalho que foi encomendado no ano anterior pela empresa Steinman, foi feito um contrato, foi pago, a empresa Steinman, digamos, declarou que era viável uma recuperação. E contam os engenheiros da época da DER que alguns meses depois de ser enviado esse relatório a empresa Steinman mandou um fax com duas linhas dizendo que não faria aquilo, que não se responsabilizaria por uma reforma naquela ponte. Isso deixou os engenheiros apavorados, até porque tinham gasto dinheiro público, estavam pagando um serviço para uma empresa de renome internacional, etc... E aí é quando eles nos procuraram para que a gente fizesse a mesma coisa.

Então o primeiro objetivo do projeto era que a gente analisasse a situação e chegasse a uma conclusão. Existe uma maneira de reformar a ponte para que ela tenha um tráfego normal durante mais 70 anos, ou não, ou precisa demolir e fazer outra? Isso nós fizemos basicamente no primeiro semestre de... boa parte, um pouco antes, trabalhos preliminares no primeiro semestre ainda de 97. Foi quando nós concluímos que havia viabilidade. *(O senhor depoente Eduardo Alberto Fancello gesticula com a cabeça que sim.)* Por que nós concluímos que havia viabilidade? Por causa dos conceitos preliminares que justamente o professor Edison vinha desenvolvendo, de uma estratégia de recuperação ao longo dos anos anteriores, que era uma estratégia não usual, não é usual pelas grandes construtoras mundiais, era uma estratégia mais científica, né?



Mas quando se pergunta se algo é viável você não precisa mostrar todas as opções ou a melhor opção. E se você mostra uma opção que dá pra resolver, então, é viável. Então nós já sabíamos que era viável. Isso deu margem a um segundo contrato que foi esse que nós temos algum documento aqui, temos relatórios em que a meta passou a ser fazer detalhamento, análises numéricas, análises teóricas, matemáticas, exaustivas em cada subsistema da ponte. Então a meta inteira era... a recomendação que tem ali era: dá pra ser feito, fazendo assim, assim, assim e assado, é possível, pode ser feito segunda esta estratégia ou segundo uma estratégia tradicional que as outras... Existe duas grandes estratégias só tradicionais no mundo para esse tipo de reforma, elas são bem simples e bem caras. Essa aqui que está sendo usada é uma delas, né?

Então, sua pergunta... se o DER tomou medidas de acordo com os pareceres do relatório, o que eu poderia dizer é que, de fato, no ano... ao longo do ano de 90 e seguinte...98 houve o lançamento de um edital internacional para a elaboração de um projeto detalhado para reforma em que na primeira etapa cinco empresas concorreram... nenhuma... Aliás, nenhuma empresa concorreu de fato, porque era tão restritivo os requisitos exigidos das empresas que nem uma realmente se inscreveu. Aí, foi modificado o edital, lançado de novo, as cinco concorreram e depois as coisas... nós perdemos o fio da meada. [*Transcrição: Ana Clara Mota*]

Mas, aparentemente, houve uma ação seguinte a esse projeto do ponto de vista não de manutenção, mas de realmente tentar fazer um grande projeto para a reforma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

Os senhores relataram nas respostas anteriores, ainda sobre esse estudo, falaram que algumas respostas foram no sentido de que as torres não apresentavam nenhum risco, que não havia um estado avançado de corrosão e outros relatos desses. Entretanto, no relatório que os senhores três assinaram aqui, nós temos na última página uma alegação feita pelos senhores. (*Passa a ler*): "(...) Por outro lado, a integridade das bases das



torres é igualmente essencial à estrutura, porém, danos ali são irreversíveis e significam falha catastrófica da ponte.”

(Um dos assessores da CPI mostra ao Presidente, Deputado Marcos Vieira, a leitura feita pelo Relator, Deputado Bruno Souza.)

Contrasta bastante com o que os senhores alegaram. O relatório que os senhores assinaram fala o oposto do que os senhores me falaram nas respostas anteriores.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Estou trazendo de novo que relato...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pode só falar o nome, por favor.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Eduardo Fancello.

Eu respondi isso em função de uma percepção. Estamos falando de 22 anos atrás. É possível que esta questão esteja colocada, teríamos que analisar, mas é...não, não... é só olhando ali e vendo um pouquinho, fazendo uma leitura técnica das observações que foram feitas para poder responder isso de uma forma tão assertiva como se solicita agora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

Então, a observação anterior de que as torres não apresentavam... então, o senhor prefere deixar?...

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – É, evidentemente está em conflito com o que acabei de falar. Então eu tenho mais fé no que eu coloquei na época do que eu acabei de falar agora, porque na época eu estava completamente envolvido naquele estudo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Então eu mesmo confiaria no que está escrito e não no que disse agora, certamente.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Paulo.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Eu gostaria de ver a data. Qual desses vários relatórios?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Seu nome, por gentileza.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Paulo de Tarso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – A palavra está com o Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Se o Relator permitir, eu passo o documento para eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, sim. Não há problema. O relatório é do dia 13/11/98.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Ah! 98. Hum. Então não é sobre esse projeto que nós estávamos discutindo agora há pouco, porque ele terminou em dezembro de 97.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas e o senhor...?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Sim, sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O que eu queria...

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Mas realmente seria interessante verificar sobre o que é aquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Porque, como falei, a resposta é sobre o mesmo tema.



O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – É que, digamos, existe... quando se fala de risco, existem vários níveis, né? Ela está ali, existe o risco imediato. Por exemplo, todo o dano que se vê nas torres, são coisas que precisam em algum momento serem reparadas, mas não quer dizer que aqueles danos possam representar um risco para... um risco global para a estrutura. É como o professor Eduardo comentou agora há pouco, o risco global para a estrutura está intimamente ligado às barras de olhal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Qualquer outra coisa ali, digamos são... necessitam manutenção, recuperação, mas não geram, em geral, risco global. Possivelmente, claro, outros subsistemas que são críticos, são os blocos de ancoragem das barras de olhal também, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas como forma de recomendação para esta Comissão, o senhor também...

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...confiaria mais no escrito do que na?...

(O senhor depoente Eduardo Alberto Fancello manifesta-se fora do microfone; "Sim.")

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – *(Pausa.)* Eu não sei exatamente, precisaria olhar ali. Mas em termos de risco, você tem um risco imediato ou um risco de cinco anos, dez, vinte ou setenta anos. Então são coisas bastante distintas, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Quando se fala em recuperação, se fala em cinquenta ou setenta anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tudo bem.



Senhor Edison, uma pergunta um pouco mais técnica, mas é importante para nós. Em relação às células de inflexão que ficam no topo dos pilones, o senhor lembra de algum desgaste? Seria possível apoiar cabos provisórios sobre elas? E as rótulas na base das torres, elas suportariam? *[Transição: Bruna Maria Scalco / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]*

O SR. EDISON DA ROSA — Com relação à célula, selas, desculpe, às selas montadas, né, no topo — justamente pra fazer a fixação das barras de olhal com as torres, certo —, pelo que eu tô lembrado elas tinham uma boa... um bom, um bom estado estrutural, certo? Ou seja, elas eram peças fundidas de dimensões bastante robustas, certo, e o grau, digamos assim, de comprometimento por corrosão, pelo fato de provavelmente ser ferro fundido, né, elas tavam, digamos assim, num bom estado, porque o ferro fundido ele não sofre tanto a corrosão como o aço, tá certo?

Então, nesse sentido, eu, digamos assim, pelo que eu tô recordado, embora a gente não tenha feito um estudo específico sobre esse aspecto, né, da sua pergunta, certo, eu creio que eu tenha a resposta afirmativa. Ou seja, elas teriam condições de suportar, né, esforços adicionais num processo intermediário.

Com relação aos aparelhos de apoio da... junto às fundações, o.k., aí entra justamente na discussão anterior onde se teria que ter uma avaliação específica no sentido de que todo o esforço da torre finalmente é descarregado, né, da, da, da estrutura completa da ponte, certo, em especial, né, do, do vão pênsil é descarregado diretamente via esses aparelhos de apoio sobre as fundações, né? Então, entra naquela questão, quer dizer, se ocorrer, digamos, algum colapso, alguma falha estrutural nos aparelhos de apoio isso vai instabilizar, né, a ponte e o risco, digamos, de colapso é bastante elevado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nós estamos indo aqui para as nossas últimas questões. Mas eu queria ouvir aqui os outros professores falando se eles também acreditam que os pilones



das torres principais possuíam essa capacidade de suporte suficiente para que a carga do vão pênsil fosse totalmente transferida para cabos auxiliares sem o suporte temporário e inferior do vão.

Os senhores consideram?...

(O senhor *Eduardo Alberto Fancello* fala fora do microfone:
“Desculpa, eu estava pensando.”)

Depois nós podemos disponibilizar o documento. Pode ser, senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Solicito à assessoria que tire cópia do documento e forneça aos interessados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso. Só peço para que a gente possa terminar...

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...todas as perguntas, e depois os senhores podem ter o documento, ele é público.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Tranquilo, tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os senhores também acreditam que os pilones das torres principais possuíam a capacidade de suporte suficiente para que a carga do vão pênsil fosse totalmente transferida para cabos auxiliares sem o suporte temporário e inferior do vão? Levando-se em conta que a estrutura sofreria movimentação de rotação.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Certo. Na época o estudo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por favor, diga o seu nome.



O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — É Eduardo Fancello. Quando isso foi feito, o estudo de viabilidade, nós admitimos por hipótese que esses pilares teriam capacidade de sustentação então.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Paulo de Tarso. Basicamente a, a, o, a substituição temporária do piso do vão com a treliça transferindo dos, das barras de olhal existentes pra novos cabos, e sendo esses cabos sustentados também pela torre, globalmente não mudaria a carga total aplicada sobre as torres. Haveria uma modificação, como você comentou, em termos de oscilações e pequenos movimentos, mas globalmente não se previa de haver uma modificação. Depois eu gostaria de fazer uma observação sobre aquele documento que foi comentado agora há pouco.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Todo processo de estudo — Eduardo Fancello — previa em qualquer procedimento um alívio considerável de peso da ponte pela remoção do piso. Então, toda, todas as avaliações, inclusive tanto qualitativas como quantitativas, envolviam uma redução apreciável de valor de peso da ponte devido à remoção de grande valor deste no piso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Edison, o senhor considera que essa seria uma boa solução para uma estrutura com o estado de corrosão avançado?

O SR. EDISON DA ROSA — Eu gostaria de retornar à pergunta anterior, porque eu tenho a impressão que tem alguma pequena confusão sendo realizada. Tu poderias repetir a pergunta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Claro.

O SR. EDISON DA ROSA — Porque eu não cheguei a me manifestar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ah! Perfeito. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]



O senhor acredita que os pilones possuíam capacidade de suporte suficiente para que a carga do vão pênsil fosse totalmente transferida para a cabos auxiliares, sem o suporte temporário inferior ao vão, levando-se em conta que a estrutura sofreria movimentos de rotação?

O SR. EDISON DA ROSA — É, esse é um ponto que, se eu estou entendendo bem, a gente não chegou a avaliar, porque a nossa proposta era outra concepção.

(O senhor Eduardo Alberto Fancello gesticula afirmativamente com a cabeça.)

Ou seja, não é de descarregar a estrutura do *(ininteligível)*, seria simplesmente, né, que a gente já falou, de fazer aquele processo de reforço da cadeia de barras de olhal.

Então essa opção, digamos, né, de utilizar a estrutura das torres e das selas pra apoiar o novo sistema de cabos pra fazer a sustentação do vão pênsil de tal maneira a descarregar os esforços na barra de olhal pra viabilizar o processo de substituição das mesmas, isso não foi tema do nosso trabalho. Tá certo? Então, neste sentido, eu acho que a pergunta ela fica prejudicada.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Entendi agora... Ah, Eduardo Fancello.

Entendi agora, com a declaração do professor Edison: de fato a proposição da Steinman consistia em criar basicamente dois pilares novos em paralelo àqueles que hoje se encontram para, através dele, passar cabos que sustentariam a ponte.

Esse conceito era completamente distinto àquele que foi estudado, proposto dentro do, do... desse convênio. Era justamente um conceito diferente e não haveria transferência de carga para cabos. Esse é o ponto.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Uma última...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Só fala o...



O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Paulo de Tarso.

De fato, como eu tinha comentado, existem apenas duas ou três grandes estratégias das empresas internacionais pra fazer esse tipo de serviço, essa é uma delas. Você constrói quase que uma outra ponte do lado, transfere a carga, troca as peças que você deseja e transfere de volta a carga.

Existe a segunda grande estratégia, que é essa de criar novas torres no fundo do mar, novas colunas, suportar o... levantar a carga, levantar o vão central, aliviar todo o carregamento e fazer a desmontagem e a remontagem etc. Então essas são as duas grandes... Ambas são... parecem estruturalmente viáveis. Como é a pergunta que você falou, a transferência usar as próprias torres pra suportar os cabos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E se o senhor tivesse que sugerir alguma solução dessas, o senhor teria alguma sugestão sobre uma solução temporária para fazer essa recuperação? O senhor teria?...

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Você diz uma estratégia global?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, qual seria a sua sugestão?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Bom, a nossa sugestão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entre essas.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — A nossa sugestão, de preferência, já não é mais viável, né, ela é... era essa que a gente desenvolveu no projeto, mas isso envolvia a ponte da forma como ela estava, né?



A partir dali, aparentemente aquela da Steinman de construir duas novas torres sempre nos pareceu um tanto volumosa, muita intervenção. Essa que foi, aparentemente, a gente não acompanhou, essa que foi desenvolvida aqui na reforma que tá em andamento, quer dizer, de construir duas novas fundações, duas novas torres e levantar o vão, parece bastante enxuta, simples, qualquer empresa aparentemente consegue fazer aquilo lá, porque é um processo padrão, esse processo de construir coisas no solo subaquático e fundações, levantar torres e suspender. Isso é bastante... conceitualmente simples. Essa é interessante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. Inicialmente a ponte foi projetada para ter tabladros de madeira, que depois foram substituídos por asfalto sobre painéis de aço apoiados em longarinas transversais. Tal modificação incorreu em aumento de peso próprio da estrutura? E caso sim, isso teria acelerado o desgaste da ponte?

Um dos senhores poderia responder, dizendo o nome no começo?

O SR. EDISON DA ROSA — Edison da Rosa. Pelos estudos que nós fizemos, né, na década... na época em 89, que era justamente a substituição do piso de asfalto pra colocação de um piso de gradil, né, com uma estrutura bem mais leve, certo, eu não me lembro exatamente de valores numéricos, isso tá contido nos nossos relatórios, mas que houve efetivamente um certo acréscimo de peso próprio quando da substituição do piso original de madeira pela estrutura de suporte do piso asfáltico. Certo?

Então, pelos resultados que a gente obteve e pelos dados do projeto original, né, relatórios da própria Steinman — isso lá na década de 1920 —, certo, que detalha todo o processo de projeto e de cálculos da ponte na sua condição original, certo, efetivamente ocorreu esse acréscimo de peso com a substituição do piso de madeira pelo piso asfáltico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor acredita que isso, na sua opinião, tenha acelerado o desgaste da Ponte Hercílio Luz? [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira*]



O SR. EDISON DA ROSA — Como desgaste, de uma forma, digamos assim, mais genérica no termo certo não tanto. Isso pode ter acelerado é o processo de ruptura da barra de olhal. Certo? O desgaste, digamos assim, por corrosão ou qualquer outra causa isso o aumento do peso não seria o caso. Certo? Agora, aquela ruptura da barra de olhal muito provavelmente pela presença de um pequeno defeito, seja de corrosão seja da própria fabricação da barra, porque ela, originalmente, talvez tivesse já... Isso pode ter levado a uma pequena sobrecarga, certo, pelo aumento do tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O SR. EDISON DA ROSA — Mas daí é conjectura, né, pode ter levado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Paulo de Tarso.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Paulo de Tarso. Na época, isso agora do desenvolvimento desse projeto, a gente analisou em detalhes cada um dos subsistemas, inclusive a pista de rolamento, como tinha sido, como estava, como a gente achava que deveria ser. Então a gente comparando esses projetos, os desenhos que nós conseguimos da estrutura que foi adicionada na substituição do piso de madeira, a gente observou que tinha sido colocado uma quantidade que a gente considerou, na época, excessiva em termos de suportes de barras de aço. Então isso contribuiu para aumentar mais ainda o peso próprio da estrutura, o que reduz a carga útil.

Em termos de consequências, realmente o aumento dessa carga não tem relação com corrosão, a princípio. Mas como a estrutura ela tem um certo — como estrutura de grande porte —, um certo grau de movimento é possível, nós não chegamos a ver, fazer uma simulação sobre isso, mas é bem possível quando você tem cargas em movimento a possível geração do crescimento de trincas, é um termo técnico, mas existe o surgimento de uma trinca em algum lugar e, com o movimento e o piso aplicado, ela tem uma



certa velocidade de crescimento. Então, aumentando a carga, a velocidade de crescimento aumenta e isso pode realmente ter feito uma contribuição justamente na ruptura daquela barra neste aspecto.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Somente para complementar. Por outro lado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O seu nome?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Eduardo Fancello. Por outro lado, o excesso de carga que estava e operou a ponte durante bastante tempo, ficou uma espécie de teste de sobrecarga natural, o que fazia com que, quando esse piso fosse removido, também era um elemento que ajudava na percepção de que a ruptura não teria, não seria iminente. Se eu elimino esse peso de, de... esse sobrepeso, esse peso excessivo, e que permitiria então trabalhar em condições mais é, é, é benignas para o processo de recuperação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Edison, o senhor acredita que o senhor Carlos Alberto Schneider, que não pôde estar aqui hoje, na verdade, não foi encontrado, ele teria algo a acrescentar, na sua opinião, sobre tudo o que foi falado aqui hoje?

O SR. EDISON DA ROSA — Creio que sim. O professor Carlos Schneider participou, pelo menos pelo o que eu tô recordado, né, certo, nos momentos iniciais, assim que foi detectada a ruptura daquela barra de olhal lá em 82. Então, no trabalho de 83, certo, onde parte desse trabalho tá incluído aqui nestes documentos, certo, ele foi mais amplo, onde nós tivemos a participação do professor Berend Snoeijer também, certo, que é específ... especialista na área de materiais e metalurgia, a participação do professor Carlos Schneider em conjunto com o professor Carlos Alberto Flesch, certo, que fizeram — tanto o professor Schneider como o professor Flesch — o trabalho que eles fizeram foi um trabalho de acompanhamento e de medida das deformações e deslocamentos que ocorreram durante o processo de reparo emergencial da barra de olhal. Tá certo?



Então, pelo que eu tô recordado, né, o que eles fizeram foi uma medida via vários instrumentos, vários sistemas de instrumentação, pra fazer justamente esse acompanhamento de como que a estrutura estava respondendo àquele processo de recuperação. Isso é o que eu tenho lembrança. Algumas informações, digamos assim, complementares a tudo isso o que a gente tá falando, efetivamente, o professor Schneider poderia contribuir.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.
[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

Por último, sobre os recursos destinados à remuneração do convênio. Qual foi a destinação dos recursos? Eu me refiro aos dois períodos, tanto na década de 80, como na década de 90.

O SR. EDISON DA ROSA — Certo. É, esse recurso da década de 90, por exemplo, de 80, melhor dizendo, de 83, 84, 85, certo, isso aí tipicamente foi relacionado a pessoal, né, contratação de bolsistas, certo, pagamento de bolsas de uma forma mais geral.

Na década de 90, que foi um volume um pouco maior, como envolvia um volume muito grande de trabalhos de simulação, então, primeiro ponto: tivemos um recurso bastante substancial pra aquisição de um sistema de *software* de simulação, certo? Se tô bem lembrado, à época, parte do orçamento, né — que o orçamento do contrato vocês provavelmente devem ter essa informação —, foi em R\$ 150 mil, correto, desses R\$ 150 mil, R\$ 40 mil foram destinados a compra de sistema de *software*, tá? Uma outra parcela que eu não tô bem lembrado agora, em torno de uns R\$ 15 mil, talvez, foi destinado à compra de equipamentos computação e de um porte adequado pra dedicação integral pelo volume de trabalho, né, a gente não poderia, digamos, fazer um tempo parcial, quer dizer, teria que ser um volume integral em termos de aplicação de tempo dos equipamentos.

Então, equipamentos dedicados só para desenvolvimento desse trabalho. Perfeito? E uma outra parte do recurso, que nem o professor Paulo



inclusive comentou, nós tínhamos vários engenheiros que foram contratados para dar suporte, bem como alunos. Perfeito? Então é, digamos assim, de uma forma mais ou menos geral, né, a destinação dos recursos foi nesse sentido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E houve atraso em pagamento? O senhor recorda?

O SR. EDISON DA ROSA — Não é que não houve atraso. Houve o não pagamento da última parcela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ah! Houve o não pagamento da última parcela.

O SR. EDISON DA ROSA — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso na [década] de 90 ou de 80?

O SR. EDISON DA ROSA — 97.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — 97.

O SR. EDISON DA ROSA — É, quer dizer, dos 150 mil, efetivamente, foram recebidos R\$ 100 mil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Alguma pergunta Deputados Sargento Lima e Jessé Lopes, Deputada Luciane Carminatti.

Com a palavra o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Bom dia, senhores. [Tenho] duas perguntas bem rápidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor indica quem vai responder às [perguntas], ou são os três?



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Os três.

O estudo elaborado com a UFSC possui alguma relação com o projeto da Steinman?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Paulo de Tarso. Não, ele foi, talvez, desencadeado, né, porque foi feito um contrato com a Steinman... Oi?

(O senhor Eduardo Alberto Fancello manifesta-se fora do microfone: "Provocado.")

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Provocado, né? Primeiro o DER fez um contrato com a Steinman para identificar a viabilidade ou não da reforma, e isso foi em 96. E a partir do, do, das respostas da Steinman primeiro afirmando que sim, depois que não, é que gerou essa dúvida na equipe do DER, que é o que gerou o contato com a nossa equipe. Mas aí foi um trabalho independente com essa equipe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Perfeito. E qual das opções técnicas para a recuperação da ponte os senhores — aí pode ser individual a pergunta — o senhor indicaria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Começa com o senhor Edison. O senhor pode responder prontamente, senhor Edison.

O SR. EDISON DA ROSA — Poderias, desculpe, poderias repetir a pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Ã-hã! Qual das opções técnicas propostas na época para a recuperação da Ponte Hercílio Luz o senhor indicaria?

O SR. EDISON DA ROSA — Bom, eu, né, como, digamos assim, meio pai da criança nesse sentido aqui dessa proposta que a gente colocou, certo, eu colocaria ela em função do principal fato que ela... mais simples de ser executada, certo, com uma intervenção menor e de... com o custo



relativamente mais baixo, né? A gente não chegou a fazer uma avaliação de custos, certo, mas algumas informações colaterais, que eu não sei exatamente, digamos, da onde que surgiram pelo fato, né, que a gente não fez uma avaliação dos custos para ver o aspecto financeiro, né, seria inferior a 50% de uma solução tradicional.

Um ponto principal, né, das várias empresas, que tá inclusive comentado no documento que o professor Paulo anexou, é que não existe, digamos assim, uma tradição, para não dizer experiência, para não dizer que é um processo totalmente fora do que habitualmente as empresas de engenharias estão habituadas a trabalhar, a fazer, a realizar, correto?
[Transcrição: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]

Então, digamos, é um processo em que as empresas elas não se sentem confortáveis em encampar pelo fato que ela não tem experiência nenhuma, certo? Ou seja, vai entrar numa... então, o que elas têm é experiência dos processos tradicionais de recuperação de pontes, certo, que é conforme o Paulo, basicamente, né... ou faz toda suspensão via novos cabos para suportar o peso, ou faz que nem foi feito aqui, né, a construção de um apoio intermediário para sustentar todo o vão pênsil e poder fazer o trabalho de restauração, de reparo e de troca de componentes, de elementos estruturais. Tá certo?

Então, digamos assim, tem as duas situações, né? Quer dizer, o que... dentro do nosso ponto de vista que foi expresso, né, em todos os documentos, é viável tecnicamente. Agora, tem o outro lado da questão que é a execução, a operação por alguma empresa capacitada, né, e que aí justamente ocorre, digamos, essa condição de que as empresas não se sentem confortáveis em adotar essa solução pelo... justamente pelo fato que nunca ninguém fez algo desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Com a palavra o senhor Eduardo Fancello.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Complementando o que foi dito. A proposição tinha de particular o conceito, e as tecnologias



envolvidas na execução não tinham nada de extraordinário, questões associadas a controle de temperatura, à modificação de *designer* de peças diferentes que não são usuais. Mas não há um elemento tecnológico que pudesse se dizer que inviabilizaria qualquer execução, ou que teria que ser alguma empresa muito particular, porém, é inusual. Esse é o elemento principal que muitas empresas preferem é, é não tomar para si. Mas não há elementos tecnológicos estranhos, ou com características que na época fossem difíceis de execução, é inusual. E nesse aspecto a proposição era... é ousada do ponto de vista intelectual, mas perfeitamente viável de execução. Essa era a nossa percepção, isso era o que nós defendíamos quando montamos o documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor Paulo de Tarso [está com a palavra].

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Paulo de Tarso. De fato, o nosso trabalho era mostrar uma opção e a viabilidade... com isso mostrar a viabilidade de reforma.

Do ponto de vista técnico, como foi comentado, é perfeitamente factível, nada de excessivamente complexo, diferente. Ficou claro já no final de que era inviável do ponto de vista mais econômico, financeiro, político. Nós estamos falando de... na época, não sei atualmente, mas na época o Estado não tinha recursos, não tinha intenção de alocar recursos para fazer a reforma. Então, ficava dependente de empréstimos de banco estrangeiro.

Na época, na licitação de 98, era um empréstimo do Eximbank, pela informação que a gente tinha na época dos envolvidos, né? Então, empréstimos estrangeiros e bancos de fomento eles já vêm com todas as regras escritas, praticamente o edital pronto. É... impedia praticamente a participação isolada de qualquer empresa brasileira, tem que ser um edital internacional... com a... envolvendo, principalmente, uma empresa internacional, mesmo coligada com uma local. Os requisitos para essas empresas internacionais eram tão restritos que, como eu comentei, o primeiro edital lançado não foi, não houve sequer interessados, ninguém



conseguiu atingir aqueles patamares, depois foi modificado etc. São empresas de grande porte que têm a sua tradição. Os requisitos normalmente desses editais eles já exigem que a empresa demonstre ter feito trabalhos similares com aquela técnica várias e várias vezes em obras daquele mesmo porte.

Como a estratégia que a gente tinha desenvolvido era não usual, nenhuma empresa teria experiência com aquilo. Então, aquilo lá, do ponto de vista de possibilidade de implementação realmente política e financeira, bastante inviável, né? Era uma possibilidade.

No entanto, nós estamos falando — a sua pergunta era sobre qual a estratégia geral, né —, nós estamos falando dessa nossa proposta, mas hoje ela não existe mais. Aquela lá, ela... necessitava que a ponte estivesse na situação... estivesse montada ainda. Ela já não está mais montada, então não tem mais como a gente falar da possibilidade de aplicar a nossa estratégia, que era a estratégia de reforço na estrutura pré-existente, né?
[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]

Então, hoje é aquilo lá, não, não, não existe mais, o que existe são as estratégias tradicionais.

Eu tinha comentado, ou — vocês tinham comentado, os colegas, né —, ou se constrói uma nova estrutura do lado, praticamente quase uma outra ponte, suspende, troca algumas partes... E essa que está sendo adotada que, eu, particularmente, opinião minha, me parece bastante interessante, bastante enxuta e, e simples, na verdade. Do ponto de vista de engenharia é um conceito, é o mesmo conceito que se usa para construir vários outros tipos de estrutura, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pois não. Satisfeito, Deputado João Amin?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Volnei Weber, vossa excelência?...



(O Deputado Volnei Weber declinou usar da palavra naquele momento.)

Senhores vou fazer então algumas perguntas.

(O senhor Relator, Deputado Estadual Bruno Souza, solicita uma pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pois não. Fica suspensa a reunião por dois a três minutos. (Pausa.)

Senhores Deputados, vamos reiniciar [a reunião.]

O senhor Paulo de Tarso já está retornou.

Senhores, as perguntas que vou fazer, basicamente, vossas senhorias responderão sim ou não. Vou começar com o senhor Edison, em seguida o senhor Eduardo, e, em terceiro, o senhor Paulo de Tarso.

Além de engenheiros os senhores são professores da Universidade Federal de Santa Catarina?

O SR. EDISON DA ROSA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor Edison sim.

O senhor Eduardo?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E o senhor Paulo?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDOÇA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pelos serviços prestados na ponte, foram serviços especializados de engenharia, vossas senhorias receberam remuneração por esses serviços?

O SR. EDISON DA ROSA — Sim na forma de bolsas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor Edison afirma que sim.

O senhor Eduardo?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E o senhor Paulo?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDOÇA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Os recursos recebidos por vossas senhorias são advindos do convênio que a Universidade Federal tinha com o DER?

O SR. EDISON DA ROSA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor Edison sim.

E o senhor Eduardo?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Paulo?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDOÇA — Eu nunca fiquei muito a par dos detalhes de quem assina os contratos. Eu sei que havia o DER... a, a Universidade, na época, os contratos eram assinados eu acredito que todos via a Fundação, a Feesc. Então, essa linha sobre quem, eu não poderia dizer, mas eu recebia, digamos, as nossas bolsas eram pagas pela Feesc que, que realmente fazia a toda a intervenção financeira, porque era a interpretação legal da época. O contato externo da Universidade era sempre via uma Fundação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pelas especializações de vossas senhorias — especialistas em Engenharia Mecânica —, em razão da complexidade da obra, vossas senhorias



indicaram ao DER alguma empresa para ser contratada para recuperação da ponte?

Senhor Edison?

O SR. EDISON DA ROSA — Indicação de empresa diretamente não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor Eduardo?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Paulo?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Alguma de vossas senhorias possui alguma empresa?

Senhor Edison?

O SR. EDISON DA ROSA — No momento, atualmente, eu sou sócio de uma empresa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas na época?

O SR. EDISON DA ROSA — Na época não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor Eduardo?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Paulo?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Me dou por satisfeito.



Senhores Deputados, não havendo mais nada a perguntar, eu agradeço a presença do senhor Edison, do senhor Eduardo e do senhor Paulo na reunião de hoje.

Deputado Bruno Souza, por gentileza, [vossa excelência está com a palavra.]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, eu só ia pedir para fazer ainda, nesta reunião, a juntada [dos documentos].

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Boa lembrança.

O senhor Edison, o senhor Paulo e o senhor Eduardo trazem a esta Comissão uma série de documentos conforme relação constante numa lista que aqui está — isso, filma a lista para poder... (A TVAL filma os documentos.) Dou por recebido e peço à assessoria que faça a devida juntada ao processo, bem como também um envelope contendo relatórios.

(O senhor Edison da Rosa manifesta-se fora do microfone: "Esse aqui especificamente é o item 1.13, o completo.")

O constante do relatório é o item 1.13 da relação de documentos.

Senhores Deputados, muito obrigado e um bom-dia para todos.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.
(Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



**ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE
FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS
NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS
LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A
ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2019, ÀS 17H, NA
SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Boa tarde, senhores Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV da Assembleia Legislativa, pela Rádio Digital, e presentes aqui na CPI, que visa investigar indícios sobre a Ponte Hercílio Luz.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião, mas para iniciar eu coloco em discussão e votação a ata da 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de inquérito.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Hoje nós iremos realizar a oitiva de mais duas pessoas, da senhora Cristiane dos Santos Piccoli, que não está presente, e do senhor José Luiz



Piccoli. Está presente? Eu peço, com a concordância do Deputado Bruno Souza, que nós chamemos primeiramente o José Luiz Piccoli...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – ...também sócio da empresa Engecert Construção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tudo bem, Presidente. Por mim, Relator, está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...não há prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – E peço que a assessoria, assim que a senhora Cristiane chegar, possa acomodá-la nas sala das Comissões.

Eu pergunto ao senhor José Luiz Piccoli se veio com advogado e se gostaria da sua presença aqui?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – O advogado está na Casa, aqui, mas sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Quer se acomodar aqui? (*Dirige-se ao advogado, que declina do convite.*)

Não precisa?

Então, antes de passar a palavra ao Relator, Deputado Bruno Souza, eu peço para o senhor José Luiz Piccoli que, através do microfone, fale o seu nome completo, a sua profissão, a idade, o local de nascimento e o endereço do seu trabalho.

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Meu nome é José Luiz Piccoli, eu tenho 64 anos, faço 65 esse ano, eu moro no Córrego Grande, na rua Volny



Martins, 115, e a minha profissão é... eu sou engenheiro civil e essa é a minha atividade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Perfeito, senhor José.

Então eu aviso, tanto ao advogado quanto ao senhor José, que não pode haver nenhuma interferência, obviamente que se o senhor José quiser fazer uma consulta, ele pode fazer, mas eu peço que não seja feito nenhum tipo de gesto de concordância ou de não concordância. E alerto o senhor José que ele tem o direito de permanecer em silêncio.

(O senhor José Luiz Piccoli gesticula com a cabeça que sim.)

Então, passo a palavra ao Relator da CPI, Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Boa tarde, senhor José, agradeço muito a sua presença aqui hoje.

Nós estamos tentando fazer uma reconstrução e esclarecer os fatos que envolvem a Ponte Hercílio Luz. O senhor teve uma participação como sócio na empresa Engecert durante o ano de 91 – o senhor tinha ou tem 75% das cotas – quando a empresa firmou contrato com o Estado relativo à Ponte Hercílio Luz. Foi o Contrato nº 13/91 firmado com a empresa do senhor e possuía como objeto a contratação de serviços para a Ponte Hercílio Luz, tendo sido pago o valor de R\$ 20.001,44 referente ao contrato, tendo sido executado em dezembro de 91 em uma única medição no dia 04/12/91.

Então como fez parte da história, nós convidamos o senhor para nos ajudar a esclarecer um pouco da história que envolve a Ponte Hercílio Luz e suas obras. Então, agradeço a sua presença aqui hoje.

Já vou começar fazendo a primeira pergunta e o senhor se sintá...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, sem dúvida nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...confortável para responder...



O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, vou auxiliá-lo no máximo que eu posso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Agradeço.

O senhor era sócio-gerente da empresa Engecert Construção quando foi firmado o Contrato nº 13/91 e durante a sua execução?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Qual era o seu papel na empresa em 1991?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Vamo lá... A empresa... É uma empresa que é eu e a minha esposa. Eu sou engenheiro, é uma empresa de engenharia, então na verdade quem executa as atividades da empresa sou eu como engenheiro e sou o responsável pela empresa também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor é o responsável técnico na empresa. É isso?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Eu sou o responsável técnico da empresa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E no ano de 91 também era?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim. Eu sou engenheiro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sempre foi o engenheiro...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Eu sou engenheiro... A minha esposa não é engenheira, só eu sou engenheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas durante todo o período o senhor sempre foi o...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, sim, sim, sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...responsável técnico?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor foi o responsável técnico em relação ao Contrato 13/91? [*Transcrição: Ana Clara Mota.*]

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Que foi firmado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso.

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, de certeza!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Certeza! Eu sou o único engenheiro da empresa, é eu e minha esposa e a empresa é de engenharia. Então, quem, vamos dizer, responde pela empresa de engenharia é o engenheiro, que sou eu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a empresa Engecert firmou contrato com o Estado no ano de 91 relativo à Ponte Hercílio Luz? O senhor pode confirmar isso? O senhor lembra da referida contratação?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Eu me lembro que eu fiz uma contratação, ã... tu terias o objeto desse contrato?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O objeto desse contrato foi...

(O assessor Victor Henrique Rorato manifesta-se fora do microfone assessorando o Deputado Bruno Souza.)

Na verdade nós temos apenas o registro do pagamento à sua empresa.

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Ah, tá. Você não tem o objeto do contrato.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não tem o objeto, não há registros. Por isso que uma das perguntas que eu lhe faço é essa, se o senhor lembra qual foi o objeto e se o senhor lembra desse contrato.

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – É lógico que eu não vou me lembrar do contrato em si, por isso que eu tô pedindo até o teu apoio, Deputado, me auxiliando, me trazer à memória. Mas o que eu posso dizer é que efetivamente eu firmei um contrato, na época eu acho que era o DER que administrava, e esse contrato era para fazer algum serviço de manutenção, de restauração de alguma coisa... de algum lugar da ponte e o serviço em si era o fornecimento dessas vigas, dessas peças que eram pra repor um determinada manutenção na ponte, que eu não sei onde que foi feita. Era, então, fornecimento de viga e cantoneira pra... com determinadas especificações de tamanho, bitola, etc., para uma... possivelmente um reparo na ponte, eu não sei em que local.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor classificaria o objeto como fornecimento...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...de peças e...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...insumos?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra da contratação, como que ela ocorreu? Foi realizado algum certame licitatório à época?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, de certeza!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É...



O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – De certeza! De certeza!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra desse certame?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Não me lembro, mas de certeza eu participei e fui contratado. Mas certamente foi um processo público.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas não lembra do certame propriamente dito?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Não. Não me lembro disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra se o objeto foi integralmente suprido? Se os serviços foram executados na sua integralidade ou foram só parcialmente?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Não, isso eu posso te afirmar. O objeto era uma determinada... número de peças de tamanho e bitola específica, por isso que eu deduzo que era pra fazer um determinado conserto, e foi entregue todos em uma única vez, o lote inteiro. Essa carga de ferro foi toda especificada, era especificada as medidas e foi entregue em uma única vez. Respondendo a sua pergunta, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em uma única entrega o senhor...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Única apenas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...supriu com...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...o objeto do contrato?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Correto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se alguma parte do serviço foi terceirizada?



O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Nã... como terceirizada? Era entrega de produto, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu sei. A pergunta faz parte do...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Ah, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...roteiro e eu preciso lhe ouvir dizendo que...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, desculpa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...no registro da ata. Então, eu só peço que o senhor responda as perguntas.

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Tá. Deputado, então eu vou de novo.

Ã, foi entregue em uma única vez, só que os pagamentos disso na época foi feito de forma parcelada, porque não tinha dinheiro, etc. e tal da... tinha problemas de pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor teve problema para recebimento?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Eu tive problema de recebimento, mas o... a entrega do produto e a certificação de toda a entrega foi feita em uma única oportunidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a compra também do produto foi o senhor que fez...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...e também foi o senhor que entregou?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor entregou na época algum documento técnico ao DER? O senhor teria alguma cópia desses documentos com o senhor?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Não, Deputado. Eu não teria cópia de documento, mas lhe afirmo que efetivamente foi conferido toda a peça e essa certificação que eu recebi que eu fui... que eu dei encaminhamento para recebimento, imaginando que eu ia receber conforme o contrato num prazo de trinta dias, alguma coisa assim, o que não ocorreu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor teria mais alguma informação relevante sobre esse contrato que poderia agregar à nossa Comissão? Alguma lembrança sobre esse período, algo que queira compartilhar com esta Comissão? [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Eu não sei se pode ajudar, mas o que eu digo é o seguinte: na época eu não sei se era o DER que fazia a manutenção, quem é que fazia o reparo da ponte, mas eu me lembro que eram peças específicas, ou seja, com determinado tamanho, medida, com corte, etc., e eram um lote para uma determinada coisa. Em que lugar foi feito? Também não sei, porque eu nunca tive esse... nem curiosidade de olhar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a solicitação das peças eram feitas pelo DER ou pela empresa (*inaudível*).

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI — Por isso que eu, não... por isso que eu digo que foi um processo público, porque eu me lembro que tinha as especificações de cada peça, que foi um processo público, então eram, era para atender aquela demanda, é uma carga só que foi solicitada para um determinado local na ponte, agora onde foi botado, isso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI — ...eu não sei dizer.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Da minha parte eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Eu abro neste momento a palavra aos demais Deputados, Deputado Jessé Lopes, Deputado Sargento Lima, Deputado Jerry, Deputado Volnei, Deputada Luciane. *(Os Deputados citados declinaram usar da palavra.)*

Então eu suspendo temporariamente a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para que a gente possa se despedir do senhor José Piccoli e chamar a senhora Cristiane Piccoli.

Por dois minutos a reunião está suspensa.

(O senhor depoente José Luiz Piccoli se retira do recinto.) (Pausa.)

Havendo quórum regimental, declaro reaberta a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Ponte Hercílio Luz. Houve um requerimento, que eu gostaria de colocar em apreciação, para a dispensa da senhora Cristiane dos Santos Piccoli.

Eu coloco em votação o requerimento.

Quem concorda, permaneça como se encontra.

Então a senhora Cristiane está dispensada e eu passo a palavra ao Relator, Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente, também faço um requerimento verbal: solicitando que a reunião da semana que vem seja prorrogada para a semana seguinte, tendo em vista que a próxima quarta-feira será dia 1º de maio, então não haverá expediente na Casa, e também em decorrência do grande volume de documentos que nós recebemos, principalmente do Deinfra, havendo a necessidade de fazer uma análise documental mais profunda para que a gente possa nos preparar para as próximas oitivas também.



Então eu faço esse requerimento e peço a concordância dos outros Deputados, para que a gente possa fazer a prorrogação por uma semana da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Coloco o requerimento do Deputado Bruno Souza em votação.

Os Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não havendo mais nada a deliberar, declaro encerrada a reunião da CPI da Ponte Hercílio Luz. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão e leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Boa tarde, senhoras Deputadas e senhores Deputados.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da CPI da Ponte. E quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar as senhoras e os senhores telespectadores da TVAL, bem como as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc e as senhoras e os senhores que se fazem presentes aqui nesta tarde.

Os senhores Deputados receberam em seus respectivos gabinetes cópia das atas da 6ª, da 7ª e da 8ª reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 0030.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem as queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que as aprovam, permaneçam como estão.

Aprovadas.

Recebemos o Ato da Mesa nº 0064 indicando a substituição do Deputado Kennedy Nunes pela Deputada Marlene Fengler na Comissão Parlamentar de Inquérito. Seja bem-vinda, Deputada.

Senhores Deputados, vamos então aos expedientes.

Recebemos expediente da Universidade Federal de Santa Catarina pedindo dilatação do prazo por mais trinta dias. Como recebemos esse ofício dia 30, então fica automaticamente prorrogado o prazo de trinta dias.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone perguntando a razão do pedido de prorrogação.)



Para a entrega de documentos.

Senhores Deputados, também recebemos do Ministério Público – e deu entrada nesta Casa no dia 2, mas chegou nesta Comissão no dia 6 – expediente assinado pelo seu Procurador-Geral, o doutor Fernando da Silva Comin, anexando o ofício da 26ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital, assinado pela Procuradora (sic) de Justiça, senhora Darci Blatt. Diz a senhora Procuradora (sic) no ofício, endereçado ao Presidente desta Casa, Deputado Julio Garcia:

“Senhor Presidente,

O Ministério Público, por sua Promotora de Justiça, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 129 da Constituição Federal, tendo por fim instruir o Inquérito Civil em epígrafe, vem solicitar, por ser imprescindível para a investigação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, informações sobre os temas que serão apurados na CPI, em especial, se os atuais contratos firmados com as empresas Teixeira Duarte e RMG Engenharia serão englobados pela comissão.

Outrossim, solicita, ao término da apuração, o encaminhamento do relatório conclusivo.”

Esse é o ofício da senhora Promotora.

Quero dizer aos senhores membros desta Comissão que vou encaminhar este ofício à Procuradoria da Casa para emitir parecer se temos competência ou não de encaminhar ao Ministério Público.

Também recebemos da Vivenda Construções, do senhor Sebastião Moraes Mattos, que esteve aqui depondo, [ofício] enviando respeitosamente informações e documentos, conforme acordado. Então eu passo [o documento] ao Relator para exame.

(Procede-se à entrega do documento ao Relator.)

Também recebemos ofício da testemunha, o senhor Roberto Borges Botelho, que havia sido convocado, comunicando que deixa de comparecer tendo em vista ter idade avançada e estar doente, não podendo se locomover de Minas Gerais para cá. Vamos, depois, tratar dessa questão.



Também o senhor Roberto Nogueira Costa comunica que deixa de comparecer em razão do custo de passagem aérea, transporte, hospedagem e alimentação.

Em razão disso, já sabendo dessas situações, enviei uma consulta à Procuradoria da Casa sobre se a CPI pode custear as despesas de locomoção, transporte de testemunha, e a resposta é afirmativa, é sim.

Então vamos tratar dessa questão com eventuais outros depoentes.

Eu pergunto ao senhor Relator, antes de ouvirmos a testemunha do dia, se tem requerimentos a serem apresentados, de novas testemunhas. Podemos tratar disso em gabinete, depois.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então vamos chamar para o seu depoimento a testemunha, o senhor Edgar Antônio Roman.

Solicito à assessoria que encaminhe o senhor Edgar Antônio Roman a esta sala.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pela ordem, o Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade, até para ficar claro aos outros membros, o que nós temos a requerer são só algumas solicitações a mais de documentos e outras convocações, de mais duas pessoas. Isso tudo o Presidente pode deliberar, mas apenas para que fique esclarecido aos outros membros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Fizemos em gabinete.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Está certo.



A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER — Presidente, posso só fazer um questionamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pela ordem, a Deputada Marlene.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER — Consulto se esses depoimentos não podem ser feitos via webconferência, em vez de termos que pagar uma passagem para essa pessoa se deslocar para cá. Não é uma alternativa? É muito mais barata e tão efetiva quanto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vamos acolher a ideia de vossa excelência e fazer a consulta necessária para tal.

(O senhor depoente Edgar Antônio Roman adentra o recinto.)

Senhor Roman, por gentileza, pode tomar assento.

Senhores Deputados e senhoras Deputadas, já se encontra aqui à mesa a fotocópia da identidade do senhor Edgar Antônio Roman.

Senhor Edgar Antônio Roman, o senhor recebeu um ofício de convocação para estar hoje aqui – era na semana passada, infelizmente não houve possibilidade – para prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 0030, de 2019. O senhor tem conhecimento de que vem para dar um depoimento nesta Comissão?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Quero que o senhor diga no microfone o seu nome completo, a sua data de nascimento, a sua profissão e o seu endereço, para que a Taquigrafia possa fazer a devida anotação.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu me chamo Edgar Antônio Roman... O que mais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A data de nascimento?



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu nasci no dia 27 de novembro de 1948.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A sua profissão?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Atualmente aposentado.
[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas era...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Engenheiro civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Engenheiro civil.

E o seu endereço completo? De residência, pode ser.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Rua Armínio Tavares, 67, apartamento 902.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor promete dizer a verdade somente a verdade no dia de hoje?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também tem o direito de ficar calado, se assim entender. O senhor poderia se fazer acompanhar de um advogado, e pelo que vejo o senhor não veio com advogado.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então vou passar a palavra ao Relator da CPI para que possa fazer, por primeiro, as perguntas ao senhor Edgar Antônio Roman, e, depois, os senhores Deputados poderão complementar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Edgar. Agradeço muito a sua presença aqui, ela é importante para a continuação dos trabalhos que esta CPI tem se dedicado a fazer. Provavelmente



entre no rol das CPIs com, talvez, o maior volume de documentos e maior necessidade também de ouvir pessoas que tiveram conhecimento sobre os fatos.

O senhor foi convidado a esta CPI porque era diretor-geral do DER na época da execução do Contrato 046/90, firmado com a empresa Vivenda; por ter assinado o 2º, o 3º, o 4º e o 5º Termos Aditivos ao contrato original; e também por ter sido diretor-geral do DER entre 15/3/91 a 31/12/94 e 4/01/99 a 31/12/2002. Por isso a nossa esperança de que a sua colaboração com esta CPI possa nos esclarecer alguns fatos.

Então, indo direto e objetivamente às perguntas, eu quero começar perguntando para o senhor: o senhor era diretor-geral do DER, como eu falei, em 3 de julho de 1991, quando da assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato 046/90 com a empresa Vivenda Construções e Incorporações Ltda., que objetivou a execução de serviços de conservação e restauração da Ponte Hercílio Luz. No referido aditamento, assinado pelo senhor, consta uma assinatura como sendo do senhor Sebastião, sócio da empresa Vivenda. Ocorre que o senhor Sebastião, aqui nesta CPI, reconheceu nas oitavas que a assinatura colocada no instrumento contratual não é a dele.

Considerando que no documento consta uma assinatura como sendo sua, o senhor poderia identificar se, realmente, primeiro: é a sua assinatura? E depois: quem assinou o aditamento pela empresa contratada, haja vista que o senhor Sebastião não reconheceu a assinatura e afirmou que não autorizou ninguém a assinar qualquer documento da época em nome dele.

O contrato está ali, na tela atrás do senhor (é mostrada imagem projetada em PowerPoint), tem o seu nome e, ao lado, tem essa assinatura — José —, que está ao lado da assinatura do senhor Sebastião. O senhor estava presente na?... Como assinou o contrato junto, nós temos a esperança que o senhor possa nos dizer quem assinou pelo senhor Sebastião.

(O senhor depoente olha para o documento projetado.)

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É pra responder?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Posso também passar à mão de vossa senhoria uma cópia do documento para verificação.

(É entregue ao depoente cópia do documento para que ele analise.)

(Pausa.)

Vossa senhoria está com a palavra. Pode responder.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Olha, eu não me lembro e nem tô reconhecendo se é o seu José ou não é o seu José.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não posso, não posso... não lembro, faz muito tempo. E... lendo aqui, eu tô vendo aqui, tem uma assinatura que parece José; agora, quem é esse cidadão, até hoje eu não me lembro mais, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não?...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...não, não recorda?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque essa era uma das nossas grandes dúvidas, porque o senhor Sebastião, aqui, reconheceu que ele não era. Então nós tínhamos a esperança que o senhor, como diretor do DER à época, pudesse nos esclarecer quem assinou esses documentos no lugar do senhor Sebastião.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não tenho... a menor ideia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor supõe quem que teria essa... já que não foi a empre... a empresa não autorizou ninguém a assinar pela empresa, o senhor tem ideia de quem poderia ter assinado?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não tenho a menor ideia.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor era o diretor à época do contrato.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, né, o contrato tá aqui, tá a minha assinatura, né? Desse termo aditivo, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Mas quem assinou nesse local aqui eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra de alguém chamado José?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Que trabalhava com o senhor, trabalhava na sua equipe à época?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nenhum José?

(O senhor depoente gesticula com a cabeça que não.)

O.k.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Tá o.k., obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Edgar, o senhor foi diretor do DER também em 15/3/91 a 31/12/94 e assinou o 2º, o 3º, o 4º e o 5º aditamentos ao Contrato 46/90, também firmado com a Vivenda. Quatro meses antes de o senhor assumir a direção-geral do DER, foi firmado um termo aditivo que elevou o valor do referido contrato de Cr\$ 34.401,00 (*sic*) para Cr\$ 15.304.401,00. O senhor lembra desse aditamento?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sinceramente eu não me lembro. Muito tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O 2º Termo Aditivo ao contrato, esse mesmo Contrato 46/90, elevou de Cr\$ 15.304.401,00



para Cr\$ 45.304.401,52 o valor do contrato (Cr\$ 30 milhões de acréscimo). E o 5º Termo Aditivo elevou de Cr\$ 45.304.401,52 para Cr\$ 63.304.000,00 o valor do contrato (Cr\$ 18 milhões de acréscimo no total), tendo sido firmado cerca de um mês e meio, 45 dias, antes do encerramento do contrato; 45 dias antes do encerramento do contrato foi firmado mais um aditamento, aumentando o valor do contrato em mais de Cr\$ 18 milhões.

A que se referiam esses aditamentos? Houve algum acréscimo nos serviços contratados?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Ora, com certeza, né? Eu não me lembro desses acréscimos, nem desses aditamentos. Pra mim, na minha cabeça aqui, tá um ponto negro, né, nesses valores. Então eu me lembro muito bem que os contratos, que o... no meu período foram com a Roca-TEC. Essa Vivenda, eu não me lembro de ter trabalhado com ela no Departamento de Estradas de Rodagem na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim. Na verdade o senhor assinou quatro aditivos com ela...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Pois é, até eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...além do...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...tô surpreso com isso também, mas eu acho que na época...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era a sua assinatura. Mas o senhor reconhece a sua assinatura do aditivo?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É, a rubrica é minha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor não lembra desses aditivos...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não lembro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e das razões?



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não lembro, não lembro, não lembro, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Edgar, as desapropriações ocorriam antes da contratação das obras?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Dá para repetir a pergunta?
[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Edgar, as desapropriações ocorriam antes da contratação das obras? O senhor, como diretor, o senhor se recorda se as desapropriações ocorriam antes da contratação das obras? Porque o Ofício 8/97, de 27/11/97, informa que o Contrato — um outro contrato, na época em que o senhor era diretor — PJ 132/96 foi aditado para atender a um Plano Emergencial de Trabalho e Estabilização dos vãos 19, 20 e 24, a fim de restaurar os viadutos de acesso, do lado da Ilha, trecho compreendido entre o encontro e a ancoragem — o senhor como engenheiro está familiarizado com os termos.

Contudo, o engenheiro Antônio Xavier relata que a desmontagem do vão 20 não foi possível em razão da existência de construções sob a ponte, que impediu o acesso e a operação de equipamentos especiais. E tem um processo de desapropriação, o DERP 12.123/978.

O senhor lembra se essas desapropriações aconteciam antes da contratação das obras?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu acho que não, não, eu não me lembro. Acho que não houveram nem desapropriações lá na... em torno da Ponte Hercílio Luz. No meu período, eu não fiz nenhuma desapropriação lá, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então as obras, mesmo precisando usar aquele espaço para fazer as obras, para os equipamentos, não era feita a desapropriação?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, nunca foi feito no meu período desapropriação, não, que eu me lembre.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nunca houve preocupação com desapropriação no seu período então?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não... Não é que não houve preocupação, é que não necessitava, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade, existe o relato do senhor Antônio Carlos Xavier relatando justamente que não pôde fazer porque havia uma... incidiam construções sob a ponte.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, existia um pessoal que residiam lá, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então havia residências.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Mas não foram tomado providências na minha época de desapropriar ninguém, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. Então não houve preocupação com a desapropriação?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não houveram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. Entendi.

Senhor Edgar, na década de 1980 quem executava os serviços de manutenção na Ponte Hercílio Luz era a empresa Roca, como o senhor mesmo bem lembrou. Ocorre que no início da década de 90 a empresa Vivenda passou a realizar os serviços até janeiro de 1992 — no começo de 1990 até janeiro de 92 —, sendo que ao final de 92 a Roca retornou à Ponte Hercílio Luz para a execução dos serviços de conservação através do Contrato 88/92, firmado com o Consórcio Roca-TEC em 15/12/92, assinado pelo senhor, se o senhor assinou esse contrato do retorno da Roca para a Ponte Hercílio Luz.

O senhor sabe explicar os motivos pelos quais a empresa Roca deixou de prestar os serviços na Ponte Hercílio Luz entre 90 e o final de 92?



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Ah, houve um período que foi paralisado, né, falta de recursos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, na verdade teve uma outra empresa que prestou esse serviço.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não me lembro.

Quem trabalhou lá na época foi a Tec Engenharia e a Roca-TEC, que era um consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor não lembra se os serviços contratados com a Vivenda foram realizados no...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não. Eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra da empresa atuando na ponte?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu não... Eu não lembro e não tive... Não me lembro nada com a Vivenda nem... não conheço essa empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não conhece a empresa?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu não conheço a empresa. Eu nunca trabalhei com ela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade o senhor...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu soube... No final houve, houve... inclusive algum litígio judicial junto com, com o DER, porque a empresa Vivenda ela não cumpria... deixou de cumprir os serviços lá na ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor lembrou da Vivenda?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, mas não como ela... trabalhando, como empreiteira, né?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra da Vivenda trabalhando como empreiteira?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não lembro. Eu nunca tive...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas como foi que assinou quatro aditivos com a (*ininteligível*) empresa?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Esses, esses aditivos eles vinham normalmente feito pela procuradoria jurídica, eram encaminhado pra gente, né, pra, pra acertar os. os contratos em andamento, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas se não estavam em andamento... O senhor acabou de alegar que não estava em andamento.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Mas a... eu, eu não me lembro direito, né, mas acho que já deviam, já deviam ter... esses aditivo já deviam estar pronto na época, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas prontos em datas tão diferentes?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Bom, pode ser.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor é... Só para organizarmos a ideia para que fique registrado. O senhor não lembra da empresa Vivenda prestando serviço na Ponte Hercílio Luz?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas assinou cinco aditivos com a empresa Vivenda, mesmo assim.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Também tô surpreso com esses aditivos aí que eu assinei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra que a empresa Vivenda não trabalhou...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...mas assinou os aditivos? O.k.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não é bem assim. Eu posso ter assinado a, a, a empresa não... estava com o contrato, né, mas não estava prestando serviço na época. Eu não me lembro de ter feito nenhum pagamento pra essa empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, se o senhor lembra que a empresa não estava prestando serviço para a Ponte Hercílio Luz, por que o senhor assinou os aditivos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É uma boa pergunta, eu não sei te responder, viu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

Em 17/03/93 foi assinado, também pelo senhor, o Contrato PJ 001/93 com a empresa Steinman, que tinha como objeto serviços de avaliação estrutural e concepção de projeto conceitual de recuperação da Ponte Hercílio Luz. Seu valor inicial era de US\$ 739 mil. Como se deu essa contratação?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — A empresa Steinman ela foi a construtora da obra, e foi solicitado pra que ela fizesse um parecer técnico da viabilidade de recuperação dessa ponte. Eu não me lembro, mas acho que foi feito através de uma dispensa de licitação, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Exato. E na...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...lembro de ter sido feito licitação, ela foi convidada pra fazer esse...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade, é a pergunta seguinte. Houve uma licitação, só que o problema é que a dispensa de licitação feita à época... houve uma dispensa de licitação em um valor maior em favor da empresa Steinman, mesmo quando essa já se encontrava vencedora de uma licitação anterior, a Concorrência nº 24/91. Considerando que a solicitação de rescisão ocorreu em 30/6/92 — é importante se ater às datas aqui, 30/6/92 — e a



aprovação da dispensa ocorreu em 16/7/92 pelo Governador do Estado à época, Vilson Kleinübing, por que aconteceu isso? A empresa tinha vencido uma licitação, entretanto foi desconsiderada essa licitação, e alguns dias depois foi feito uma dispensa de licitação para a mesma empresa fazer o mesmo serviço por um valor maior. Por que isso aconteceu?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu não sei. Não me lembro. Não tenho a menor idéia. Sei que foi feita uma dispensa de licitação única, foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Depois da empresa já ter vencido uma licitação que foi cancelada? O senhor não...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra desse cancelamento?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não lembra?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ainda acerca do Contrato 001/93, a empresa Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A. fez parte dessa contratação? O senhor lembra? Esse mesmo contrato, o senhor lembra da empresa Esteio Engenharia...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Da dispensa de licitação, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Lembro. *[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]*



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual foi a participação da empresa no contrato, especificamente com relação aos serviços encomendados?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Ela dava assessoria técnica pros, pros americanos que vinham aí, né, e conduziam os relatórios de, de, de trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Conduziam os relatório de trabalho?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É, eles fizeram uma espécie de um consórcio, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que de fato foi executado nesse contrato? O senhor lembra?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — O que a empresa americana fez, fez um relatório da viabilidade de recuperação da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E esse re...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — E deu as coordenadas pra fazer um projeto... era pra... era pra fazer um anteprojeto, mas ela não entregou esse anteprojeto pra nós.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ela não entregou?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mesmo com um contrato de quase US\$ 800 mil ela não...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É. Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ela não entregou? Pois então...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Ela fez um relato muito sucinto e não fez aquilo que nós esperávamos que fosse de fazer um tipo de um anteprojeto e... e... E adeus, até logo.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então ela não apresentou solução técnica alguma?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não. Não, não me lembre. Tanto que nós tivemos de contratar, depois, mais tarde, foi contratado um projeto final pra essa... pra restauração dessa ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra dos pagamentos à Steinman?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu... eu acho que foi feito os pagamentos, sim, de acordo com o cronograma que tinha sido acordado na época, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então houve o pagamento, mas não houve a entrega do projeto pela Steinman?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Houve a entrega de outros relatórios que não deram os dados suficientes pra que a gente... fosse elaborado um projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera então que não foi entregue o objeto do contrato licitatório?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não, na época, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não foi... não foi entregue? O.k.

No final dos anos 1990 também se iniciou um movimento no Estado de buscar uma contratação de um novo projeto, em nível nacional, que resultou na contratação, através de convênio com o DNER, hoje DNIT, da Sondotécnica Engenharia (Consórcio Sondotécnica-Ingérop), no ano 2000, período em que o senhor também era diretor-geral do DER. Quais os motivos de novamente ser contratado outro projeto e não ser utilizado na verdade aqueles relatórios? Aqueles relatórios não serviram?...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...pra embasar?



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não, não serviram. Eles não deram elementos suficientes pra que se pudesse fazer uma licitação ou mesmo não deixaram com clareza... clareza necessária, que a ponte era recuperável.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor considera que pela não entrega do objeto da Steinman, foi necessário fazer essa nova contratação?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Foi necessário fazer o novo projeto, sim, que foi feito um projeto final de engenharia através de convênio... governo federal, através do DNIT.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E esse... e esse...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Aí o Estado não participou com nada, né, nessa contratação desse projeto novo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Como assim não participou com nada? Não...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – É... Foi o DNER que pagou tudo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ah, foi o DNER que pagou tudo?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas, mesmo... da mesma forma, mas o DNER acompanhou e super...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Através de engenheiro numa comissão mista, com engenheiros do DNER e engenheiro do DER...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Hum, hum.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...fizeram o acompanhamento desse projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor considera... Então o projeto passou por supervisão técnica de vocês, então?



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do DER.

E o DER apresentou alguma sugestão técnica para elaborar o projeto ou para a escolha de solução?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, veja bem. A... esse projeto dessa ponte é um projeto muito... complicado. Não é qualquer é, é... como se diz, não é um projeto qualquer de uma ponte simples, não. É um projeto até muito desconhecido por todos os técnicos brasileiros, não é? Portanto que a gente pediu auxílio a quem projetou a ponte, quem construiu a ponte, e se manifestou, porque era um... é um monumento que está aí, né, diferente de todas as outras construções.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas então para registro...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — O, o, o que eu fiz na época foi nomear uma comissão técnica para acompanhar a elaboração dos projetos, que eram fiscalizados e acompanhados pelo DNER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E essa comissão apresentou alguma sugestão técnica ao projeto?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Ah, naturalmente que apresentou. A comissão apresentou, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Posso dizer até o nome do engenheiro que era o responsável por isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por favor.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Engenheiro Wilson Kopsch.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Wilson?...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Kopsch. K, o, p... Kopsch.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 6/6/97 foi assinado o Convênio 894/97 com a UFSC. No referido convênio foi entregue, junto com o estudo da estrutura, uma solução de recuperação da Ponte Hercílio Luz. Por que não foi adotada a solução de recuperação proposta pela UFSC?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não sei te dizer, mas eu acho que a solução que a Universidade Federal apresentou não era satisfatória, não, no meu entendimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acredita que não era, então, uma solução viável?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tendo em vista que vários convênios foram firmados e estudos para soluções técnicas foram contratados com a UFSC anteriormente, nas décadas de 80 e 90, com o intuito de apresentar soluções de recuperação, com essa mesma intenção, apresentar soluções técnicas para a ponte, o senhor acredita que tais estudos se justificam técnica e economicamente? Porque já tinham acontecido dois outros contratos anteriormente, então houve um terceiro que também não ofereceu solução técnica. O senhor acredita que esses estudos se justificavam economicamente?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu, eu acredito, eu acredito que... foi solicitado, foi a... a prestação de serviços por parte da Universidade, mas ela nunca trouxe soluções para, para, para o problema da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pois é, pela terceira vez, na verdade, ela não trouxe.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não trouxeram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por que teve três tentativas, o senhor pode me dizer?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não sei, eram interferências que existiam na época, né, inclusive políticas, mas a Universidade deixou... deixou a desejar nos seus, nos seus relatórios.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, mas...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não teve, não teve nenhum relatório do, da Universidade que foi aproveitado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Justamente por isso, quando o senhor se refere à interferência política, o senhor pode discorrer um pouco mais sobre isso? Pode explicar para esta Comissão?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não, não posso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

Mas era de ciência dos senhores que já havia dois outros e que a UFSC não trazia, como o senhor mesmo falou, nunca trouxe solução técnica viável.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor também assinou o Contrato 315/94, firmado entre o DER e o Consórcio Roca-TEC, que objetivou a execução de serviços de conservação e manutenção das Pontes Hercílio Luz, Colombo Machado Salles e Pedro Ivo Campos. Especificamente, quais eram os serviços de conservação e manutenção contratados?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Na Ponte Hercílio Luz, né?
[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: Clovis Pires da Silva]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso, mas é que esse contrato, na verdade, foi um contrato feito para as três pontes, né?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então eu queria saber especificamente...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu não tô lembrado disso, mas eles... me lembro da Ponte Hercílio, Hercílio Luz. O que realmente eram feito lá,



era um serviço de manutenção e conservação da... da... dos viadutos, né? Ou seja, dos serviços de jateamento, pintura e substituição de placas ou peças avariadas pela... Com o tempo, né? Então eram feito as substituições dessas peças.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

Foi contratado algum serviço, o senhor lembra — isso para o nosso estudo é muito importante —, o senhor lembra se foi contratado algum serviço, especificamente nas barras de olhais?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em relatório de atividade e serviços executados referentes ao Contrato 315/94, é descrita a seguinte atividade com realizada: "vistoria nas barras de olhal e apoios, de maneira prática e não técnica, pelo supervisor de obras Sr. Ivo Pelegrini". Esse tipo de serviço era recorrente? Qual a finalidade de uma vistoria prática e não técnica?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Aquilo era pra verificar se os... se o processo estava em andamento ou tinha estabilizado. Então esse senhor era um, era um... Seu Ivo, né, que tu falou?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Á-hã.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É um funcionário antigo lá da *(ininteligível)*... Acho que é o funcionário mais antigo da ponte, um cara que conhecia... conhecia muito da ponte, e era um excelente técnico, conhecedor da ponte. Então ele fazia essas inspeções para verificar se tava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele era engenheiro?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não era engenheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então era um não engenheiro que fazia a verificação da ponte?



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Fazia a verificação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entre 1982 e 2000 o Estado de Santa Catarina contratou inúmeros projetos, estudos, propostas de soluções técnicas, entre outros instrumentos, objetivando a recuperação da Ponte Hercílio Luz, com diversos agentes, tais como as empresas Usimec (contrato de 1982 até 1987), Steinman (em 1993), a UFSC (em 1982, 1989 e 1997), e o Consórcio Sondotécnica-Ingérop (em 2000, através de convênio com o DNIT), sendo que nenhum deles obteve sucesso em restaurar a ponte, ao passo que a grande maioria sequer saiu do papel.

Senhor Edgar, qual o motivo de o Estado contratar tantos estudos e projetos, sucessivamente, e não executá-los, não colocá-los em prática? O senhor considera adequado, do ponto de vista econômico, tal prática?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Olha, eu vou te responder como uma pergunta, essa, essa pergunta. Os serviços, os projeto de contratação dos projeto eram feitos na tentativa de buscar a melhor solução. Todas essas tentativas elas foram praticamente frustradas, com exceção da última, foi feito, elaborado um projeto através de convênio com o DNER, né, que teve por fim um projeto final de engenharia pra restaurar esta ponte. Os outros estudos eram apenas estudos superficiais, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pois então, eu...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — E que todos eles nos deixaram com muita dúvida a respeito da solução, porque a solução para esta ponte, como vocês estão vendo até hoje, ela não é muito fácil não, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor... Diante de tantos contratos eu me pergunto, e também de acordo com o que o senhor relatou: existia algum tipo de interferência ao trabalho técnico dos senhores em relação à contratação de tantos estudos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu acredito que não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor nunca foi pressionado a contratar algum estudo?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque do ponto de vista econômico, parece-me que foi contratada uma série de estudos, e nenhum nunca oferecia a solução, porque os senhores nunca estavam satisfeitos, mas eram alguns estudos, como o senhor mesmo falou, como o da Steinman, que nem o projeto entregue foi. Havia alguma interferência política nisso?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, nunca houve interferência política em cima disso, muito pelo contrario. Essa interferência política que existia era pra que houvesse a execução de projetos capaz de se contratar a... um dia, né, se fosse possível, a contratação definitiva da recuperação da ponte, né? Todos esses que tu se referiu anteriormente, nenhum projeto desse ou anteprojeto, eu não chamaria isso de projetos, anteprojeto, relatórios, como os da universidade, não houve execução de projeto nenhum, houve relatórios. Queriam... no local faziam os levantamentos, mas nada de concreto era apresentado para o DER, né? Então, na tentativa mais correto, finalmente foi esse último, contratação através do, do, do DNER, porque era um projeto caro, não era um projeto de custo pequeno, não, custo muito alto. No entanto, eu nem me lembro o custo desse último projeto o quanto que foi, mas foi alto, com certeza, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, foi alto e, na verdade... Mas os senhores já tinham noção disso nos projetos anteriores, que era um projeto difícil, complicado tecnicamente.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sim, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por que da insistência em projetos que não poderiam apresentar... que já era provável e sabido que talvez não oferecessem as soluções?



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, toda vida nós buscamos soluções. Sempre se encomendava um relatório, um anteprojeto era na... com a finalidade de buscar uma melhor solução pra recuperar a ponte, né? Mas a gente não tinha encontrado solução final, né? E acredito que... Depois eu saí, não sei qual foi o projeto utilizado pra restauração da ponte, mas... acho que foi até alterado o projeto feito através de convênio do DNER com o que hoje a situação está aí. Pelo menos quando eu passo lá e vejo, as noções que eu tinha da, da... do projeto de restauração da ponte não é isso que tá sendo feito aí não, houve modificação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No 2º Termo Aditivo do Contrato PJ 88/92, de 5 de maio de 1994 (*sic*), firmado com o Consórcio Roca-TEC, onde consta também o nome do senhor, consta também aquela mesma assinatura, novamente, constante do 2º Termo Aditivo ao Contrato 46/90, de 1991, firmado com a empresa Vivenda, que não foi reconhecida, como falamos, pelo senhor Sebastião, sendo que agora a referida assinatura consta no local reservado ao senhor Raul Ozório de Almeida, sócio da Construtora Roca.

O senhor pode dar uma olhada no documento ali também, nós vamos colocar em tela o documento. (*É mostrada imagem projetada em PowerPoint.*)
[Transcrição: Ana Clara Mota]

Essa mesma assinatura, num contrato que o senhor novamente também assinou, aparece essa assinatura misteriosa, mas agora em cima de outro nome. (*O senhor depoente analisa em mãos o documento então projetado.*) O senhor reconhece a assinatura nesse novo termo aditivo, também sob a sua supervisão?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Esse aqui é da Roca-TEC, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Exato. Isso.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — A Roca-TEC foi presente, sim, eu assinei os convênios tudo com eles e ele tinha, convênio, não, contrato, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, eu só lhe...



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Agora, essa assinatura aqui eu não estou reconhecendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É a mesma que apareceu no contrato com a Vivenda.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — A mesma que apareceu, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas como que uma assinatura pode aparecer tão constantemente em épocas diferentes e todas sob a supervisão também do senhor?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu... eu... me passando, assim, pela minha memória que pode ser que essas empresas, por exemplo, na empresa de Curitiba eles tinham repre... como é que é?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não é o caso, porque neste caso são duas empresas distintas...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e o senhor Sebastião deixou bem claro que ele não tinha preposto algum para assinar por ele.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Ah, tudo bem. Mas eu não reconheço isso aí. Pode ser que alguém... algum preposto dessas empresas com esse nome aí. Só pode ser.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas que assinou... aqui ele assinou...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Procurador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, é que assim...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Algum procurador... esse cidadão José (*ininteligível*)...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É que para essa hipótese ser verdadeira...



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...pode ter sido procuradores dessas empresas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É que para essa hipótese ser correta, esse senhor deveria ter sido procurador da Vivenda e depois se tornado procurador da empresa concorrente que venceu a Vivenda, e assinado, ainda, em cima de outro nome, de um terceiro nome agora. E não há nenhuma também, nenhuma indicação ali que seja...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu não sei te explicar isso direito aí, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não tem ideia então de quem pode ser esse nome?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não tenho a menor ideia. Nem conheço esse tal de José, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era prática, durante a sua gestão como diretor, pessoas não autorizadas pelas empresas e não constantes no instrumento contratual, assinarem aditivos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas acontece. Não aconteceu?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não sei, porque isso vinha da Procuradoria Jurídica e eles tinham que tá credenciado, né, na Procuradoria Jurídica como procurador com os documentos, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que o senhor está me dizendo é que já vinha assinando para o senhor?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não. Não estou dizendo isso, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era assinado na sua presença?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não era?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então vinha assinado?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Vinha assinado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então já vinha assinado pro senhor e o senhor...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Já, já vinha assinado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...só dava a sua assinatura...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — A minha assinatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então já chegava até o senhor com a assinatura?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor acredita que essa assinatura, por exemplo, já... pelo que o senhor me relatou, essa assinatura já veio da Procuradoria, então?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Já vinha... o documento já vinha pronto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Provavelmente... Então o senhor acredita que essa já veio pronta da Procuradoria?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Também, também. Era de praxe, assim... todos os contratos eram feitos assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem era o procurador jurídico na época?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Na primeira... na primeira gestão minha era o senhor Odorico Ferreira, advogado.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Adolar Odorico Ferreira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Adolar Adorico...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Odorico Ferreira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Odorico Ferreira.

E nos outros contratos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — No segundo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso, no segundo período.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — No segundo período é o engenheiro, aliás, o advogado Márcio... *(pausa)*. Agora não me lembro, falhou o sobrenome dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, então, era prática normal vir esses contratos já assinados para o senhor?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Já, prontinho pra só pegar a minha assinatura...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Já com as assinaturas para o senhor pegar...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor nunca se questionou o porquê essa assinatura tava...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A mesma assinatura em diversos contratos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Edgar, o senhor tem mais alguma informação que queira compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que julgue ser relevante para a elucidação dos eventos e fatos aqui abordados e tratados?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, eu não tenho, eu só... Eu não tenho mais informações a dar, colaborar a respeito, né, só que são... foram atos praticados há muito tempo atrás. Então eu tenho... minha memória não é mais de gente tão jovem assim que se lembra tudo. Passou, eu me esqueço de muitas coisas. Já estou com mais de 70 anos, né? E esses fatos aí fazem mais de vinte anos, né? Então eu não tenho, assim, com clareza... você colocou datas e datas e datas, uma atrás da outra, eu não consegui aqui fazer uma assimilação, computar isso aí, né? Mas... que nem o caso da Vivenda, eu tô estranhando, porque a Vivenda não trabalhou no meu período!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É, segundo...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nós também estamos estranhando...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...não prestou serviço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...porque no segundo contrato prestou, assinado pelo senhor, na verdade

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É, mas não prestou os serviços lá na ponte. Quando eu assumi, já tava encrencado, já tava parada... paralisação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor assinou mais quatro aditivos com a Vivenda.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Pois é, isso que eu tô estranhando, como é que é isso aqui...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E era a sua assinatura.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...que eu não me lembro direito como é que foi isso aí, mas, com certeza, se eu assinei isso aqui, é porque as coisas estavam corretas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como era o interesse político sobre a Ponte Hercílio Luz na época? Como era o acompanhamento?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu não tô entendendo a tua pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não... Quem eram os interessados, os maiores interessados à época... quem que... existiu... o senhor lembra de alguém que... de alguns interessados em saber do andamento, como não estava, como ia, como não ia. O senhor lembra de...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, na época eu prestava conta ao Secretário de Transportes e ao Governador, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Que era sempre questionado a... pelos Governadores, tanto pelo Kleinübing, como o... depois com o Esperidião Amin, que eles tinham a vontade de restaurar a ponte, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor diria que era uma prioridade, que era uma...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Era uma prioridade e que... como é que se diz? Trabalhavam, lutavam junto com a gente para...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...até fazer esses grandes números de estudos, para ver se existia uma viabilidade técnica e econômica, porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor...



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...os... o difícil, além de fazer todos esses estudos, era os recursos para pagar isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tinha...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eram difíceis, né? E muito mais difícil para fazer a restauração da ponte. Nós sabíamos que ia custar uma ponte nova ou mais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor tinha esse contato direto com eles?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Com os... com o Governador e com o Secretário?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Tinha, claro!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim. O senhor se comunicava com os Governadores, então?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sim, claro!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se comunicava diretamente. Essa prestação de contas era formalizada?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, era...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ou era verbal?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Verbal, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era verbal?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Verbal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — O Governador Esperidião muito questionou pra que os projetos saíssem, né, e houvesse uma solução definitiva para esta ponte, né?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Presidente, eu, no momento, me dou satisfeito com as perguntas. Só me reservo ao final o direito de, se eu puder, fazer mais um questionamento, caso a gente queira.

Muito obrigado. *[Transcrição: Bruna Maria Scalco]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Terminada a participação do Deputado Bruno, eu pergunto aos senhores Deputados se há alguma pergunta a fazer.

(O senhor Presidente pergunta diretamente ao Deputado Jessé Lopes, ao Deputado Sargento Lima, ao Deputado João Amin, ao Deputado Fernando Krelling e à Deputada Luciane Carminatti. Todos declinam.) (Pausa.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu tenho mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vossa excelência pode fazer a pergunta, depois eu faço o encerramento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade eu acabei pulando aqui...

O senhor lembra, quando se falava em capacidade de reabilitação, o senhor lembra se comentavam se havia ou não a disponibilidade financeira para a reabilitação da ponte? Se era algo viável economicamente, se o Estado tinha dinheiro para a reabilitação?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, era uma questão que estava... Se discutia muito...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Está desligado o microfone.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, era uma questão muito discutida, tecnicamente e a viabilidade de se recuperar essa ponte, porque os custos, já se sabia que eram elevados pra recuperar essa ponte. Haveria comparações feitas com execução de uma obra como a Colombo Salles ou a Pedro Ivo, que custariam menos do que a restauração dessa ponte. Porém,



sempre foi colocado que a ponte é um negócio que faz parte do Estado de Santa Catarina, não da cidade, mas, sim, do Estado, como um monumento histórico, né, um monumento que diz... Florianópolis, qualquer coisa, lembra a ponte, a ponte diz Florianópolis, né, e é um negócio cultural também daqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Hum, hum.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Então isso levou muito em consideração. O peso, tecnicamente, era se demolir essa ponte e construir uma nova, mas todos esses fatores que eu citei aí, de ser um monumento histórico em Santa Catarina, não permitiu (*sic*), é que lutaram pra que a ponte não caísse, né, e estão lutando até hoje, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Satisfeito, Deputado? (*O senhor Relator, Deputado Bruno Souza, gesticula com a cabeça que sim.*)

Senhores Deputados, senhor Edgar Antônio Roman... Deputado Bruno, eu gostaria que vossa excelência repetisse quais os dois períodos que o doutor Edgar Antônio Roman foi diretor-geral do DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele foi diretor-geral do DER entre 15 de março de 91 e 31 de dezembro de 94 e entre 4 de janeiro de 99 e 31 de dezembro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Antes de eu perguntar ao senhor Edgar, quero contar uma pequena história, para contextualizar depois as minhas perguntas para poder entender bem – e o doutor Edgar há de se lembrar bem, deve até ter conhecido por ter sido servidor público por muitos anos. O senhor lembra do diretor do Tesouro, o doutor Balança, né? O diretor do Tesouro antigamente era o Balança, né?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não lembra ?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas antigamente o Baldança era diretor do Tesouro - isso contado pelo meu pai — e o servidor público fazia o vale, muitos servidores faziam o vale todo mês. O Tesouro funcionava onde hoje é o prédio da Prefeitura Municipal, o gabinete do Prefeito, e o Baldança já sabia quem queria fazer o vale e todo mês preparava um envelopezinho com um dinheirinho, e o servidor ia lá fazer o vale e era descontado no final do mês.

Por que eu faço essa introdução na minha fala? Porque é claro que antigamente não tínhamos a tecnologia que temos hoje, de pegar o telefone e fazer transferência de numerário *online*, enfim, em qualquer canto.

Eu quero perguntar para o doutor Edgar o seguinte: evidentemente que o DER tinha um engenheiro responsável pela obra da ponte. Era isso?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor pode citar, nos seus períodos, quais os engenheiros, ou os principais, ou o principal engenheiro que cuidava da manutenção da ponte?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Olha, o engenheiro Itamar Flâmia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor pode falar mais perto microfone.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — O engenheiro Itamar Flâmia no primeiro período, e no segundo período o engenheiro Arnaldo Martins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito obrigado.

Esses engenheiros naturalmente preenchiam a planilha das obras que eram realizadas.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eles eram diretor da, da, do, da, da área...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E eles preenchiam as planilhas?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...e lá no campo tinham a comissão que faziam as medições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Que faziam as medições. O.k.

Essas medições eram encaminhadas para a sede geral do DER?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Isso, pra diretoria, para as devidas... Diretoria de Operações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A Diretoria de Operação fazia a devida verificação e se tudo estivesse correto, encaminhava para a parte financeira?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Para começar a providenciar o pagamento?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Era isso?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Esse era o rito?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — O rito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pois bem, os pagamentos, em razão da falta de tecnologia, eram feitos para as empresas em moeda corrente, ou cheque, ou o DER depositava em conta?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Era feito ordens bancárias, né, depositado em conta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O DER nunca fez pagamento em moeda corrente?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Nunca. No meu período, na minha gestão, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Fez pagamento em cheque?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Só depósito bancário?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Só depósito bancário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Quem assinava esses depósitos bancários?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Assinatura de, de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Normalmente tinha que ter duas assinaturas no Estado.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — A assinatura final era minha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Sua?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É, minha e do diretor... é... depois de fazer a tramitação geral de todas as diretorias, passado por procuradoria jurídica, todo parecer, ia pra Diretoria Administrativo-Financeira, que fazia os empenhos e encaminhava pra mim as ordens bancárias para pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Quem no DER autorizava a fazer os aditivos aos contratos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Os aditivos eram solicitados através das diretorias competentes, Diretoria de Operações, e eram encaminhados pra mim já totalmente elaborado, com quantitativos, planilhas de cálculos, de verificação, pra assinar, pra mim assinar e eram aprovados pelo Conselho Administrativo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Ah, então na época o DER tinha um Conselho?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Tem um Conselho, sempre teve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Esse Conselho é que examinava...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — E aprovava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...e sugeria a aprovação do aditivo?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Pra aprovar os aditivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E o senhor simplesmente homologava isso?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu homologava, encaminhava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Quem homologava era o Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O Conselho, sim, e o senhor executava o que o Conselho determinava.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Eu me dou por satisfeito.

Senhores Deputados, pergunto a vossas senhorias se têm mais alguma pergunta. (*Pausa.*)

Não havendo [mais perguntas], eu agradeço ao senhor Edgar Antônio Roman e peço à assessoria que o encaminhe, por gentileza. O senhor está dispensado e muito obrigado pela sua participação.

(*O senhor Edgar Antônio Roman se retira do recinto.*)



Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente reunião. Muito obrigado e boa noite para todos. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira*]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhora Deputada [dirige-se à Deputada Marlene Fengler], muito boa-tarde, igualmente o meu boa-tarde a todos os senhores Deputados, bem como às senhoras e aos senhores telespectadores da TVAL, às senhoras e aos senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc, e também a todas as pessoas que se fazem presentes neste ambiente.



Havendo quórum regimental, damos início a mais uma reunião da CPI da Ponte Hercílio Luz. Os senhores Deputados receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 19ª (sic) Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Antes de convidarmos os depoentes, quero comunicar vossas excelências que recebi resposta do Ofício 072/2019, emitido no dia 24 de maio ao excelentíssimo senhor Ptolomeu Bittencourt Junior, Procurador-Geral da Assembleia Legislativa, com o intuito único de solicitar parecer sobre a obrigatoriedade ou não de prestar informações, antes do término da CPI, conforme solicitado nos ofícios recebidos, o de nº 231/2019, da Procuradoria-Geral de Justiça, que anexou o Ofício nº 192/2019, da 26ª Promotoria de Justiça da Capital.

Vou pedir à assessoria que distribua cópia do presente parecer, mas antes farei a leitura da conclusão. Diz sua excelência, o senhor Procurador-Geral da Alesc: "Considerando o princípio da publicidade que rege os trabalhos parlamentares, as prerrogativas institucionais do Ministério Público e, ainda, o direito previsto na Lei de Acesso à Informação, a Comissão Parlamentar de Inquérito deve atender à solicitação, salvo se decretar típica, estratégica e temporariamente sigilosa a informação, hipótese em que a resposta denegatória do pedido deverá ser devidamente justificada." (*Cópia fiel.*)

Então o senhor Procurador da Casa informa em parecer que não há óbice em concedermos os documentos ao Ministério Público, desde que se declararmos parte do todo sigiloso.



Eu pergunto ao senhor Relator: de toda a documentação que esta Comissão já recebeu, vossa excelência solicita que parte dela ou toda seja decretada sigilosa?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não há necessidade, Presidente. Não há nenhuma parte que seja sigilosa, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então vamos noticiar o Ministério Público de que fica à disposição dele, porque é muito papel. Se eles precisarem tirar fotocópia, nós vamos ceder toda a documentação, e o que está em meio digital, nós vamos mandar por ofício, e o que está em papel, eles podem tirar fotocópia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vossa excelência com a palavra ainda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu gostaria de fazer uma questão de ordem, mas antes da chamada dos depoentes. Não sei se o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deixe-me só terminar então.

Então peço à assessoria para distribuir cópia aos senhores Deputados e vamos fazer os ofícios ao Ministério Público, ao senhor Procurador-Geral de Justiça.

Com a palavra o Deputado Bruno Souza, para uma questão de ordem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, antes de iniciarmos os trabalhos de hoje, eu quero fazer apenas duas explicações que acredito serem importantes para o trabalho.

Primeiramente gostaria muito de começar agradecendo toda a equipe técnica que tem trabalhado conosco aqui na CPI e tem feito um trabalho primoroso e com muito esforço. E também agradeço ao Presidente e ao Vice-Presidente, o Deputado João Amin, por terem construído, por terem possibilitado essa interação



com os outros órgãos, porque o que nós estamos fazendo é um trabalho realmente muito minucioso, estamos fazendo uma verdadeira reconstrução de diversos fatos.

E com isso quero pedir um pouco da paciência de todos os Deputados, porque eu sei que, às vezes, o trabalho é um pouco exaustivo, mas isso tem uma importância na reconstrução histórica do que nós estamos fazendo. O tempo da ponte, infelizmente, é um tempo diferente do tempo dos homens, ao que parece, então algumas coisas que para nós, tipo dez anos, significam muita coisa, às vezes para uma obra como essa que levou quarenta anos, que está levando quarenta anos, é pouco tempo, sendo necessário, às vezes, fazer recapitulações mais antigas.

Então agradeço a paciência de todos os Deputados e todas as colaborações. Queria explicar apenas isso, que estamos realmente nos esforçando, porque cada parte é muito importante para o trabalho que a gente está fazendo. Desde já agradeço o Presidente, todos os Deputados que têm acompanhado a CPI e também a nossa equipe, que vem fazendo um trabalho realmente muito bom e diferenciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, hoje nós temos dois depoentes, o senhor Flávio Volpato e o senhor José Mauro Lopes Pereima.

Qual dos dois vossa excelência [pergunta ao Deputado Bruno Souza] deseja ouvir primeiro?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor José Mauro Lopes Pereima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então convido o senhor José Mauro Lopes Pereima a se fazer presente e solicito que o senhor Flávio Volpato se dirija à sala da Coordenadoria das Comissões e aguarde ser convidado a vir depor.

Peço à assessoria que faça o devido encaminhamento, por gentileza, do senhor Flávio Volpato. *(O senhor Flávio Volpato se retira do recinto.)*



Senhor José Mauro Lopes Pereima...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pereima?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Pereima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pereima mesmo. O.k.

Senhor José Mauro...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente hoje, aqui, nesta reunião?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Sim, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Tem consciência, tem conhecimento, né?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Solicito a vossa senhoria que diga no microfone, para que os taquígrafos possam fazer o registro, o seu nome completo, a sua profissão e o seu endereço completo, por gentileza.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Meu nome é José Mauro Lopes Pereima, eu moro na Rua Felipe Schmidt, 1.210, no centro de Florianópolis, e sou engenheiro civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Engenheiro civil.

A sua identidade. O senhor tem?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Tenho.



(O senhor José Mauro Lopes Pereima entrega a sua Carteira de Identidade ao Presidente, Deputado Marcos Vieira.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Peço a assessoria que tire fotocópia, frente e verso, da identidade, por gentileza.

O senhor jura dizer a verdade, somente a verdade, no dia de hoje?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Sim, juro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também não é obrigado a responder à pergunta que lhe for feita.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Tá certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor se faz acompanhar de advogado?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Não, não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k.

Então eu vou passar a palavra ao eminente Relator da CPI, o Deputado Bruno Souza, e após os questionamentos de sua excelência vou abrir a palavra aos demais Deputados.

Com a palavra o Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor José, agradeço a sua presença.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu espero que a sua vivência e a sua experiência com a obra possa nos ajudar a trazer alguns esclarecimentos, e agradeço por ter vindo até esta CPI.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Se eu puder, eu estou à disposição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi requisitada a sua presença porque o senhor foi fiscal da conservação e manutenção da ponte em





1988, também solicitou a troca do gradil, por sugestão da Construtora Roca, na época, e participou de toda uma etapa na Ponte Hercílio Luz.

Eu quero começar perguntando para o senhor: o senhor ingressou no antigo DER, atual Deinfra, em 1980, com registro de aposentadoria do cargo de engenheiro civil em 2009. O senhor poderia discorrer sobre a sua trajetória no Deinfra, tais como cargos e funções que exerceu?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Sim, pois não.

Bom, primeiro quero fazer uma ressalva na sua colocação, porque o gradil não foi solicitado por mim, e sim pela Diretoria de Operações, à qual eu era subordinado.

Mas vamos ao meu histórico. Eu me formei em 79, ingressei nos quadros do DER, na Diretoria de Operações, primeiramente fui designado para a Engenharia de Tráfego, fui chefe da Polícia Rodoviária Estadual, posteriormente fui assessor do Diretor de Operações, e quando lá estava, a partir de... não me lembro da época, dado o lapso de tempo, fui designado para ser o fiscal da conservação da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Exerceu mais alguma função, cargo, nesse período?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Ah, sim, antes disso... Dado o lapso de tempo a gente vai esquecendo, eu fui assessor do vice-diretor-geral também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do Deinfra?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Do Deinfra, não, do DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do DER.

O senhor poderia especificar qual foi o período da sua atuação como fiscal da Ponte Hercílio Luz?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Eu não recordo, assim, precisamente os tempos, dado o lapso de tempo, né, mas foi na década de 80.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não recorda exatamente em qual período?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não, não recordo o período.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Além de fiscal, o senhor atuou de alguma outra forma em outro período na ponte?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não, só como fiscal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Só como fiscal?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra se trabalhou em algum período na década de 90?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não lembro, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não lembra?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não lembro. Só se consultar o meu histórico, mas não lembro. Mas pode ser que sim, dado o lapso de tempo. Eu trabalhei um tempo considerável ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor começou fazendo uma ressalva e falando que não tinha pedido a troca de gradil, que tinha sido o diretor. Então a sua memória estava... O senhor lembra disso claramente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — É, a minha função específica era fiscalizar os serviços de conservação, verificar se era plausível fazer aquele tipo de serviço. Se o senhor me permite exemplificar um fato...

Por exemplo, a empresa contratada verificava que... deixa eu ver um exemplo aqui pra todo mundo entender. Passarela de pedestre. Então os dormentes da passarela estavam com problemas, estavam com estado avançado de degradação, e eu verificava se precisava trocar ou não. Então eu digo: ó, realmente precisa, então vamos elencar o serviço, os materiais. E isso tudo eu remetia ao diretor de Operações, que era o Nelson Picanço, já falecido, e ele autorizava ou não, né? *[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]*



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor diria que recorda bem do trabalho que fazia?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Recorda bem?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Bem... assim, no dia a dia, mas especificamente tudo eu não recordo, né, quase trinta anos, mas algumas coisas relevantes, sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim. Com quem trabalhou, com...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Com quem trabalhei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - As empresas que passaram.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Ah, sim, sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor poderia dizer se recorda do contrato firmado com a empresa Vivenda Construções e Incorporações?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não era da minha época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não era?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não, eu fiscalizei a Construtora Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Roca. Apenas a Roca?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Apenas a Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - No ano de 1988 o senhor encaminhou um ofício ao senhor Flávio Volpato, diretor de Operações do DER na época, fazendo referência a uma proposta da empresa Makmetal, relativa à substituição do tabuleiro da Ponte Hercílio Luz, composto de chapas corrugadas



por gradis metálicos. Em documento também assinado pelo senhor, é feita a referência ao custo dos materiais a serem empregados no serviço, à época 180 milhões de cruzados, equivalentes a R\$ 3,701 milhões, nos dias atuais, sendo que para a mão de obra foi prevista a utilização do pessoal locado pela Construtora Roca, que já executava o serviço de conservação na ponte.

O serviço de retirada do trecho de pavimentação, da pavimentação asfáltica e de substituição das chapas corrugadas por gradis metálicos foi realizado pela Roca?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Eu acho que foi. Não tenho certeza, mas eu acho que foi pela Construtora Roca, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi?

O senhor lembra dessa ocasião, desse ofício que o senhor encaminhou?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não lembro. Tanto é que eu te falei ainda há pouco que eu não tinha solicitado. Eu não me lembro desse ofício.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Esse é o ofício que o senhor faz menção justamente à substituição dos gradis. O senhor reconhece a sua assinatura? (*Mostra documento ao depoente.*)

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim, reconheço. Posso ler?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Claro.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — (*Passa a ler.*)

“Encaminho anexo, a pedido do Prof. Caspar E. Stemmer, da Assessoria Especial da S.T.O. proposta técnico-comercial da Firma Macmetal, interessada à Construtora Roca Ltda, a nosso pedido, para substituição do atual tabuleiro da Ponte Hercílio Luz composto chapas corrugadas por gradil metálico.

Esclareço, que dentro de outras vantagens, tal medida irá propiciar um alívio de carga permanente.” (*Cópia fiel.*)

Agora lembrei. Sim, como eu relatei no início, a minha função era verificar da necessidade ou não de se fazer determinado tipo de serviço. Então, dentre outros,



este, como eu citei o anterior, no caso da passarela, era relevante fazer isso. Por quê? Porque nós iríamos ter um alívio de carga considerável e seria um experimento para futuras trabalhos, e que a gente tava sempre em mente com o binômio da engenharia, que é segurança com economia. E como, como eu era fiscal e eu tinha que elencar fatos, né - não me recordava desse, confesso, dentre outros, devem ter havido outros que eu sugeri -, foi exatamente para que pudesse otimizar serviços e baratear custos e ver como é, se a gente chegaria num denominador pra restauração propriamente dita.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor se lembra qual foi o ano da realização desse serviço?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não lembro. Tem aí no ofício.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim. Não, o serviço da troca dos gradis.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Também não?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não. Deputado, faz quase trinta anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Está bem.

O senhor também não lembraria se os serviços foram executados na sua totalidade?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Parece que foi, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor sabe se acarretou em algum aumento no contrato firmado com a Roca, como a necessidade de contratação de mais trabalhadores, por exemplo?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não lembra?



A retirada da pavimentação asfáltica e a colocação dos gradis tinha por finalidade apenas aliviar o peso estrutural da Ponte Hercílio Luz ou existia alguma outra finalidade?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Como eu relatei anteriormente, na época, juntamente com o diretor de Operações, a gente ia conversando pra ver o que que seria, seria, aspas, “bom” pra ponte, né? Então, dentre outras, ver da possibilidade de esse gradil, que foi sugerido pelo professor Caspar Erich Stemmer, que seria bom pra que a gente pudesse otimizar serviços e baratear custos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso fazia parte de alguma nova concepção para a ponte, alguma nova técnica... O senhor lembra se isso fazia parte de algum contexto?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — O contexto que se falava, assim, em termos técnicos, pelo pessoal da universidade, é que o gradil iria trazer pra ponte melhoras consideráveis em termos de alívio de carga, praticidade na execução e, principalmente, no fator econômico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E algum estudo foi contratado com a UFSC para realizar esse serviço?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Pra esse serviço propriamente dito, não me lembro, mas a UFSC foi contratada pra fazer uma análise da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra quem contratou, de quem partiu a iniciativa?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Se não me falha a memória, foi da direção-geral.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Da direção-geral do DER na época?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — É, cujo diretor era o Telmo Mattar de Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor foi favorável e esse contrato à época?



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim, sim. A universidade nos trouxe, assim, vários subsídios técnicos importantes, dado, assim, o corpo técnico, que é de altíssimo gabarito, principalmente pelo grupo da Engenharia Mecânica, o Grante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera então que foi um serviço útil prestado pela...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Acho que foi, eles colaboraram substancialmente, tecnicamente, para elucidar uma série de fatos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

Em 9 de agosto de 89 o senhor enviou o ofício 107/89 ao senhor Flávio Volpato, diretor do DER à época, o qual continha uma análise feita pelo senhor sobre solução técnica apresentada pela UFSC para a recuperação da Ponte Hercílio Luz - essa recuperação que o senhor acabou de mencionar. O senhor apontou que a solução apresentada era inviável tecnicamente. O senhor escreveu "o trabalho apresentado é bastante superficial", e, ao final, concluiu dizendo "o projeto apresentado não passa de uma ideia a qual não pode ser avaliada por ter desconsiderado fatores de fundamental importância na restauração da Ponte Hercílio Luz".

O senhor quer ver o documento?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não precisa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu fiquei um pouco confuso... o senhor considera que foi um bom trabalho, que não foi?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Assim, ó, a restauração... a restauração da ponte, né, é uma coisa muito complicada, então a universidade somou no sentido de trazer subsídios técnicos, mas a solução definitiva eu acho que deveria haver um estudo mais aprofundado pra que se chegasse a um consenso técnico que fosse realmente plausível de ser exequível.

Então, o que a universidade apresentou, na minha modesta opinião, é que embora tenha sido relevante, tecnicamente boa, mas eu, particularmente,



particularmente, não achei viável, à medida em que eu acho que, na época, né, eu achei que a gente precisava de um estudo mais aprofundado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É, o senhor fala que é bastante superficial o trabalho da universidade e inviável também, são as palavras que o senhor utiliza.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – É, é como eu disse, eles contribuíram muito, dada a sua capacidade técnica, mas, na minha modesta opinião, eu achei que o projeto deveria ser mais aprofundado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas, então, no que consistia essa solução proposta por eles, já que era inviável e superficial?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — É, eu, eu não me lembro, assim, assim, de todos os detalhes, né, mas eles queriam fazer substituição das barras de olhal com chapas, com (*ininteligível*), e eu acho que naquele trabalho de fazer, naquela época, ia trazer um custo muito elevado, embora seja bom. Mas eu, eu achava que seria uma solução melhor outra solução, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor considera que era inviável pelo custo?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Na época, eu, particularmente, achei que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E considerando que era uma solução inviável, e o senhor constatou isso, o que foi feito desse estudo, foi executado ou levado a cabo alguma coisa, de alguma maneira? Ou foi só...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Olha, pelo que eu me lembre, não, não foi levado a cabo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Foi descartado?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Considerando que a UFSC havia realizado alguns estudos anteriores também, na mesma linha de



solução técnica para a recuperação da ponte, o senhor acha que essas contratações sucessivas se justificaram, técnica e economicamente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Eu acho que sim, porque tudo o que a gente venha a somar, como o termo diz, soma. Então, embora eu não concorde, o fulano não concorde, mas eu acho que tudo vem somar, né, e tudo que venha a somar é bom.

E eu vou lhe confessar, Deputado, quando eu entrei na ponte os meus conhecimentos técnicos eram escassos, e aprendi muito. Tanto que aprendi que desenvolvi uma tese de mestrado na Universidade Federal cuja minha tese foi a restauração da ponte, calcado nos conhecimentos que aprendi com o pessoal que trabalhava comigo, com os técnicos que conversei, em que fui aprendendo no dia a dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor considera que, mesmo sendo superficial e inviável, foi um bom... O senhor considera que essas contratações se justificavam técnica e economicamente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Reitero que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Se a UFSC já havia apresentado um estudo superficial inexecutável... Eu não entendo, se antes já tinha sido considerado por outros, na vez em que a UFSC esteve na ponte fazendo outros estudos, foi considerado também inexecutável, por que foi recontratado? Por que, novamente, teve esse estudo?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Ah, isso teria que perguntar pro diretor-geral do DER. Não sei. Não cabia a mim contratar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E ninguém se questionava sobre isso?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não, não cabia a mim. Eu era subordinado a um diretor de Operações, que era subordinado ao diretor-geral. Não, não cabia a mim, por uma questão hierárquica.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor tinha conhecimento dessa outra participação da Universidade Federal na Ponte Hercílio Luz à época?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim, tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor também tinha conhecimento que o projeto não havia sido utilizado?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim, tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se havia alguma pressão para a contratação desses estudos e projetos com a Universidade Federal?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Nenhuma pressão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não havia?...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não, o diálogo que existia entre a direção-geral e o meu diretor de Operações era um diálogo franco, aberto, pra, junto com a universidade, exatamente pra somar, como eu lhe disse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É que o senhor concorda que causa, para quem está de fora, causa um pouco de estranheza. O senhor...nós temos um contrato, que ele reincidentemente não resulta em nenhuma solução técnica exequível, e à época o órgão insistia em recontratar. E o senhor mesmo fez um documento falando que é inviável, que é superficial. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Pois é, Deputado, mas como eu lhe disse, eu era apenas um fiscal, né, e não cabia a mim decidir sobre contratações, sobre o que fazer ou não fazer. Cabia à direção-geral do DER, eu era um simples engenheiro fiscal, mais nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim. Mas com observações muito pertinentes, né? Que eram...



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Sim. As observações, eu acho que até por uma questão, assim, de lealdade, eu podia externar opinião, mas não decisões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor defendeu a dissertação de mestrado em 27/11/2000.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Com o título Reintegração da Ponte Hercílio Luz ao Sistema Viário do Município de Florianópolis/SC: Uma Abordagem Visando a Qualidade do Ambiente Urbano.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – No item 3.3 Estudos Técnicos Existentes, o senhor discorre sobre a proposta da Steinman, que substituíra as barras de olhais por cordoalhas de cabos de aço.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Descaracterizando o aspecto visual original.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A UFSC, por sua vez, apresentava uma proposta alternativa, reforçando a cadeia com a colocação de mais duas barras paralelas.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O que também descaracterizaria a Ponte Hercílio Luz. Ao final do item, o senhor conclui que (1) a vantagem econômica citada pela UFSC carece de amparo técnico, uma vez que – palavras do senhor – “está colocada de forma genérica”; e (2) as duas propostas não podem ser comparadas, uma vez que os parâmetros conceituais são diferentes; (3) o tombamento da Ponte Hercílio Luz conflita com as características incorporadas pelo projeto conceitual da Steinman.



O senhor cita que a proposta de solução da Steinman incluía “o reforço das fundações das torres principais, que consta da execução de oito tubulões periféricos por fundação, e sua integração com a estrutura existente, além de apoio provisório na fase de estabilização da ponte”. O senhor poderia explicar melhor esse projeto da Steinman para a gente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – O projeto da Steinman eu não posso explicar, porque o projeto é deles. O que eu tenho de conhecimento é o que eles queriam fazer. Agora, tecnicamente, qual era o procedimento de engenharia, eu não sei, é com eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor escreveu um item sobre isso, né?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – É, eu fiz uma observação sobre o projeto conceitual deles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o que o senhor pode nos falar sobre esse projeto conceitual?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Esse projeto conceitual, como tava no meu relatório de mestrado, eu citei que ele ia desvirtuar um pouco da... da arquitetura da ponte e, na minha opinião, já que era a minha opinião, que era a minha teste, eu achava, como achei, que no projeto deveriam ser preservadas as características arquitetônicas da ponte, e tanto um como o outro talvez não chegasse a esse denominador. Por isso que fiz essa observação, mas aí era observação minha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas então o senhor conhece bem o projeto conceitual da Steinman?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Bem, não. Eu conheço conceitualmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Conceitualmente bem?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – (Ri.)



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – (Ri.) Porque o senhor escreveu sobre isso em uma dissertação de mestrado.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Não, mas o que eu quero dizer, Deputado, é o seguinte: num projeto de engenharia tem uma série de particularidades, né? Que eu não sei as particularidades do cálculo, as tensões, etc., etc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k., sim.

A estrutura das fundações, na opinião do senhor, das torres, representava algum risco?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Olha... eu vou dar a minha opinião baseado em um relatório que li do que foi feito numa inspeção quando eu tava lá. E parece que era projeto Larus. Não lembro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Projeto?...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Larus.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Larus?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Acho que é isso. Não...

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Larus, né? Larus, com r. E eles...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Desculpe, a plateia não pode se manifestar, por gentileza.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — E nesse, nesse, nesse... nesse Projeto Larus, que eles estiveram lá verificando, eu me lembro, embora vagamente, que eles relataram que, abre aspas, as pilastras parecem um queijo suíço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a base das estruturas principais?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – A base das estruturas principais é as pilastras.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, mas e...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – E as ancoragens.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – As ancoragens.
Perfeito.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – As ancoragens, em termos, assim, visuais, pareciam que está... estarem bem preservadas, porém carecia de uma análise mais profunda, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se havia manutenção nessa estrutura?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Não havia. Tanto que nós começamos a fazer a manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Vocês começaram?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Foi na época do senhor?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Sim, na minha época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na conclusão da sua dissertação, o senhor cita que o governo federal havia alocado recursos para licitar projetos de engenharia para a recuperação da Ponte Hercílio Luz, por meio da Portaria 78/97, do Ministério da Cultura. O senhor acredita realmente que precisava de mais um projeto?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Eu não lembro desse fato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não lembra da sua fala?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Não, não lembro. Não lembro.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k. Mas, na opinião do senhor, o senhor acredita que na época da sua dissertação era necessário, em 97, mais um projeto? Os projetos existentes e os conceitos existentes não eram suficientes?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – O senhor fala pra conservação ou pra restauração?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para ambos.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Pra ambos. Eu acho que num caso de um projeto final de engenharia, sim, precisava contratar uma empresa que fosse... tivesse tradição, tivesse gabarito técnico, porque é uma obra ímpar e não é qualquer empresa que pode fazer. Tem que ser alguém que tenha habilidade técnica pra tanto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entre 1982 e 2000 o Estado de Santa Catarina contratou inúmeros projetos, estudos, propostas de soluções técnicas, entre outros instrumentos, objetivando a recuperação da Ponte Hercílio Luz com diversos agentes, tais como as empresas Usimec (82 até 87), Steinman (93), a UFSC (82, 89 e 97) e o Consórcio Sondotécnica-Ingérop (em 2000), através de convênio com o DNIT, sendo que nenhum deles obteve sucesso em restaurar a ponte, ao passo que a grande maioria sequer saiu do papel.

Senhor Mauro...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual o motivo de o Estado contratar tantos estudos e projetos sucessivamente e não executá-los, não colocá-los em prática?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Não sei. Você teria que perguntar isso pro diretor-geral ou pro Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não tem nenhuma opinião sobre isso?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Não, não tenho.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor considera essas atitudes de contratar diversos projetos e não colocá-los em prática adequadas do ponto de vista econômico?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Não cabe a mim avaliar isso, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se havia recursos financeiros para reabilitação e restauração completa da ponte nas décadas de 80 e 90?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Não, eu não sei. Eu não participava do setor financeiro do órgão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O que era comentado à época?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Não recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em maio de 89 o senhor remeteu o Ofício 58/89 ao senhor Flávio Volpato, diretor de Operações, o qual solicitava providências a respeito de invasões nas áreas sob a Ponte Hercílio Luz e adjacências. Quais foram as providências tomadas pelo DER?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Eu solicitei a... providências do órgão porque estavam sendo instalados embaixo da ponte barracos, várias pessoas estavam ocupando, inclusive trazendo risco pra essas pessoas, porque o pessoal trabalhava e podia cair algum material em cima, e eu solicitei, já que não era da minha alçada, solicitei ao setor competente, que era a Diretoria de Operações, que tomasse providências. E não me recordo do que aconteceu, assim, propriamente dito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não lembra se foram tomadas providências?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Não me lembro.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Porque algumas casas ali... na verdade não eram nem barracos, o senhor lembra que eram casas de alvenaria?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Sim, as antigas, mas além das antigas e que estavam ali instaladas há tempo, várias pessoas estavam ocupando. Tinha até barraca embaixo da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pois então. Uma das atribuições do DER era zelar pela faixa de domínio das obras. Correto?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Por que essas invasões foram permitidas?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Eu não sou polícia. Eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas é atribuição do órgão ao qual o senhor fazia parte.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Tanto é que quando eu... aonde eu estava trabalhando que eu detectei que havia problemas, eu comuniquei a direção do DER pra que tomasse providências, mas eu não podia ir lá, não sou polícia, não tenho poder de polícia pra tirar as pessoas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E como é que isso foi encaminhado dentro do DER? Ou o senhor só encaminhou um ofício e esqueceu o assunto?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Não, eu não esqueci. Eu encaminhei pra lá e não caberia a mim checar do meu chefe se ele tinha tomado providência ou não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nos contratos firmados com a Construtora Roca ou com o Consórcio Roca-TEC, quais eram os serviços contratados? O senhor pode especificar para a gente?



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Eu vou te falar genericamente, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – A Construtora Roca tinha um contrato de conservação e manutenção da ponte. Então o contrato versava sobre materiais e mão de obra, né? Então, é... dada a complexidade da obra, à medida que a gente ia fazendo as inspeções de rotina, nós iríamos... nós íamos detectando problemas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Hum, hum.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Então fomos ver um problema. Estamos lá na torre principal. Então o mestre de obra me chamava e dizia: "Mauro, aqui tem essa chapa que tá com problema. Dá pra tirar? Vamos ver, vamos só jatear? Vamos diminuir a sessão? Ou vamos rebitar? Vamos trocar? Não vamos?" Então nós íamos ali elencando prioridades pra que pudesse conservar a ponte - nós não estávamos restaurando, nós estávamos conservando. Então determinadas situações, por exemplo, com as correntes de barra de olhal, ninguém pode mexer. Então o que que a gente fazia? Então nós... Existe ali a corrente, o que temos que fazer? Vamos jatear isso aqui, vamos passar uma camada de zarcão por cima e depois vamos pintar. Então isso que nós íamos fazendo, nós íamos fazendo um trabalho paliativo pra não deixar que o problema se agravasse.

Tipo assim, eu sou um médico, o meu paciente tá com infecção generalizada, e eu vou dar um analgésico e um anti-inflamatório, mais do que isso não posso. Era algo mais ou menos assim, se me permite a analogia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Entendi.

Nos contratos firmados pelo DER nos anos 90... 80, perdão, envolvendo a Ponte Hercílio Luz existiam quantitativos nos instrumentos contratuais, ou seja, eram especificados a quantidade de materiais e os serviços exatos que seriam realizados ou os contratos eram abertos e genéricos?



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Não. No contrato que eu fiscalizava, era... funcionava mais ou menos como eu relatei ainda há pouco. A empresa era contratada - aliás, quando eu comecei ela já estava lá -, então nós elencávamos serviços, dimensionávamos pessoal capacitado, então operário um, operário dois, mestre de obra, soldador, rebitador, etc., etc., pra trabalhar naquele evento que nós tínhamos elencado. E a partir dali, então, executávamos o serviço.
[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas existiam quantitativos ou o senhor considera que eram mais abertos os contratos?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não, os quanti... os quantitativos de material ou de contrato?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De contrato. Os instrumentos contratuais mesmo.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não... Aí, o, o, o contrato era... foi licitado pelo DER. Eu não me lembro qual eram os quantitativos que preconizavam o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor lembra se havia, ou era aberto, ou era algo mais genérico?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não lembro... Eu, eu... se não me falha a memória tinha um valor específico, tinha um teto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tinha o valor total do contrato?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Um teto, né, um teto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas não existiam os quantitativos específicos por serviço, por hora?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não, não. Um teto do serviço tinha.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi. Então era mais aberto?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim, mais assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era mais aberto. A ponte sofreu sua primeira interdição em 82 e a interdição absoluta em 91. As ações de manutenção da ponte não eram efetivas?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Como assim, efetivas?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque... porque elas foram... porque ela foi... A ponte teve a sua primeira interdição em 82 e aí até em 91, bom, teve ações de manutenção e foi fechada de vez em 91. Essas ações não resultaram em nada que... a tal ponto que foi necessário o próprio fechamento da ponte?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Olha, não era da minha época, mas, pelo que me consta, essa, essa rotina de inspeção da ponte foi o que levou ao fechamento, porque na época se... foi o Governador Jorge Bornhausen que fechou, né? E, e, foi exatamente porque nessas inspeções de rotina verificaram que existam problemas e contrataram o IPT, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, de São Paulo, para fazer uma vistoria. E o que levou ao fechamento da ponte, se não me falha a memória, abre aspas, relatório do IPT: "Existe risco de colapso iminente da ponte sob peso próprio", fecha aspas. E aí, então, que o Governador decidiu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E as manutenções, então, elas não serviram para reduzir esse risco iminente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Como eu te disse, como eu lhe disse, as manutenções vinham sendo feitas, não era do meu tempo, a partir dali se intensificou para não deixar que o problema se agravasse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como funcionava a fiscalização e a supervisão dos contratos relativos à Ponte Hercílio Luz na sua época? O senhor lembra? Pode nos explicar?



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — ã, vamos ver o que eu lembro. O contrato que eu fiscalizava, eu elencava os serviços, fazia um relatório semanal de todos os materiais que eu utilizava, até número de parafuso, de rebite, material empregado, número de pessoas que trabalhavam. E esse relatório, como eu lhe disse semanal, era enviado ao diretor de Operações, que checava as informações e encaminhava ao setor competente, competente do DER para registro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O senhor lembra quais eram as condições dos aparelhos de apoio das torres principais, os pilones, nessa época?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Bom, aparelho de apoio é uma coisa, esses pilões...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — ...que eu acho que o senhor quer falar é a fundação. É isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Exato.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Os aparelhos de apoio que tinham da ponte são... que existiam, nós até trocamos, estavam todos com problemas sérios e emperrados. Isso daí tava levando a um problema sério de estabilidade da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor considera que... a condição, obviamente, então o senhor pode dizer isso categoricamente, não era logicamente adequada para...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não. Aliás, a ponte como um todo tava... está ainda, né? Bom, agora não, né, mas na época que eu estava tava seriamente comprometida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E para essas estruturas, os pilones, a empresa Roca prestou algum tipo de manutenção ou recuperação?



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Pilões? Eu não tô... definindo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os pilones, as bases que...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Que tá dentro da água?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Que está dentro da água?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Que a gente chama de pilastra então. Não, isso aí não foi feito nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em relação ao vão central, pênsil, alguma manutenção era realizada na sua época?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim, nas... as cordoalhas que apoiavam as treliças, que é aquela estrutura que tem no meio, elas estavam com problemas. Então nós íamos restaurando naquilo que dava, porque a gente não podia trocar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Hum, hum.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Então, jateávamos, fazia um reforço aqui, outro acolá, mas nada que mexesse na estrutura, porque não dava, porque se mexer naquilo ali derruba a ponte. Então nós vínhamos colocando, aspas, "um *band-aid*", né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E existem documentos que comprovem essa manutenção ou inspeção?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Como eu lhe disse, o meu relatório era semanal, o que comprova isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E ele abordava bem essa situação?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É porque o que me... o problema, o nosso problema em relação a isso, e eu lhe fiz essa pergunta, é porque os relatórios apresentados pelo Deinfra são muito sintéticos...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Pelo DER, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perdão, pelo DER, eram muito sintéticos, eles não apresentavam quantidades. Por exemplo, os relatórios que o senhor menciona, localização... Então, existem alguns documentos além disso? Porque os documentos que o senhor está mencionando, eles apresentaram para a gente esse problema, eles são muito sintéticos. Eles não têm nem quantidade, nem localização de onde eram efetuadas as manutenções?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não. No meu relatório, é como eu lhe disse, nós elencávamos os serviços, né, quais os materiais empregados e as pessoas, os operários que nele trabalhavam. Mas, dada a gama de serviço, não tem específico — ó, hoje nós trabalhamos em tal local, ontem naquele, amanhã naquele outro — não tem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então a gente não tem como saber onde foi feito aquele trabalho?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não tem. O que tem como saber, na minha época, por exemplo, eu restaurei todo o viaduto de acesso do Continente, eu pinte as duas torres, eu restaurei parte do viaduto de acesso da Ilha, eu restaurei quase todas as correntes de barra de olhal. Então, são algo, algo físico e palpável da época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O senhor fez também parte da comissão do Deinfra que acompanhou o contrato firmado, DER na época, no ano de 82 com a Usimec?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Eu fiz parte da comissão, só.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra desse contrato?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que de fato... Bom, então o senhor também não deve lembrar o que foi, de fato, executado. Eu imagino...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não, não lembro, porque eu só era um membro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

Senhor José, nós vamos agora lhe mostrar dois documentos, instrumentos contratuais, um do ano de 91 e o outro de 94, em que consta uma assinatura que parece ser de alguém chamado José. O senhor reconhece... — eu vou lhe mostrar agora o documento — o senhor poderia dizer se reconhece essa assinatura?

(Mostra os documentos para o depoente, que os analisa.)

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Qual delas? Essa aqui?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Onde tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Essa assinatura aqui? *(Aponta para o documento, mostrando ao depoente.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Exatamente.

(O senhor depoente analisa o documento.)

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — José, sim, mas o outro não dá de saber.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor reconhece o José?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não conheço. Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra de algum outro José que fazia parte, colega seu, no mesmo órgão?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Tinha vários Josés lá, mas não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algum com autonomia para assinar?



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não lembro. Teve... não sei se é José Gaio, que foi diretor-geral.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — José?...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Gaio. Não sei se é José, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não reconhece?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom, o senhor também falou muito da capacidade técnica de algumas empresas, o senhor fez um mestrado também sobre a Ponte Hercílio Luz. E, agora, eu gostaria de fazer uma pergunta justamente baseada na sua experiência na Ponte Hercílio Luz, no seu mestrado, em toda a sua vivência na obra, e tudo o que o senhor aprendeu durante esse tempo: o senhor considera que as empresas que vieram, após o seu, o seu período, elas tinham... e que se propuseram a fazer a restauração efetiva da Ponte Hercílio Luz, o senhor considera que elas tinham capacidade técnica para realizar os trabalhos para os quais elas se propuseram?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Por uma questão de ordem ética, eu digo que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor gostaria de acrescentar mais alguma informação que possa ajudar esta Comissão Parlamentar?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Mas... não tenho nada a acrescentar, mas me coloco sempre à disposição pra quantas vezes forem necessárias vir aqui e prestar esclarecimentos e ajudar no que for possível, que é meu interesse também que esta obra venha a cabo e que se a gente chegue a um denominador e que se saiba por onde andamos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu só vou fazer uma última pergunta. O senhor citou o senhor José Acelmo Gaio, é isso?



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — É, que você me perguntou do José...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, sim, só para saber se esse era o José.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — É esse mesmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá certo. Muito obrigado.

Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, neste momento abro a palavra aos demais Deputados: Deputado Jessé Lopes, Deputada Marlene, Deputado Fernando, Deputada Luciane, Deputado Jerry.
(*Os Deputados citados declinaram usar da palavra.*)

Deputado Bruno, eu vou fazer a pergunta direta ao senhor José Mauro Lopes Pereira. O senhor foi funcionário do DER e fiscal da ponte em qual período?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Ah, eu não sei lhe precisar datas, mas eu fui... Qual é a pergunta mesmo? O tempo que eu fui fiscal ou que eu fui?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Fiscal da ponte.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Eu não sei lhe precisar datas, mas foi na década de 80 até meados de 90.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Na década de 80. Isso faz mais ou menos quase quarenta anos, trinta para quarenta anos.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Trinta a quarenta anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — É claro que a tecnologia naquela época não existia como existe hoje. O senhor sabia da forma de pagamento que o DER fazia para as empresas, se era ordem bancária, se era em cheque ou se era em espécie?



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sinceramente, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não sabe?

As empresas pagavam para os seus empregados em dinheiro vivo em envelope a cada final de semana ou era depósito em banco?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Eu não me recordo, mas... não quero afirmar isso, mas eu acho que era em cheque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Em cheque.

O senhor, enquanto fiscal da ponte, de período em período ou de semana em semana emitia um relatório de tudo o que a empresa contratada de manutenção fazia lá na ponte. O senhor encaminhava esse relatório para quem?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Precisamente ao diretor de Operações, engenheiro Nelson Giorno Picanço, já falecido. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Já falecido. A pergunta que eu quero fazer ao senhor em seguida é a seguinte: a Diretoria de Operações fazia a verificação e mandava depois para o financeiro. Havia algum contato do senhor com o financeiro para saber se efetivamente tudo aquilo que havia sido realizado estava sendo pago?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor, depois que remetia o relatório à direção de Operações, não tomava conhecimento de mais nada?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Findava o meu, meu, meu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Absolutamente nada?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Absolutamente nada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Dou-me por satisfeito nas minhas perguntas.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a perguntar para o senhor José Mauro Lopes Pereima, faço a dispensa do mesmo. Agradeço a sua participação no dia de hoje... a não ser que o senhor tenha alguma coisa a acrescentar.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então o senhor está dispensado. Agradecemos a sua presença, muito obrigado por estar hoje aqui.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Senhores Deputados, senhora Deputada, foi um prazer estar aqui, contem sempre comigo e é uma honra estar aqui. E... se, se de alguma forma eu ajudei, fico satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Até logo e boa noite a todos. (O senhor José Mauro Lopes Pereima retira-se do recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Solicito à assessoria que encaminhe a esta sala o próximo depoente, o senhor Flávio Volpato, por gentileza. (Pausa.)

(O senhor Flávio Volpato adentra o recinto.)

Senhor Flávio, por gentileza, sente-se aqui à minha direita.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor pode se aproximar um pouco mais da mesa e, sempre que falar, fale bem perto do microfone para que fique bem...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — O.k.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Já foi tirada a fotocópia da sua identidade. O senhor é o senhor Flávio Volpato, é isso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Para fins de registro na ata, as taquígrafas estão a postos, solicito que o senhor diga o seu nome completo, a sua idade, a sua profissão e o seu endereço completo.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — ã... Meu nome é Flávio Volpato, ã... eu tenho 68 anos, nasci no dia 2 de novembro de 1950, sou engenheiro civil, funcionário da ativa do Departa... do Deinfra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O endereço do senhor?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — ã... Residencial: Rua Álvaro Ramos, número 384, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88036-030.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor falou que é engenheiro do Deinfra.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Civil do Deinfra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor ainda está na atividade?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Estou na atividade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Está na atividade.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — ... há 42 anos no Deinfra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então é funcionário ativo do Deinfra?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor sempre foi funcionário do DER e Deinfra?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — No Estado?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Fez 42 anos?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Quarenta e dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — DER/Deinfra?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Toda a minha atividade profissional foi exercida dentro do DER/Deinfra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor sabe por que motivo está aqui?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Ah...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Por que foi convocado para vir aqui no ofício que o senhor leu?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Eu no... pelo ofício que eu li se trata da... de algo... de assunto sobre a Ponte Hercílio Luz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Ponte Hercílio Luz. Ok.

O senhor jura dizer a verdade e somente a verdade no dia de hoje, nesta reunião?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Juro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também não é obrigado a responder a todas as perguntas.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A pergunta que o senhor entender que não deva responder, o senhor pode ficar em silêncio. O senhor trouxe advogado?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não.

Então vou passar a palavra ao Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Flávio.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado por colaborar com esta Comissão. Espero que a sua vivência na Ponte Hercílio Luz possa nos ajudar a esclarecer alguns fatos.

O motivo da sua requisição é porque o senhor ocupou o cargo de engenheiro no Deinfra desde 1º de março de 1977, e o senhor acompanhou, claro, fatos referentes à Ponte Hercílio Luz. Por isso que nós fizemos esse convite ao senhor para que pudesse vir e nos ajudar a esclarecer alguns fatos.

O senhor poderia determinar o seu período de atuação como diretor de Operações no DER de Santa Catarina?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Á... precisamente... por mês, não. Mas foi de 1988 até 1991, meados, dois anos e meio, aproximadamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor ocupou outros cargos de gerência ou direção?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Eu ocupei... anterior a isso eu trabalhei no interior, trabalhei em Lages, em São Miguel do Oeste, Tubarão, como coordenador dentro da estrutura existente naquela época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E em relação à Ponte Hercílio Luz, qual foi a sua atuação, direta ou indiretamente?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — A minha atuação na Ponte Hercílio Luz foi muito pequena. A única participação que eu tive... porque a Ponte Hercílio Luz, á... eu, como diretor de Operações naquele período, a... eu... ele era subordinado à Diretoria de Operações, mas existia uma... uma comissão... existia uma comissão



lá que era o fiscal, o fiscal que acompanhava no dia a dia, fazia as medições, fazia tudo. Então a minha participação foi muito, foi muito pequena.

Durante toda a minha vida do Deinfra, somente eu... nesse período, por subordinação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor... As deliberações, quem aprovava, quem não aprovava, eram?....

O SR. FLÁVIO VOLPATO — As deliberações aprovadas eram pelo... pelo Conselho, pelo Conselho do Deinfra, né? Então eu, como diretor de Operações, fazia parte do Conselho, o Conselho... a... determinava isso daí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor me permite: mas na época ainda não existia o Deinfra, né, era DER?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — DER...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, na época, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Ele está se referindo ao DER...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — DER mesmo.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — DER, exatamente. Mas DER também existia o Conselho Administrativo do DER também, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

Então o senhor não considera que tinha uma participação ativa nas deliberações?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, nas delibera... participava como diretor, nas deliberações participava também. Mas, especificamente, assim, decisões unilaterais, isso aí não, não acontecia. Não acontecia, ã, havia um acompanhamento como subordinado.

Na época o diretor de Operações ele era mais afeto e mais dedicado à conservação rodoviária, porque nós fazíamos a conservação das rodovias estaduais, tudo por administração direta. Então, o volume de trabalho era muito



grande, principalmente dedicado pra aquela faixa de serviço de conservação rodoviária.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entre os anos de 82 e 87 a empresa Usimec executou contrato de recuperação da Ponte Hercílio Luz. O senhor participou do acompanhamento desse contrato?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — 82 a 87?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Exato.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não. Em 87 eu estava... a... eu saí de São Miguel do Oeste e fui pra Tubarão nesse período. Eu comecei a trabalhar na sede do Deinfra em 1988.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ao longo dessa década de 80 e também a década de 90, vários contratos de manutenção foram firmados — e a maioria deles — com a empresa Roca. Como eram estimados os quantitativos desses contratos?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei te dizer porque a... Os quantitativos, os quantitativos ele eram... estipulados por... existia uma Comissão de Licitação e a presidência, a... não sei, não sei quem, determinava as quantidades a serem a... quantificadas e orçadas pra licitação. Eu nunca participei disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor nunca participou da composição de nenhum contrato?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor assinava também?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Contrato, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os contratos com essas empresas, o senhor lembra se eram para fornecimento de mão de obra e material?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Ah, o contrato da empresa Roca, que fazia a manutenção rotineira, fazia com muita frequência, ela, ã... incumbia... quer dizer, ela existia a parte de material e a parte de mão de obra, no mesmo contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra quais eram os serviços de conservação e manutenção que foram contratados com a Roca?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Ah, os serviços de manutenção eram... altera... as... ã... vamos dizer... as substituições da parte metálica aonde havia necessidade e a corrosão se apresentava de uma forma mais acentuada, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E ela realizou alguma intervenção nas barras de olhais?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, nas barras de olhais, não. Isso aí é um serviço muito melindroso e até hoje ninguém conseguiu mexer naquilo lá. Essa ponte que tá sendo feita ela foi sustentada exatamente por causa daquilo. Inclusive na época a Universidade Federal de Santa Catarina fez um estudo com o, o Reitor Caspar Erich Stemmer fez um estudo tentando a, a elaborar um projeto que pudesse fazer esse tipo de atividade, mas não foi realizado nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, como diretor de Operações, acredito que pode nos dizer se recorda do contrato firmado com a empresa Vivenda Construções e Incorporações. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Leitura: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Eu me recordo, eu me recordo desse nome, Vivenda. Foi uma licitação, foi uma licitação... eu não sei te dizer exatamente o ano, mas uma licitação em que a empresa Roca participou, a empresa Vivenda participou, a empresa Vivenda apresentou um preço a... muito mais baixo do que o existente, do que o da outra empresa, e naquela época a licitação ficou meio que indecisa. Ficou indecisa por causa que essa empresa ela não... Durante a licitação



ela apresentou toda a documentação e a comissão de análise da documentação achou que tava tudo o.k.

E um fato superveniente que veio posterior a... sobre um... atestado de conservação de uma ponte lá na região de Criciúma, a... foi constatado que ela não tinha executado e... então o Conselho do Deinfra resolveu, na época, a... que foi também uma falha instruída pelo advogado do Deinfra, que anulou a licitação. Anulou aquela licitação e não deveria ter sido anulada.

Eu, como engenheiro, não posso te afirmar isso, isso daí, porque é um termo jurídico, então... Depois nós ficamos sabendo que anular seria por uma falha mais grave, alguma irregularidade na, na licitação e o correto seria revogar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então a empresa apresentou uma documentação falsa nesse caso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Isso foi constatado *a posteriori* lá, que ela apresentou uma, um atestado sobre a Ponte Mãe Luzia, alguma coisa assim. Mas eu não tenho bem certeza qual é o nome do rio lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o contrato? Ele foi rescindido?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, esse contrato ele foi firmado, ele não... Inicialmente pela administração foi anulado. Então, a empresa entrou na Justiça, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Entrou na Justiça e a Justiça determinou que fosse contratado isso *a posteriori*, mais tarde, fosse contratado e ela realmente foi contratada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas eu me refiro ao final dele. E ao final? Ele foi rescindido? O senhor lembra?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Depois dessa época se ele... Essa parte aí já é... Foi após a minha saída já da Diretoria de Operações. Tanto a parte de contratação e a parte de execução e a rescisão posterior, eu fiquei sabendo, ouvi



que ela... Que foi rescindido por ela ter apresentado documentação de recolhimento de INSS falsa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi.

O senhor lembra do trabalho executado pela empresa?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, não foi na minha época. Eu já trabalhava noutro setor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não sabe me dizer se ele foi totalmente executado, se...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não sabe...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Eu, de 1900, de 1991 até hoje, eu sempre trabalhei num outro setor do Deinfra, que foi a parte de financiamentos internacionais. Então todos os programas, nós temos sete programas, desde o... O DER/Deinfra tem, desde 1980, o Estado de Santa Catarina, contratos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para execução e reabilitação de rodovias.

Então eu gerencio desde aquela época, há 28 anos mais ou menos, eu gerencio esse tipo de atividade dentro do DER/Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 1988 o senhor recebeu ofício do senhor José Mauro Lopes Pereima, fiscal de conservação e restauração da Ponte Hercílio Luz à época, fazendo referência a uma proposta da empresa Macmetal, relativa à substituição do tabuleiro da Ponte Hercílio Luz, composto de chapas corrugadas por gradil metálico.

Em documento encaminhado anexo ao ofício é feita a referência ao custo dos materiais a serem empregados no serviço, 180 milhões de cruzados à época, R\$ 3.700 milhões hoje em dia, sendo que para a mão de obra foi prevista a utilização do pessoal alocado pela Construtora Roca, que já executava os serviços de conservação da ponte. Os serviços de retirada de trecho da pavimentação asfáltica e de substituição das chapas corrugadas por gradis metálicos, foram realizados pela Roca?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei te dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou mostrar o documento para o senhor, no qual o senhor é o destinatário do documento. (*Mostra documento ao depoente, que o analisa.*)

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Tá, mas eu... Eu não... Isso aqui não é decisão unilateral de um diretor. Ele mandou o documento pra ser encaminhado pra, pro... Pro Conselho Administrativo, pras decisões da Secretaria, de quem for, porque isso aqui é um valor significativo e uma decisão... É uma decisão que não é unilateral. Eu não sei aqui... Eu não autorizei.

(*O senhor depoente analisa detidamente o documento.*)

Ó, foi a Secretaria de Transportes. Eu encaminho à Secretaria de Transportes para o Secretário tomar decisões, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então quem tomou essa decisão, provavelmente, foi o Secretário, então?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor encaminhou para isso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei... Foi encaminhado pras autoridades superiores definirem, como é natural em todo processo. Nenhum diretor toma... toma atitude....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem seria à época?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Quem seria? Ah, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual seria o cargo, então, acima do senhor à época?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Presidente... Ou diretor, ou presidente, não sei como é que... Isso aí variou bastante, né, ou diretor ou presidente e o Secretário, quem tinha o poder de decisões (*ininteligível*)...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algum estudo na época foi contratado com a UFSC para a realização desse serviço?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — ã... Dentro da... Eu sei que a direto...ã... O Deinfra, o DER da época, a Secretaria, não sei se foi através de convênio, através... Mas foi feito lá num outra instância superior, pra que o.... a engenharia mecânica do Dein... do, do, da UFSC fosse elaborar esse trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que é outra instância superior?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Instância superior...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Alguém?...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — ...da minha, no caso o Secretário, o diretor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ah! Então esse contrato não passou pelo senhor?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É isso o que o senhor está falando?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É, exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi um contrato feito entre, provavelmente, o Secretário...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É. Ou do governo, direto do governo, de Secretária, não sei, então... Isso aí era tratado num outro nível.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Veio de um nível que não era o nível que tratava diretamente com a Ponte Hercílio Luz?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É, exata... exatamente, porque não passava... Não passou pela diretoria, nada disso daí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não passou por ninguém que trabalhava diretamente na Ponte Hercílio Luz?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então veio de cima, segundo o seu relato.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É, foi a... Foi através de alguma entidade superior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra quem poderia ter realizado essa contratação?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Considerando que a UFSC já havia feito, realizado alguns estudos anteriores na mesma linha de solução técnica para a recuperação da ponte, o senhor acha que essa contratação... Essas contratações sucessivas se justificam técnica e economicamente? Qual a sua opinião?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — A minha opinião é que a... a Ponte Hercílio Luz sempre necessitou de conservação, sempre! Ela corria risco de cair, então tinha essa necessidade de se fazer a manutenção. Agora, quanto à restauração, reabilitação dela, dando a... toda a garantia de sustentação, aí eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas em relação aos estudos da UFSC, o senhor considera que eles eram... Que eles se justificaram técnica e economicamente?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei, eu não participei disso daí, não sei nem o que foi feito, o que que foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor era diretor na época.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, eu era diretor, mas, como eu te falei, não passava nessa instância, era alguma coisa acima.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem alguma opinião sobre esses contratos?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não. Não tenho, até nem sei se tem contrato, nem... nunca fiquei sabendo se tinha contrato com a UFSC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não sabia se tinha?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não. Eu sabia... eu sabia que existia uma participação da UFSC trabalhando na ponte, mas da forma como era, se era remunerado, se não era remunerado, eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É, porque o senhor acabou de falar que sabia da existência de um convênio com a UFSC.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É, se era convênio, se era remunerado ou não, eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi.

Em 9 de agosto de 89 o senhor José Mauro Lopes Pereima enviou o Ofício 107/89, destinado ao senhor, o qual continha análise sobre a solução técnica apresentada pela UFSC para a recuperação da Ponte Hercílio Luz. Foi apontado que a solução apresentada era inviável tecnicamente. Constava no ofício que o trabalho apresentado é bastante superficial, e ao final conclui-se dizendo, abre aspas, "o projeto apresentado não passa de uma ideia a qual não pode ser avaliada por ter desconsiderado fatores de fundamental importância na restauração da Ponte Hercílio Luz". O senhor falou que não lembrava, mas o senhor recebeu e assinou esse ofício.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É... é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor gostaria de ver esse documento que o senhor?...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe me dizer em que consistia essa solução proposta ao qual o técnico se refere aqui?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, não sei.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, então, apesar de ter sido o destinatário...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, eu não, eu não tô, eu não to mais lembrado lá, mas eu não, não entrei, não, não... Não entrei aprofundada, até porque eu não sou especialista em ponte metálica. Então... Eu sou engenheiro, mas não sou... Eu sou engenheiro de estradas, não sou engenheiro de ponte metálica. Então, eu não sei detalhes, segurança, essa parte se é a solução... Isso daí é um encaminhamento de praxe, que depois isso daí tem que ser encaminhando pra uma comissão, pros especialistas avalia, avaliarem o resultado desse trabalho. Então, eu não sei realmente nada disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe da existência do contrato, né?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como recebeu...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não. Nem do contrato, nem do contrato... Eu não sei, eu não sei nem do contrato. Eu sei esse documento agora... que vossa excelência apresentou agora encaminhando o documento, mas eu não sei se eles apresentaram um volume...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não sabe se eles apresentaram ou o que foi feito desse estudo? Se foi levado a cabo alguma sugestão?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 17 de março de 93 foi assinado o Contrato PJ 01/93 com a empresa Steinman, que tinha como objeto serviços de avaliação estrutural e concepção de projeto conceitual de recuperação da Ponte Hercílio Luz, e seu valor inicial era de 739 mil dólares. O senhor lembra dessa contratação?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, isso aí já foi posterior à minha participação lá na Ponte Hercílio Luz. Em 93 eu já era coordenador desses â... nesses contratos de financiamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No final dos anos de 1990 iniciou um movimento no Estado de buscar uma contratação de um novo projeto, em nível nacional, que resultou na contratação, através de convênio DNER, hoje DNIT, da Sondotécnica Engenharia (Consórcio Sondotécnica-Ingérop), no ano 2000. O senhor lembra dessa contratação? [*Transcrição: Ana Clara Mota*]

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entre 1982 e 2000 o Estado de Santa Catarina contratou inúmeros projetos, inúmeros, estudos, propostas de soluções técnicas, entre outros instrumentos, objetivando a recuperação da Ponte Hercílio Luz, com diversos agentes, tais como a Usimec, a Steinman, a UFSC, três vezes, e o Consórcio Sondotécnica-Ingérop, em 2000, através do consórcio com o DNIT, sendo que nenhum deles obteve sucesso em restaurar a ponte, ao passo que a grande maioria sequer saiu do papel.

Senhor Flávio, qual o motivo de o Estado contratar tantos estudos e projetos, sucessivamente, e não executá-los, não colocá-los em prática?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei. Nessa época eu não tenho conhecimento de nenhum desses fatos aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor tem 42 anos de órgão, o senhor deve ter uma opinião.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Tem... tenho, mas eu tenho opinião... mas a minha opinião é... é uma opinião de leigo perante...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, mas o senhor não é leigo, o senhor não é leigo, imagina...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Perante...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor está longe de ser...



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Perante a Ponte Hercílio Luz, eu sou um leigo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas nós gostaríamos de ouvir a sua opinião, o senhor tem alguma opinião sobre isso, poderia nos formular alguma opinião?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera adequado do ponto de vista econômico essa prática?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, de jeito nenhum. Sempre como técnico, como técnico eu sempre a, a... rebati e acho que não tem. Isso aí são situações políticas que se colocam e resulta em... nesse tipo de ação. Tecnicamente, nenhum técnico... ele, ele vai, sem o aval político, fazer alguma coisa dessa forma aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, tem natureza política esses contratos? O senhor acredita?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Eu acredito que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque tecnicamente...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não tem justificativa. Até porque aquilo ali é uma obra singular. O grande ponto está lá em cima, naquele, naquele pilar, nas barras de olhal, e nenhuma empresa, com exceção da americana, tem capacidade de fazer a transferência de carga sem a... o perigo daquilo ali cair. Isso aí era o projeto que foi licitado nessa última fase aí... o projeto financiado pelo Banco Interamericano, inclusive.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O senhor lembra se existia um manual ou um plano de manutenção da Ponte Hercílio Luz?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não conheço.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então não sabe dizer como eram definidos os serviços necessários e a periodicidade desses serviços?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em maio de 89 o senhor José Mauro Lopes Pereima remeteu a sua diretoria o Ofício 58/89, o qual solicitava providências a respeito de invasões nas áreas sob a Ponte Hercílio Luz e adjacências. Quais foram as providências tomadas pelo DER?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É outro documento que foi encaminhado à frente e eu não tenho... não, não tive o acompanhamento da situação, se houve desapropriação, se não houve. Eu acho que a desapropriação até, até agora, nessa última fase de execução, era problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor era diretor de Operações.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E uma das atribuições do DER é zelar pela faixa de domínio das obras. Dentro do DER na época, quem teria essa competência, essa obrigação? Qual era o cargo responsável por tomar providências?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — À... era o DER de uma forma geral, a presidência, a presidência do... do... do DER, que tinha essa obrigatoriedade de fazer, de viabilizar o quê? Orçamento, viabilizar recursos para desapropriação, tudo isso daí é o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — À Diretoria de Operações não cabia nada disso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Cabia, cabia à Diretoria de Operações detectar problemas, fazer... porque a faixa de domínio não era da diretoria, era manutenção da direto... da, da, das rodovias e da faixa de domínio. Manutenção. A Diretoria de Obras, de execução de obras, é que definia as faixas de domínio, se eram



desapropriadas. Naquela época nem tudo era desapropriado, era... muitos era por doação... Eu trabalhei muito no interior, então os proprietários faziam doação, outra parte...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E era sua atribuição?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não era?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não era, não era.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor sabe dizer por que essas invasões foram permitidas?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque existiam construções de alvenaria ali dentro. Existia...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Mas isso já aconteceu muito anterior a isso daí, né? Isso aí já, já existia... não... ali moradias, desde a época da construção da ponte e tudo, já existiam ali embaixo residências, já existiam... ali sempre houve uma polêmica de posse daquilo ali, não sei nem se hoje tá resolvido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E como funcionava a fiscalização e a supervisão dos contratos relativos à Ponte Hercílio Luz na sua época?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — O fiscal era o fiscal da, da obra é que no dia a dia controlava tudo isso daí, apresentava as medições, as medições para serem pagas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então ele apresentava relatórios?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Apresentava medição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que eles eram detalhados? O senhor lembra?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, o rela... Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

O senhor, para nós finalizarmos, saberia informar qual a periodicidade de inspeção ou manutenção na base da torre principal?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não existia... não existia um... assim, uma definição ou um planejamento de vistoria. Disso daí eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor falou também em pressões políticas. O senhor pode ficar muito à vontade, agora, se quiser falar um pouco mais sobre isso também, se tiver alguma informação a acrescentar. Sinta-se à vontade para falar nesta Comissão. Nós estamos tentando chegar a uma verdade sobre tudo o que aconteceu, fazer um relato histórico. Se o senhor puder acrescentar algo mais, seria de muita valia para esta Comissão.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Pois é, faz... isso, isso acontece há muito tempo, assim, a gente não tá mais tão lembrado, são trinta anos, né? Trinta anos de trabalho, de exi... Então a gente vê, a interferência... uma coisa é certa, todos são políticos, a gente tem que ter o maior respeito, porque são nossos representantes, né? Mas uma coisa é certa, eu vou falar como técnico, a interferência política na parte técnica é o maior desastre que pode existir na administração pública do País. Essa é a minha conclusão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E isso era claro na época, então?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sempre, não só na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Jessé Lopes, vossa excelência tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Senhor Flávio, você fez uma recordação com muita propriedade da lembrança da época que a Vivenda



ganhou a licitação no início dos ano 90. Tu lembras se nessa época teve alguma movimentação política para reverter o resultado da licitação? Você falou do processo, que ele entrou com a licitação, depois tentaram tirar...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É, o que eu sei... o que eu sei e que na... que eu tô assim lembrado um pouco é que houve... houve uma proteção bastante grande por parte da administração da Prefeitura de Criciúma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Pela manutenção da Vivenda?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Pela manutenção da Vivenda. Isso... isso eu tenho uma leve lembrança que ocorreu. E de fato depois ela entrou na Justiça e foi... E o Conselho Administrativo do Deinfra está... do DER da época, tá sendo processado e tá sendo... com relação à diferença entre o que foi pago para a Roca durante esse período, foi anulado o contrato da Vivenda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Certo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Sargento Lima, vossa excelência tem perguntas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Boa tarde, senhor Flávio.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Um parecer técnico do senhor: qual a diferença entre manutenção e restauração?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — A manutenção ela é periódica, ela é periódica, corriqueira, é diária, vamos supor. A... a... a manutenção ela é diária, por exemplo, o que que nós temos que fazer? Roçada, limpeza de canaleta, sarjetas, toda, toda a parte que envolve a conservação dessa rodovia num estado bom. A restauração é a rodovia que ela foi... já foi pavimentada e que ela precisa de uma intervenção maior. A... já tem buraco na pista, já tem uma série de avarias e não deixa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Diretamente relacionado à ponte ali, não de rodovias...



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Ah...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — O que é uma restauração? A gente está falando da ponte.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — A restauração... a restauração da ponte é... é... eu acredito que seja o que tá sendo feito hoje; a restauração da ponte é o que tá sendo feito hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hoje?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Hoje. Que é refazê-la de uma forma total para que ela tenha segurança. E a manutenção são substituições de peças, de... de algum tipo de intervenção dela, mas sem mexer na estrutura propriamente dita da ponte, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Cada vez que a gente... lógico, nós conversamos aqui com outras pessoas que vieram aqui nos ajudar aqui com seus depoimentos, né?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — E, lógico, todas elas, devido ao tempo, têm um pouco de dificuldade de se lembrar. Porém, é fácil de acompanhar um fluxo de gastos e aditivos, de contratações e serviços que antecederiam campanhas políticas. O senhor entendeu a minha pergunta?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Entendi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Qual a opinião do senhor sobre isso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Acho que uma atitude totalmente errada se proceder dessa forma, como técnico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Bom, tendo em vista... Bom, o senhor acha errado.

Retornando aqui: em algum momento o senhor acha que alguma empresa lhe... tanto a Roca ou a Vivenda, se perderam nessa diferença da minha primeira



pergunta, do que seria restauração, do que seria manutenção, se pré-dispunham a fazer um serviço e faziam o outro?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Tá, o.k.. Muito obrigado. [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Presidente, posso perguntar de novo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pode. Pois não, Deputado Jessé.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Na sua opinião, as empresas que tinham como objetivo fazer a restauração da ponte, na sua opinião, elas tinham capacidade técnica para tal?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Na minha opinião, na fraca opinião, eu estou dizendo que eu não conheço nada de estruturas metálicas, mas a empresa vencedora desse contrato aí não tinha capacidade técnica pra fazer essa obra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E tu falou que a influência política na decisão técnica é desastrosa.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Na prática, você sabe nos dizer, nos dar um exemplo de como aconteceu isso no seu tempo, de como foi e de que forma isso aconteceu, e o que causou essa influência de mau para as questões da ponte?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, isso aí é no dia a dia, no dia a dia, não especificamente da ponte, mas na vivência do dia a dia da gente, nas obras, no, no... Isso a gente percebe que é prejudicial e não coopera com nada para a boa e a profícua administração pública.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E geralmente a influência política é a última, é a que determina, é a que determinava, pelo menos.



O SR. FLÁVIO VOLPATO — De um modo, de um modo geral a decisão última é do Governador, é do... Sempre, sempre passa por isso, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Tá. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não havendo mais perguntas por parte do Deputado Jessé, pergunto se a Deputada Marlene, o Deputado Fernando, o Deputado João Amin, a Deputada Luciane, o Deputado Jerry querem se manifestar. *(Os senhores Deputados citados declinam usar da palavra.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno, quer falar ainda?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Uma última, que me surgiu depois do relato do... Uma última apenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vossa excelência com a palavra. Depois eu quero finalizar com as minhas perguntas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O senhor tem conhecimento que o contrato com a Vivenda foi pago por quase dois anos?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Eu sei que ele foi, por determinação judicial, foi contratado. Ele ficou na ativa um determinado tempo, não sei te especificar em termos de anos, porque eu já não estava mais ali nesse setor, mas a... ele, ele operou durante um bom tempo aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque pelo relato do senhor, ele apresentava diversos problemas, só que ele foi aditivado cinco vezes.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Hm, eu não sabia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem decidiu por manter esse contrato?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — A... a direção do... do órgão.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A direção do órgão?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — A direção do órgão, porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Seria quem teria competência para isso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Competência pra contratar, pra aditivar, pra fazer todo, todos os procedimentos de manutenção do... ativa de um contrato, né? Isso aí é atribuição deles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pois não, Deputado Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Mais uma pergunta.

O senhor, como engenheiro, apresentava pareceres técnicos ali, daquilo que era feito dos trabalhos apresentados na ponte. É isso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, sobre a ponte eu nunca apresentei, porque eu não sou especialista, não sou especialista nessa, nessa área, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Se o senhor tivesse que explicar para um leigo qual foi o seu envolvimento com a Ponte Hercílio Luz, uma pessoa que não é engenheiro?...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Foi muito pequena.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Por exemplo?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Muito, muito pequena. Simplesmente subordinação... Porque eu fui diretor de Operações e a ponte era subordinada à Diretoria de Operações. Só, como eu falei antes, com a... todas, todas as decisões relativas à ponte eram tomadas pelo Conselho Administrativo do órgão.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — O senhor, na sua carreira, já foi procurado alguma vez por um político do Legislativo ou do Executivo com um pedido para interferir no parecer do senhor ou no posicionamento do senhor em relação a alguma obra, em específico à Hercílio Luz?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Flávio Volpato, o senhor tem 42 anos de trabalho prestado ao DER e ao Deinfra. O senhor disse que entrou no DER como engenheiro de estradas. O senhor foi engenheiro residente em quais cidades?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Eu fui engenheiro residente... Quando eu me formei, eu fui e trabalhei três anos em Lages, depois fiquei seis anos e meio em São Miguel do Oeste, em seguida, lá em 1970, em 88, eu fui pra Tubarão e em 89 voltei pra Florianópolis e estou até hoje ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pelo que o senhor acaba de dizer, pelo menos doze anos engenheiro residente?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Doze anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Quem não sabe o que é engenheiro residente, o DER mantém uma estrutura física, como hoje tem as Polícias Rodoviárias Federal e Estaduais, o DER tinha nas regiões uma estrutura física dessa, com engenheiro residente.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Eram 22.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vinte e duas na época.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Vinte e duas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor passou doze anos como engenheiro residente no interior do Estado.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Certo.





O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vinculado à Diretoria de Operações do DER?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor recebia... Era costumeiro o senhor receber a visita do diretor de Operações do DER?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, não existia assim uma frequência muito grande, não, com relação a isso. Eles, esporadicamente, faziam visitas, esporadicamente, mas sem uma frequência assim pré-determinada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Nos quase três anos em que o senhor foi diretor de Operações, o senhor visitou as residências do DER?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Visitei, até porque..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E quantas vezes, por subordinação que a Ponte Hercílio Luz estava vinculada a sua diretoria, se o senhor visitou as residências por muitas vezes, quantas vezes o senhor visitou a Ponte Hercílio Luz?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — E... e... eu visitei, eu acho, duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Visita técnica, acompanhado?...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, acompanhando, acompanhando... Acompanhando o... acho que foi o Secretário da época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor afirmou também para nós, aqui hoje, que o Deinfra tem um Conselho de Administração.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Da mesma forma como teve o DER o seu Conselho de Administração. Quem preside hoje o



Conselho do Deinfra e quem presidia na época? Hierarquicamente, era o diretor-geral do DER/Deinfra, ou o Secretário antigamente de Obras, ou o Secretário hoje de Infraestrutura?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Hoje quem preside?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Hoje, hoje ainda tá naquela situação que... Existem os dois órgãos: Deinfra e Secretaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Sim.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — ...mas já não existe mais o presidente, o diretor-geral. O presidente do Deinfra, então hoje, é o Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não, porque hoje está sendo acumulado.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas na...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Mas na época sempre o presidente ou o diretor-geral do Deinfra, trocava o nome assim, depende da estrutura, mas sempre o presidente ou o diretor-geral do Deinfra, até porque o Deinfra e DER, eram uma autarquia, uma autarquia independente, que tinha toda autonomia financeira e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E sempre foi o Conselho do Deinfra e do DER que decidiam sobre as licitações, os contratos, as obras a serem feitas no Estado?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sim, eram decisões, decisões superiores e devia ter se... corroboradas pelo Secretário, pelo Governador, porque isso envolve uma política governamental, né, pra dizer qual é a rodovia que vai ser executada, o que vai ser feito, como vai ser feito, e daí se procedia a licitações normais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Os diretores de Operações do DER e do Deinfra fazem parte do Conselho de Administração?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Fazem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então o senhor era membro do Conselho de Administração?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor ajudava nas decisões?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Participava, participava das decisões que eram submetidas ao Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor participava das decisões, das discussões e decisões da obtenção de financiamentos?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, não... O financiamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor falou para nós que os financiamentos passavam pelo Conselho de Administração.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, mas o, o... os financiamentos externos eles são... O mutuário é... é o governo do Estado, o mutuário, e o Deinfra é o executor. Então a gente fazia todo o procedimento técnico de negociação e tudo, mas a decisão final é do Governador, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Toda a questão da pavimentação ou não de uma rodovia, da estadualização ou não dela, tudo era decidido no Conselho?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — A estadualização... a estadualização não, é através de decreto, é através de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Sim, mas existe o decreto que trata da malha viária catarinense, que é assinado também pelo diretor de Operações do DER e do Deinfra.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Hum, hum.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Além do diretor-geral, do diretor de Operações.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É, eu nunca participei de, de, de... efetivamente desse tipo de colocação não, então eu não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — As licitações eram decididas pelo Conselho?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — A homologação das licitações, todas são...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não, o início elas, para autorizar a Diretoria Administrativa a fazer, era o Conselho...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É o presidente, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Ele não pedia autorização para o Conselho?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, ele homologa, ele... O presidente autoriza a iniciar o processo de licitação, é desenvolvido o processo de licitação, concluso, volta pro Conselho, o Conselho homologa e procede à contratação através do setor jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E todos os membros do Conselho assinam juntos, se concordam ou não com a homologação da licitação?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k. Dou por satisfeita a minha participação.

Senhores Deputados, não havendo mais perguntas, libero o senhor Flávio Volpato. Agradeço a participação de vossa senhoria e se vossa senhoria quiser se manifestar um pouco mais, está à disposição, se não, nós agradecemos a sua participação no dia de hoje. Muito obrigado pela sua participação.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Obrigado também e me coloco à disposição. Eu digo a vocês que o que eu sei, eu falei de coração.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito obrigado.

Solicito à assessoria que acompanhe o senhor Flávio até a saída, por gentileza.

(O depoente, senhor Flávio Volpato, se retira do recinto.)

Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente reunião, estando convocada outra para amanhã, às 10h, sob a presidência do Deputado João Amin.

Muito obrigado. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Clovis Pires da Silva / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 2019, ÀS 10H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Bom dia, a todos e a todas. Bom dia aos senhores Deputados, aos telespectadores da TV Assembleia Legislativa, aos ouvintes da Rádio Digital e aos presentes.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata da Ponte Hercílio Luz. Não há ata [da reunião anterior] e a pauta de hoje é a oitiva do senhor Telmo Fernando Mattar de Souza - e eu peço à assessoria que o coloque sentado à mesa.

(O senhor Telmo Fernando Mattar de Souza posiciona-se à mesa no lugar indicado pelo senhor Presidente, Deputado João Amin.)

Bom dia, senhor Telmo. Obrigado pela paciência, por esperar o início da CPI. O senhor veio acompanhado de advogado?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O senhor teria a disponibilidade de me fornecer o seu documento de identidade só para pedirmos à assessoria tirar...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Já forneci.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Obrigado.

Então, vou pedir para o senhor falar o seu nome completo, a profissão, a idade, o local de nascimento e o endereço.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Nome: Telmo Fernando Mattar de Souza; idade: 71, fazendo agora, daqui a um mês; moro na Avenida Othon Gama D'Eça, 873, apartamento 501, Florianópolis, Capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Obrigado, senhor Telmo.

Eu informo que o senhor tem o direito de não responder as perguntas, se assim achar necessário, o que não souber ou que não tenha interesse. Mas informo o senhor que está sob juramento e pergunto se o senhor se compromete a falar a verdade.



O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Exatamente, a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Muito obrigado, senhor Telmo.

Então eu passo a palavra ao Relator, Deputado Bruno Souza, para iniciar as perguntas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom dia, senhor Telmo. Bom dia a todos os colegas Deputados, agradeço a presença e a disposição.

O senhor Telmo foi convidado, o motivo da sua requisição, é porque ele foi diretor-geral do DER à época da assinatura e execução do Contrato PG 114/80, firmado com a Construtora Roca, assinando o contrato original e todos os cinco aditamentos. Também assinou o contrato original DJ 119/86, firmado com a Construtora Roca, que objetivou a execução de serviços de conservação da ponte. Em 13/5/82 também assinou o Contrato PJ 048/82 com a Usiminas Mecânica S.A. para a restauração da ponte.

Por isso foi requisitada a sua presença, justamente para que a gente possa esclarecer alguns pontos e nos ajudar a construir a história que nós estamos tentando remontar aqui.

O senhor poderia determinar o seu período de atuação como diretor-geral do DER?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Sim. Meu período de atuação foi de 79 a 83 e depois de 83 a 87, março de 87.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor ocupou algum outro cargo de gerência ou direção?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não. Diretor-geral nesse período que eu citei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Além desse período, o senhor ocupou algum cargo de gerência ou direção no DER?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

Com relação às obras na Ponte Hercílio Luz, qual foi a sua atuação, direta ou indiretamente? Como o senhor classifica?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — A manutenção ou a reforma e/ou restauração?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ambas, a sua participação. Como o senhor classifica a sua participação? Pode nos falar um pouquinho mais?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Como administrador no sentido de... é... pela indicação de técnicos, preservar a ponte no que diz respeito à manutenção, que não é novidade. Ela existe desde que ela foi inaugurada em 1926, pelo governo Hercílio Luz. Essa manutenção é necessária e ela prosseguiu ao longo dos anos, e não foi diferente na minha administração.

Então, pela indicação da continuidade de manter a ponte, os técnicos se posicionaram e assim foi feito, de maneira que, ela vive, ela convive com um meio agressivo bem difícil e, por certo, tem que ser feito manutenção, e manutenção de peças, de pintura, de tirar corrosão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor... Era da sua responsabilidade então determinar a manutenção, delegar funções e...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Sim, a minha responsabilidade, porque a Ponte Hercílio Luz ela fazia parte do elenco de obras... de obras a serem conservadas e contratadas no caso de precisar reformar ou restaurar, que são duas coisas diferentes. E, no fim, três coisas diferentes: manutenção, reforma e restauração - reforma antes de ser tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Reforma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Restauração, após o tombamento, porque tem que voltar à forma original.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim. Então também era sua atribuição preservar os espaços, as zonas... a área da ponte e também fazer e formular contratos e delegar funções?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Também estava sob sua... [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira*]

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Porque o DER é uma autarquia, ela tem autonomia administrativa e financeira, entre aspas, porque na verdade os recursos financeiros vêm do governo do Estado através da Secretaria da Fazenda e através da Secretaria dos Transportes.

Então o diretor-geral tinha por atribuição exercer aquelas atividades que são inerente ao cargo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – E aplaudidas e autorizadas pela Secretaria de Transporte e o governo do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito.

Então sobre esses contratos, principalmente os firmados na década de 80, a exemplo do PG 114/80, desde o DJ 119/86, firmados com a empresa Roca e assinado pelo senhor para a manutenção da Ponte Hercílio Luz, eles eram baseados no custo das equipes de trabalho que seriam colocadas à disposição no canteiro de obras?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – É, porque o sistema de licitação, se não me falha a memória, era tratado pelo um grupo executivo de licitações que o órgão tinha. E como era uma... um tipo de obra difícil de você dimensionar o que teria de problema, então ela foi feita, no meu modo de entender, se não me falha a memória, por administração contratada. Então era uma solicitação em que você tinha necessidade de mão de obra e material e à medida que havendo a necessidade ia comprado o material, executando através da mão de obra e a



empresa tinha um ganho administrativo em cima desses valores. Assim fazia-se a manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o material era contratado com outros fornecedores?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - O material era comprado pela empresa vencedora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A empresa comprava o material?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Sim. Agora, eu quero só enfatizar que eu não me lembro de número de contrato. Quando você cita número de contrato, eu não vou conseguir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não tem problema.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Interagir com esse número de contrato e me lembrar de termos, de datas, de assinaturas, de nada disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não tem problema.

Como eram estimados os custos desses contratos? O senhor lembra?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Ah, isso era um trabalho feito por técnicos, que estabeleciam valores e preços unitários, e à medida que ia se executando as obras, tanto na... da mão de obra, né, porque o material não tem como você prever, num... num... você pode fazer uma previsão de global, mas não tem como prever custo de uma peça que você nem sabe qual é que vai ser preciso fazer manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então não...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Então, na hora que precisava do parafuso ou da peça xy, era visto o custo, era comprado. A própria empresa fazia uma pesquisa de mercado, voltava ao órgão, a fiscalização analisava,



autorizava e aí, então, era adquirido e pago a administração, de acordo com a licitação.

Então, para fazer esse contrato, foi feita uma pesquisa, naturalmente, pela equipe de fiscalização, pela diretoria competente e, com base nisso, foi lançado o edital de licitação - eu tô falando agora porque eu sei que essa é a sequência, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pelo que eu entendi da fala do senhor, então não havia nenhum tipo de levantamento quantitativo prévio?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Não, existia levantamento prévio, mas eu digo que ele é um... é uma previsão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E quais eram os tipos, o senhor pode citar, quais eram os tipos de quantitativos então?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Não, é difícil eu citar tipos de quantitativo porque era o administrador do órgão. Então tinha Diretoria de Operações, tinha fiscalização vinculada à Diretoria de Operações. Então dificilmente a gente entrava no mérito da questão dos detalhes. Mas, sim, confiava na equipe, a equipe tocava, era feita a licitação, um grupo de executivos de licitações fazia a licitação e depois era feito o contrato, o contrato ia ao Conselho Administrativo do DER. Antes também era levado ao Secretário de Estado para que tudo isso fosse autorizado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

Entre os anos de 82 e 87 a empresa Usimec executou o contrato de recuperação da Ponte Hercílio Luz. O senhor participou do acompanhamento desse contrato? [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – É, eu tenho dificuldade em me lembrar, porque a empresa que eu me lembro é a empresa Steinman, que foi quem fez o projeto inicial da Ponte Hercílio Luz quando ela foi inaugurada, na época de 21 a 26. E essa mesma empresa, por questão de notória especialização, ela veio



para elaborar o projeto da reforma, porque até então não tinha o tombamento. E... eu não estava me lembrando do contrato da Usimec, mas que me parece que a Usimec, junto com uma empresa nacional, com a Steinman, estava fazendo o projeto para que pudesse ser aplicado peças nacionais à Ponte Hercílio Luz.

É isso única coisa que eu me lembro desse episódio, Usimec, porque eu pra mim tava até pensando que o contrato teria sido feito direto com a Steinman.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor não lembra, ou lembra, o que foi executado desse contrato? O senhor teria alguma coisa a acrescentar?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – É, é muito difícil depois de 37 anos lembrar o que foi e o que não foi. Uma coisa é certo: a obra, o projeto ia sendo desenvolvido, esse grupo que era composto por dois engenheiros e um advogado é que analisavam o trabalho feito e que, então, autorizava o pagamento, certificava o pagamento. Só que esse contrato e esse projeto ele foi interrompido várias vezes pela falta de recursos financeiros, como eu disse agora há pouco, autarquia, entre aspas, autonomia financeira, autonomia administrativa, mas não tinha os recursos financeiros; previstos, sim, orçamentários, sim, mas não o repasse. Então era interrompido a cada momento. O que passou-se o ano de 82 fazendo praticamente o contrato, que como você mesmo citou, foi em maio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Á-hã.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Certo? E houve um desenvolvimento, que eu não sei agora, depois de tanto tempo, sem documento, sem nada, dizer o que foi feito nesse período, e depois entramos num outro período, de 83 a 89, que aí eu acho que foi menor ainda o efeito de elaboração do projeto, porque ele foi interrompido várias vezes por falta de recursos financeiros.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E sobre a empresa Steinman, o senhor sabe se ela chegou a realizar as etapas que envolviam a inspeção, o anteprojeto e projeto, o objetivo final?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Sim, acabei de dizer. Era... eu não me lembrava do contrato da Usimec junto, mas entendi de que isso



teria sido feito em maio, junto, para que a Steinman pudesse trabalhar. Então o que foi feito pela Steinman foi dentro e administrado no contrato da Usimec, vamos dizer assim.

Então desta forma, o que foi feito - que eu não posso me lembrar, é impossível, posso até olhar os documentos outra hora, se quiseram, estou à disposição, e tentar relembrar -, mas o que foi feito é aquilo que reza no contrato então, esse de maio, que é parte integrante a empresa Steinman.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra se a Steinman era cumpridora dos prazos, ela fazia a parte dela?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Eu acredito que sim, se ela não cumpriu foi por falta de pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se existia algum manual ou plano de manutenção da Ponte Hercílio Luz?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – É, manual eu não me lembro, mas eu acredito que deveria ter, sim, um manual, porque a ponte estava sendo feita manutenção desde a sua inauguração. Não é uma... não foi uma novidade, a manutenção da ponte não é uma novidade, e ela vai continuar sendo feita, eternamente, inclusive depois de terminar agora em 31 de dezembro, que está marcado para entregar, podes crer, se não houver uma garantia da empresa de tantos anos sem necessidade de manutenção, vai ter que começar imediatamente uma licitação para continuar a manutenção em função do meio ambiente que ela convive.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pois então. Mas se não havia esse plano de manutenção da Ponte Hercílio Luz ou um manual, como eram definidos os serviços necessários e a periodicidade desses serviços?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – É porque... agora há pouco eu disse, era uma licitação, um contrato, é, obra... é... administração contratada. Então você não tinha condições... Como é que você ia saber se o pino entre a cadeia de elos ele tinha trinca ou não tinha trinca, se ele tava em condição de sustentar ou não tava em condição de sustentar. Não tenho como fazer isso...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas não havia uma rotina de manutenção, não havia um plano de manutenção, não havia um?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Existia uma rotina de manutenção pela experiência ao longo dos anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Era baseado na experiência, então. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Ao longo dos anos. Eu não me lembro, por exemplo, não chegou à minha pessoa um manual com todos os descritivos. Isso não. Até porque, numa obra desse estilo, é difícil, não é fácil, porque é uma estrutura metálica que vive ali numa tecnologia de 1921. Basta dizer que tem que ser muito bem considerado, que uma obra que é feita em 1921, 1926, com uma tecnologia diferente da atual, tem que aplaudir. Está até hoje em pé. E, hoje, com muito mais tecnologia, já estamos com 37 anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra como funcionava a fiscalização e a supervisão dos contratos relativos à ponte na sua época?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — A Hercílio Luz?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Era feito pela Diretoria de Operações com a equipe de fiscalização que analisava os serviços feitos, emitia o parecer e a Diretoria encaminhava ao setor financeiro para o devido empenho - na época acho que era empenho, hoje não existe mais isso -, empenho, e era assinado o cheque e pago.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor então... o seu acompanhamento em relação à fiscalização e à supervisão era apenas nos relatórios, era nos relatórios?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Nos relatórios que eram encaminhados... Eram encaminhados à Diretoria de Operações, a Diretoria de



Operações encaminhava ao setor financeiro, porque existia um parecer da fiscalização. A fiscalização...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor não participava diretamente da...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Diretamente, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...nenhuma parte fiscalização e supervisão?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Diretamente... Não, mas tranquilo do que os meus companheiros estariam fazendo, porque quando a coisa chegava pra mim seria ou assinatura de cheque, normalmente eu nem assinava, a grande parte dos cheques quem assinava era o vice-diretor. Eu não acompanhava assim, dentro da obra, o dia inteiro dentro da obra, o manual, o parecer, os serviços que estavam sendo feitos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor, como diretor-geral, como conseguia se certificar que realmente a supervisão e a fiscalização estavam sendo feitas?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — É, eu acho assim, ó...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era baseado apenas na sua confiança pessoal nos técnicos?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — É, eu acho que você deve confiar nas pessoas até o dia que você deixa de confiar. Então se você tem alguém da sua confiança trabalhando, você tem que confiar naquela pessoa que está trabalhando. A mesma coisa acontece com o Secretário e a mesma coisa acontece com o Governador em relação ao Secretário. Então a partir do momento que não tem confiança e que surgir alguma coisa, algum problema, eu acho que não tem outra saída a não ter, a não ser a substituição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E ao longo dos anos 80 e 90 vários estudos foram firmados com a UFSC para...



O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, aí eu vou pedir pra você excluir 90. De 87 em diante, você me exclui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, aqui eu não estou citando o senhor. Eu estou citando um fato e não posso excluir fatos. São fatos e o senhor vai ouvir a pergunta.

Ao longo das décadas de 80 e 90 vários estudos foram firmados com a UFSC para apresentar uma proposta técnica de recuperação da Ponte Hercílio Luz. O senhor sabe qual é o motivo de tantos estudos serem solicitados?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não. É assim ó, na verdade, era uma absorção de tecnologia de empresa conhecida mundialmente e que, inclusive, estava envolvida no projeto da ponte em 1921. Então essa absorção de tecnologia e mais os subsídios com a universidades iam trazer resultados, esses vetores, uma resultante melhor. Daí porque foi feita alguma coisa de entendimento com a Secretaria, mas eu quero dizer que eu não me entendi diretamente com a Secretaria... com a universidade. Tenho a impressão que foi a Secretaria dos Transportes que conversou com a universidade e fizeram um convênio, alguma coisa nesse sentido, para absorver é, é, os estudos que eles estavam fazendo, que era... um grupo de tensões e poder auxiliar a equipe que estava fazendo o projeto. E também...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E os convênios então não foram iniciativa da direção-geral do DER à época, então?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, não foi pela minha iniciativa, não, foi iniciativa de conjunto, porque quem fez contato com a universidade nesse sentido foi a Secretaria dos Transportes ou o grupo executivo, nomeado por portaria, que acompanhava esses projetos, que eu disse na inicial que eram compostos de dois engenheiros e um advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor considera que esses contratos foram economicamente justificáveis?



O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Olha, eu acredito que sim, porque a ponte foi fechada, era um momento de muita responsabilidade. Você, diante de um parecer técnico, de um instituto de nome no Brasil...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pois é, é justamente... [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Que conclui, que conclui que a Ponte Hercílio Luz poderia entrar em colapso com o seu peso próprio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas é esse ponto que eu fico um pouco curioso, porque foram três contratos ao longo do tempo e diversos relatos técnicos do pessoal, que o senhor alega confiar, que declararam que eles eram superficiais e impraticáveis, esses estudos realizados pela Universidade Federal.

Então eu queria entender um pouco melhor sobre qual o motivo que tantos estudos eram solicitados, mesmo...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...o seu corpo técnico, que o senhor confia, alegando que eles eram todos superficiais. Nós temos aqui os documentos enviados, inclusive a Diretoria de Operações estava ciente, os fiscais estavam cientes.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Cê tá falando com relação à universidade?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, a universidade ela apresentou algum trabalho, esses trabalhos foram considerados de risco, e aí, então, o que que aconteceu? Foi feito pela Secretaria contato, foi feito convênio, contrato, que eu não me lembro, e a universidade trabalhou em conjunto, ou seja, para auxiliar, trazer subsídios e também para absorver a tecnologia do novo projeto.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tinha ciência de que existiam ocupações na zona de domínio da Ponte Hercílio Luz?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Ocupações? Eu não entendi muito bem a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso, as ocupações embaixo. Havia casas construídas de alvenaria...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, existiam atividades comerciais e tudo mais...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, posses, invasões e... na zona de domínio da...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — É, isso eu não me recordo, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não se recorda?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Eu sei que existiam comércio, existia alguém morando. Eu não saberia dizer se era invasão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E se houvesse alerta do fiscal lá na ponta, se o fiscal fizesse um ofício sobre isso, em quem ia parar? A quem caberia tomar providências?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Ele ia encaminhar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para resguardar (*ininteligível*).

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — ...ele ia encaminhar pra direção-geral, no caso pra mim, e eu levaria em despacho ao Secretário e ao Governador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E aí seriam tomadas...



O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Pra tomar a decisão, a decisão de quê? Desapropriar, né, que era uma decisão também de ordem política. Desapropriar e mostrar o risco que essas comunidades estariam sofrendo em função de um possível colapso pelo peso próprio da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode só nos explicar, por último, como nasciam os processos licitatórios na sua época?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Era encaminhado pelas diretorias competentes a necessidade, né, e isso era debatido com a Secretaria dos Transportes, e depois era encaminhada ao grupo executivo de licitações, que era uma equipe nomeada por portaria, para proceder às licitações pertinentes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quem tomava a decisão de efetivamente realizá-las?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Quem tomava as decisões realizadas?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em licitar?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, a decisão era tomada pelo governo como um todo, o Governador, o Secretário e o diretor, porque o diretor ele era um executivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então as decisões eram tomadas...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Eu não poderia, por exemplo, fazer uma licitação de uma obra aqui pra atravessar o Estado de Santa Catarina inteirinho por minha conta e decisão própria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim. Então as decisões relativas à Ponte Hercílio Luz eram tomadas em uma instância...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...pelo Secretário...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...ou pelo Governador?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — É óbvio. Como é que eu poderia, eu, fechar uma ponte sem ouvir o Secretário, ouvir o Governador?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ouvir, sim...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Mesmo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas as decisões...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — ...mesmo que era muito importante o que estava escrito no parecer técnico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, mas como o senhor?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Eu acho que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como o senhor?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — ...que essa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como o senhor é signatário desses aditivos e desses contratos, cabe a mim lhe perguntar...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...se cabia ao senhor fazer essas licitações ou se as licitações eram determinadas e decididas...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, a licitação depois de determinada era feita pelo órgão que eu dirigia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas a decisão não cabia ao senhor, então?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, a decisão era uma decisão de governo. Uma obra como a Hercílio Luz só de governo. Não pode o diretor-geral chegar e...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Restauração, manutenção?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — ...vou fazer a restauração. A manutenção até poderia ser, mas não a restauração, não a restauração.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os contratos de manutenção então...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não a reforma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os contratos de manutenção, então, vamos ser específicos.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Manutenção é outra coisa, porque a manutenção é uma sequência, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E eu vou repetir a pergunta: como se iniciava e quem definia os contratos de manutenção?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, iniciava com o conhecimento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Com as diretorias.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Nas diretorias com o conhecimento da Secretaria e do governo do Estado, e aí faria... fazia-se a licitação. Mas isso aí era um negócio contínuo e vai continuar sendo contínuo, não tenho dúvida disso. *[Transcrição: Rafael de Souza Milke]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tudo bem. Então, quem cabia decidir sobre a licitação de mais um contrato de manutenção?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Sim, caberia à direção-geral...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — ...por força de informação da diretoria setorial.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem mais alguma informação?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — E isso era levado também ao Secretário para o acordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O senhor tem mais alguma informação?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — É que assim, ã... Essa, essa, esse... essa vinculação é interessante, né, porque a autarquia tem a autonomia administrativa e financeira, então quem decide é a autarquia. Não é bem assim, né? Existe esse vínculo da Secretaria com o governo, não vai o órgão, o Executivo, decidir algo sem passar pelo Secretário e sem passar pelo Governador do Estado.

Agora, uma coisa rotineira, a rotineira ela passa a ser uma decisão normal, já de conhecimento, não pode ficar sem fazer o serviço, sem restaurar, sem fazer manutenção. Manutenção, né, porque reforma era até então ser tombado, eram duas hipóteses de soluções, era mudança da cadeia de elos ou passar um feixe de cabos de aço para transferir os esforços.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, mas...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Agora, depois do Iphan, só restauração.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Justamente. Mas então cabia ao diretor-geral... ele tinha essa...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Da manutenção? Sim, já te respondi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, tinha certa autonomia.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Depois de decidido, depois... Autonomia, sim. É a mesma coisa de uma construção de obra, decidido em



plano. Então quem que mandava licitar? O diretor-geral mandava licitar, licitar de acordo com o plano estabelecido e com o plano acordado pelo governo do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O senhor tem mais alguma informação para acrescentar a esta Comissão?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — É difícil eu me lembrar algo para acrescentar. Eu me coloco à disposição para responder ou até para auxiliar *a posteriori*, vendo os documentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito. Muito obrigado.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Que fica mais fácil pra mim poder puxar da memória.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Talvez possa existir algum dado que agora eu não tenha me lembrado, né?

Até com relação à universidade, porque eu me lembro que existia um contato também entre a Secretária, através de um professor da Universidade, o professor Honorato Tomelin, que fez contato com a universidade no sentido da universidade ajudar e participar de um trabalho de dar subsídios também e para que pudesse absorver a tecnologia de empresa, não que é uma empresa estrangeira, e, sim, porque era a mesma que fez a ponte, o projeto da ponte em 1921.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A universidade absorver a tecnologia?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Sim, a universidade e o Estado, e Santa Catarina como um todo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É, porque a universidade foi paga por esse serviço. O senhor tem ciência disso?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — É, eu tenho ciência que houve um contrato, um convênio nesse sentido.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, que novamente eram pagos pelo Estado.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Só não me lembro datas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Por isso que a minha dificuldade de expressar aqui, de entrar no detalhe e esmiuçar, dissecar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Obrigado, Deputado Bruno.

Então com a palavra os Deputados que tiverem alguma pergunta. Deputado Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Bom dia, senhor Fernando.

Ontem, no depoimento aqui do senhor Flávio, ele relatou que é uma influência política desastrosa quando ela atua em cima da atuação técnica, influência política em cima da atuação técnica. Ele disse que isso era desastroso.

Eu te pergunto se no seu, na sua gestão você identificou ou pôde acompanhar alguma movimentação política com relação à ponte que possa ter causado algum dano com relação à ponte?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, nenhuma. Até porque eu, como diretor do órgão, não trocava o histórico técnico de preservar a ponte por uma influência de ordem política. Aí eu preferiria deixar o cargo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Satisfeito, Deputado Jessé?



Deputado Sargento Lima, o senhor tem alguma pergunta para fazer? Deputado Fernando Krelling? Deputada Marlene? (Os Deputados citados declinaram usar da palavra.)

Então gostaria de liberar o senhor Telmo. O senhor está liberado. Muito obrigado. Tem alguma consideração a mais, final, que gostaria de fazer? [Transcrição: Ana Clara Mota]

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não. Agradecer e continuar me colocando à disposição, até porque eu acho que numa Comissão, num plenário, é mais difícil a gente poder falar e lembrar, mas de posses de documentos — porque eu tenho certeza de que o Bruno está com os documentos advindos do Deinfra, do antigo DER, que não tem a tecnologia hoje talvez no sistema, mas tem na microfilmagem — e também dos contratos que foram aprovados no Tribunal de Contas, de posse disso, olhando, eu posso me lembrar de muita coisa. Por exemplo, é aquilo que ele agora há pouco comentou, a universidade, eu não me recordo do contrato com a universidade, e agora há pouco também eu não tava me recordando do contrato com a Usimec, a empresa nacional.

Eu tava com a ideia de que a Steinman foi contratada diretamente sem auxílio da Usimec ou outra empresa. Então, esses detalhes eles vão aparecendo no *feedback* que eu recebi do próprio Bruno, e eu vou me lembrando.

Então, para se ter um pouco mais, é necessário que eu possa ver, acompanhar. Então é nesse sentido — se não houver necessidade, tudo bem —, é nesse sentido que eu me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Perfeito.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — E agradeço a atenção e a oportunidade de me expressar.

(O senhor Relator, Deputado Estadual Bruno Souza, gesticula afirmativamente com a cabeça.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Obrigado, senhor Telmo Fernando Mattar de Souza, por contribuir com a CPI.



Não havendo mais nada a ser debatido, declaro encerrada a presente reunião. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Transcrição: Bruna Maria Scalco / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 5 DE JUNHO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito boa-tarde, senhora Deputada e senhores Deputados. Quero cumprimentar também as senhoras e os senhores telespectadores da TVAL, as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc, bem como as senhoras e os senhores que se fazem presentes na tarde de hoje.



Havendo quórum regimental, vamos dar início à reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL, de 21 de fevereiro de 2019.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Presidente, eu gostaria de relatar um fato que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado João Amin...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu gostaria que fosse agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas primeiro as atas [discussão e votação], como é de praxe. Em seguida às atas, eu concedo a palavra a vossa excelência.

Senhores Deputados, vossas excelências receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL, de 21 de fevereiro de 2019, bem como cópia da ata da 11ª Reunião.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem as queira discutir, colocamos em votação.

Os senhores Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Por questão de ordem, o Deputado João Amin com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Presidente.
(*Passa a ler.*)



“Segundo a agenda da ALESC, no dia 30/05/2019 havia reunião ordinária da Comissão de Agricultura e Política Rural na sala de comissões no período entre as 08:30 e 10:00 horas.

Na sequência, das 10:00 até as 11:30 estava agendada Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que seria presidida por mim.

Acontece que no horário marcado, 10 horas, a reunião da CPI não pode começar porque a reunião da Comissão de Agricultura e Política Rural ainda não havia acabado.”

Nesse meio tempo conversei com o Bruno, conversei com alguns técnicos aqui, com a própria testemunha, que estava aqui e não poderia estar em Florianópolis hoje, quarta-feira.

“A Coordenação das Comissões, em um primeiro momento, não estava presente no local e quando chegou informou que a reunião deveria ser realizada em outra sala. Obviamente que eu neguei isso, tendo em vista que por se tratar de ato público e formal, indispensável seja realizado no local previamente designado. Isto em homenagem ao princípio de publicidade, previsto no artigo 37 da Constituição Federal.” Isso poderia ter ocorrido, se acontecesse, poderia, na mão de um bom advogado, requerer a “nulidade nos atos, foi mantida a reunião, que começou com 35 minutos de atraso.

Solicito que a coordenação das Comissões tome maiores cuidados para que isso não volte a acontecer.” (*Cópia fiel.*)

Eu fui induzido ao erro e poderia ter jogado o trabalho do Bruno, dos técnicos, dos Deputados... poderia ter jogado no lixo o trabalho. Então peço um maior cuidado para que isso não volte a acontecer. E peço que seja transcrito em ata, que conste em ata, essa minha declaração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhora Deputada, senhores Deputados e Deputado João Amin, vossa excelência está coberto de razão, foi feito o agendamento da reunião, no dia e hora, neste local, e dever-se-ia ter iniciado na hora acordada.



Peço à taquigrafia que insira a fala do Deputado João Amin na ata da reunião de hoje e peço à assessoria que elabore minuta de ofício para que eu possa oficialar o ato e o feito ao senhor Presidente desta Casa, solicitando que não ocorra mais o fato narrado por vossa excelência e comprovado pelos demais senhores Deputados.

Senhores Deputados, passada a fase da discussão das atas, vamos à ordem do dia.

O senhor Deputado Bruno Souza apresenta requerimento [pedindo a ouvida] de novas testemunhas, quais sejam: o senhor Tolstoi Maia Duarte, sócio administrador da empresa TEC e do Consórcio Roca-TEC; o senhor Sidney Lourenço Dal Sasso, engenheiro civil da empresa TEC; o senhor Hubert Beck Júnior, engenheiro civil da TEC; o senhor Neri dos Santos, Secretário de Estado dos Transportes e Obras em novembro e dezembro de 1987; o senhor Marcos João Rovaris, Secretário de Estado dos Transportes e Obras de 1983 até março de 1987; e o senhor José Acelmo Gaio, diretor-geral do DER em novembro e dezembro de 1987.

Em discussão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Com a palavra, pela ordem, o Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Gostaria só de fazer uma ressalva, qual seja, se nós conseguirmos ouvir a testemunha que está em Minas Gerais e impossibilitada de vir e conseguirmos as informações que pretendemos, esses três últimos serão futuramente dispensados, não sendo necessário ouvi-los, caso nós consigamos fazer a oitiva com a testemunha de Minas.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: "Qual é o nome da de Minas?)

Roberto Nogueira Costa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, o Deputado Bruno faz a sugestão de que, se esta Casa ouvir a testemunha de Belo Horizonte... Vossa excelência pode repetir o nome?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Roberto Nogueira Costa. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Se esta Casa ouvir o senhor Roberto Nogueira Costa, ficam dispensados da oitiva os senhores Neri dos Santos, Marcos João Rovaris e José Acelmo Gaio.

Então vamos aprovar, preliminarmente, a convocação dos senhores Tolstói Maia Duarte, Sidney Lourenço Dal Sasso e Hubert Beck Júnior.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada a convocação dos três primeiros.

Senhores Deputados, também o Deputado Bruno pede a prorrogação do prazo da CPI por mais noventa dias - faz um arrazoado e apresenta aos senhores Deputados. Solicitei que fosse...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — São 120, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — São 120? Mas vossa excelência colocou na imprensa que era por noventa dias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não fui eu que coloquei *(r)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Eu fiquei sabendo pela imprensa hoje. Vossa excelência *(ininteligível)* sabia?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — (Ri.) Na verdade eu acabei encontrando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Nós, Deputados que fazemos parte da Comissão, não ficamos sabendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu fiquei... eu encontrei o jornalista, ele me perguntou e eu falei, sim, que eu iria pedir uma prorrogação, mas não foi uma nota enviada por mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então vossa excelência diga a ele que ele errou, pois falou noventa dias, e eu cheguei hoje aqui com a cabeça feita para aprovar os noventa dias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu lamento, lamento o ocorrido, mas na verdade não foi a intenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas eu peço à assessoria que tira cópia, entregue aos senhores Deputados o arrazoado do Deputado Bruno para que leiam e, ao final desta reunião, depois da avaliação de cada um dos senhores Deputados, nós vamos decidir ao final da reunião.

Vamos, então, à ouvida das testemunhas. Nós temos para hoje duas testemunhas, o senhor Ricardo Procopiak Saporiti e o senhor Fernando Vieira Torres.

Eu consulto o Relator desta CPI qual das duas testemunhas quer ouvir por primeiro?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Fernando Vieira Torres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então convido o senhor Fernando Vieira Torres para tomar assento e solicito que o senhor Ricardo Saporiti se dirija à sala da Coordenadoria das Comissões e aguarde ser chamado, por gentileza.

(O senhor Ricardo Procopiak Saporiti deixa o recinto.)



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, posso prestar um esclarecimento para os Deputados sobre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vossa excelência está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Deputados, na verdade é apenas em nível de esclarecimento. Com o depoimento do senhor Fernando e do senhor Ricardo, nós encerramos a parte mais antiga das oitivas, relacionada aos contratos mais antigos, e os dois depoimentos tendem a ser breves.

Então, agradeço desde já por toda essa paciência e acompanhamento em toda a Comissão e nós vamos encerrar, provavelmente hoje, essas oitivas. Apenas em nível de esclarecimento para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Recebo da Deputada Luciane Carminatti ofício comunicando sua ausência no dia de hoje, tendo em vista consulta médica.

Senhor Fernando Vieira Torres, o senhor, por gentileza, tem a sua identidade ou já foi?...

Ponha a cópia aqui na minha mesa, por gentileza.

(A assessoria entrega cópia da identidade do senhor Fernando Vieira Torres ao senhor Presidente.)

Senhor Fernando, nós gostaríamos que o senhor dissesse o seu nome completo...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...a sua profissão, a data de nascimento e o seu endereço completo.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Ah, tá.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Fale bem nítido no microfone para que a taquigrafia possa fazer os devidos registros, por gentileza. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Fernando Vieira Torres...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A sua profissão.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Engenheiro civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A data de nascimento.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — 1º/11/1950.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E o seu endereço completo.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Rua José do Patrocínio, 312, CEP 88070-400, Capoeiras, Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor recebeu um ofício sendo convocado para estar hoje aqui nesta CPI para prestar um testemunho. O senhor sabe o motivo por que está aqui?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — O motivo é o que eu li na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E o que o senhor leu? Vir dar um depoimento na CPI da Ponte. É isso?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — A convocação da CPI da Ponte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k.

O senhor promete dizer a verdade, somente a verdade, no dia de hoje nesta CPI?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Prometo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também não é obrigado a responder todas as perguntas; se desejar ficar calado, o senhor também pode ficar calado.

O senhor se faz acompanhado de advogado?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não? Ok.

Passo a palavra, então, ao eminente Deputado Bruno Souza para iniciar com as perguntas. Na hora em que o senhor falar, fale mais perto do microfone para que se entenda bem.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Ah, tá, tudo bem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado por ter atendido esta convocação. Na verdade o senhor foi convidado a vir aqui porque o senhor foi membro da comissão do DER que acompanhou o contrato firmado com a empresa Usimec, no ano de 88... 82, perdão. E para que nós possamos encontrar algumas repostas, talvez o senhor possa nos auxiliar nesse objetivo.

Então eu já começo perguntando: o senhor poderia discorrer sobre a sua trajetória no DER e os cargos e as funções que exerceu e os respectivos períodos?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Eu não... eu não vou me lembrar, assim, de tudo exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que lembrar, o senhor pode nos informar?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Eu entrei no DER em 1976 como chefe das Patrulha Mecanizadas, até 81. Depois eu fui fiscal do Serviço de Conservação da Ponte Hercílio Luz, de 81 em diante — não lembro até quanto —, e mais tarde fui também chefe de Serviço de Conservação na Diretoria de Operações do DER.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O senhor poderia especificar qual foi o período em que fez parte da comissão que acompanhava o contrato com a empresa Usimec e Steinman, na década de 80? Qual foi o período ali?...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não lembro mais, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não lembra?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá.

Em relação a esse contrato com as empresas Usimec e Steinman, até que etapa ele foi executado?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Olha... até que etapa eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não sabe dizer...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...o percentual dele que foi atendido? Até qual etapa...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Foi iniciado e foi interrompido, foi abandonado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o que dele foi feito? O senhor sabe especificar?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — O que foi feito eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe me dizer se houve alguma paralisação desse contrato? Ou melhor, qual foi o motivo da paralisação que o senhor acabou de alegar?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Olha, eu não sei porque que... O motivo eu não sei.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor era da comissão que acompanhava o contrato.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Mas as decisões são tomadas...
escalão superior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E nada foi informado ao senhor?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não, nada foi informado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ninguém se questionou o motivo de que...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...do porquê ele foi parado?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Só aceitaram?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Foi interrompido, mas não foi...
não foi nos informado porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o que se comentava no DER à época dos possíveis motivos da interrupção?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — ã, não sei de comentários.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pois é, e quando o senhor fala que essa decisão veio dos escalões superiores...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Da onde? Esta decisão partiu da onde de interromper esse contrato?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Eu não sei. não sei. Pode ser do governo do Estado, do Governador, do Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor faz parte da comissão e essa comissão foi informada. Por quem foi informada? Foi informada por quem, de que seria interrompido o contrato?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não recebi nenhuma informação que ia ser interrompido o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como o senhor ficou sabendo que o contrato foi interrompido então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Pelo que a gente vê, até ali fora, na imprensa, pela obra que tá parada, que ficou parada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá. E qual era a sua função na comissão, então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Fiscalizar os serviços de restauração da ponte, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Fiscalizar os serviços?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — É, os serviços.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor estava fiscalizando um contrato que estava em execução. E o senhor não se perguntou quando ele foi...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...interrompido?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Eu lembro... Que eu me lembre, não passou da fase de projeto. [Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não passou da fase de projeto?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — É, não passou da fase de projeto e foi abandonado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi. O senhor não chegou a fazer uma fiscalização *in loco* da execução do projeto, então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não, não chegou a ser feito, o, o, a obra não chegou a ser feita.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele foi abandonado, então, antes de ser efetivado?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Foi abandonado... Na fase de projeto ou anteprojeto já foi abandonado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi. E o senhor... mas não houve nenhuma mobilização de canteiro?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não. Que eu me lembre, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi.

Ainda em relação ao contrato da Usimec/Steinman, esses projetos que foram feitos foram entregues ao DER? O senhor sabe me dizer isso?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não sei se foi entregue ao DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor fiscalizou alguma coisa?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Eu fazia parte da comissão, mas não, não, não passou pela minha mão, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A comissão não chegou a fiscalizar nada, então?



O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não, não chegou a fiscalizar nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então a comissão nunca atuou?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É isso o que o senhor está alegando?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe ou lembra, pelo menos, se o projeto que a Steinman iria apresentar ou entregar, o senhor está me alegando que ela não chegou nem a entregar o projeto, então?...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Sim. Que eu não lembro de, de ter entregado o projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra, pelo que se falava, se o projeto era exequível ou não era? A proposta da Steinman, porque provavelmente os senhores conversavam, era uma proposta exequível?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não lembro de, de... Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acompanhou algum outro contrato relativo à Ponte Hercílio Luz, como fiscal?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Eu acompanhei o contrato de, de, da conservação da ponte. Isso de 81 até... não me lembro quando foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pode citar as empresas?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Foi a empresa Roca, na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Só a Roca?



O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Só a Roca. Fui fiscal na época que a empresa era a Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor fez parte de alguma outra comissão que acompanhou a execução de projetos para a ponte?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Outra comissão foi essa que o senhor citou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, além dessa?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Além dessa, não. Mais nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na época do contrato com a Usimec, o Estado, através do DER, firmou contrato de recuperação e manutenção com a empresa Roca e estabeleceu um convênio com a UFSC. O senhor lembra dessas referidas contratações?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Hum, eu lembro que houve, houve comentários entre o pessoal da comissão que... sobre a participação da UFSC, mas foi, pelo que eu me lembro, foi rejeitada a participação da UFSC no processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por qual motivo?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Eu não sei, porque isso não foi decidido por mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas não se conversavam dentro do DER? Os técnicos não se falam?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — É, eu me lembro que o presidente da comissão falou que não interessava a participação da UFSC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De fazer a participação ou executar o projeto? O senhor pode especificar? A UFSC chegou a entregar algum projeto?



O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não, a UFSC não chegou a entregar nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A UFSC não entregou nada?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não realizou estudo nenhum, então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não, estudo nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não chegou a ir *in loco*, fazer algumas medições nas áreas?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não, pelo menos que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom, o senhor trabalhava, era fiscal da obra, né, então o senhor deve, a sua informação deve ser?...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — É que faz muito tempo também e muita coisa eu não lembro. Faz quase quarenta anos isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas convenhamos que a Ponte Hercílio Luz é um caso singular, né? Então as obras ali também o são, pela...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ... especificidade técnica da obra.

Senhor, e como funcionavam as atividades de fiscalização e supervisão dos contratos relativos à Ponte Hercílio Luz na sua época? Como o senhor fiscalizava?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Fazendo visitas regulares a, a, à obra. Eu estou falando da parte de conservação.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tudo bem.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Que eu fui fiscal. E, e, e acompanhando os serviços, juntamente com o engenheiro da obra, que... encarregado de obras i, i, i...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, indo e fazendo visitas regulares, é isso?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Regulares.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então eu presumo que existam relatórios sobre essas visitas?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas... Era uma fiscalização sem prestação de contas? Era uma fiscalização...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não. Existia a prestação de contas que era feita mensal pela empresa. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, como fiscal, não confeccionava relatório algum?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então era uma fiscalização que não há como saber o que o senhor... O senhor fiscalizava e não fazia anotações, não fazia relatório?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — É... O que ocorria é que a empresa mensalmente me entregava o relatório com a... fatura. Daí eu... fazia a... conferência do processo aí, e se estivesse de acordo, assinava... pela, pela, pelo pagamento da fatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então não há nenhum registro da sua fiscalização efetiva no local?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não. Eles tinham uma... não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a comissão, ela atestava os pagamentos desse contrato?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Não, nessa época que eu tô falando não era uma comissão... eu era... era o único...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Era o senhor?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Era o fiscal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Era o senhor que atestava os pagamentos, então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então pode-se dizer que os pagamentos efetivados nessa época o senhor fiscalizou e confirma...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Confirmava os serviços feitos e o pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então...

(O senhor Deputado Estadual Jessé Lopes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O Deputado Jessé tem uma pergunta também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Não, com a palavra vossa excelência primeiro. Depois o Deputado Jessé, pela ordem, por gentileza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É que ele sugeriu aqui... Mas então o senhor faz na sequência, pode ser?

Senhor Fernando, o senhor tem alguma outra informação que gostaria de compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, algo que julgue interessante ou relevante para a elucidação dos fatos?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Não, não tenho nada.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Uma última pergunta: os aditivos eram iniciados por quem?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Eu não sei, porque pela... por mim, pelo fiscal, não era... se foi feito aditivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas quem determinava a necessidade deles? Quem atestava a necessidade deles?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Olha, na época que eu fui fiscal da conservação, que foi de 81 em diante, não soube de nenhum aditivo no contrato. Agora, houve outros contratos depois, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – De 81 até mais ou menos que ano? Diga um período, mais ou menos, para eu poder ter isso claro na minha cabeça.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – É que eu não me lembro até que ano eu fui fiscal, que foi cessada a portaria que me designava fiscal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quantas vezes por semana o senhor estava na ponte?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Ah, quase que diariamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quase que diariamente?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mesmo assim não tem nenhum relatório?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente...

E da mesma forma também desconhece aditivos?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Desconheço, desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tá bom.



Presidente, eu estou satisfeito

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, havendo a participação do Deputado Bruno, Deputado Jessé Lopes, vossa excelência agora está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Senhor Fernando, o senhor disse que fazia a fiscalização.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E você assinava o documento de liberação...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Liberação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Essa liberação é a liberação da verba, no caso?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Do... Do...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Do pagamento?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Do pagamento da fatura...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E como era feita essa fiscalização? Você tinha que fiscalizar para liberar, como que era? Você só se baseava pelo relatório da empresa? Ou você fazia... Como que era feita a fiscalização?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – *(ininteligível.)* Eu... eu tava frequentemente na obra. E depois vinha discriminado na... junto com a fatura tudo o que foi feito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E tu acordavas que estava feito aquilo?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – E aquilo... Sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Você fazia uma fiscalização na obra? Na obra você fazia também essa fiscalização?



O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Fazia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E estava tudo o.k.?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – O.k. Isso foi na fase de... de...de...
que... que a empresa que trabalhava lá era só a Roca.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Sei... E...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Era uma empresa só e só um
fiscal, que era eu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E quem era o seu chefe
imediato?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Era o... engenheiro Picanço,
Nelson Picanço, ele era o diretor de Operações.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E você nunca recebeu
uma influência dele para deliberar sem as devidas fiscalizações?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Não, não. não. Não, não. Isso
nunca houve.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Tá. O senhor não fazia
o relatório dessas fiscalizações, assim?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – A sua... Não?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores
Deputados... Deputado Sargento Lima, Deputada Marlene, Deputado João Amin,
Deputado Fernando... *(Os Deputados citados declinaram usar da palavra.)*
Também este Deputado não deseja fazer perguntas.

Senhores Deputados, não havendo mais quem queira fazer perguntas, eu
agradeço a participação do senhor Fernando Vieira Torres nesta Comissão.
Agradeço a sua estada aqui, muito obrigado, e peço à assessoria da Comissão



que o conduza até o ambiente externo, por gentileza. [Transcrição: Rafael de Souza Milke]

O senhor está dispensado. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Obrigado.

(O senhor Fernando Vieira Torres deixa o recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Também peço para a assessoria que conduza a este ambiente o senhor Ricardo Procopiak Saporiti. (Pausa.)

Enquanto o senhor Ricardo Saporiti não vem, pergunto aos senhores Deputados se leram os argumentos do Deputado Bruno solicitando a prorrogação da CPI.

Consulto o Deputado Sargento Lima: está pronto para decidir sobre a prorrogação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Dos noventa dias? (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vossa excelência assistiu à televisão também. (Risos.) Não foi só eu, não foi só eu, vossa excelência também. (Ri.)

Deputado Jessé?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Tudo o.k. Eu acredito que os noventa dias tenham saído porque CPI na Câmara de Vereadores é de noventa. Talvez tenha sido esse o equívoco do jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pode ser. Deputado Fernando?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputada Marlene?





A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado João? *(O Deputado João Amin gesticula afirmativamente com a cabeça.)*

Havendo a concordância dos senhores Deputados, ficam prorrogados por mais 120 dias os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Ato da Presidência nº 0030, de fevereiro de 2019.

(O senhor Ricardo Procopiak Saporiti adentra o recinto.)

Senhor Ricardo Procopiak Saporiti...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Está aqui na mesa a identidade de vossa senhoria. Solicito a vossa senhoria que diga o seu nome completo, a data de nascimento, a sua profissão e o seu endereço completo. Por gentileza, no microfone.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Ricardo Procopiak Saporiti, eu sou engenheiro civil, data de nascimento é 13/12/1944, o endereço é Rua Presidente Coutinho, nº 297, apartamento 504, bloco B-2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor sabe por que está aqui hoje?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor não recebeu o ofício?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Eu recebi, mas o ofício só me convocou como testemunha. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O ofício diz o seguinte, vou ler para vossa senhoria: "Cumprimentando-o, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência Nº 0030-DL, de 2019, para investigar ilicitudes praticadas nas obras da Ponte Hercílio Luz em procedimentos licitatórios ocorridos desde sua



interdição até a atualidade, com fulcro no artigo 155, inciso II, combinado com o artigo 156, inciso IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, **CONVOCO** Vossa Senhoria, na qualidade de testemunha, para prestar informações quanto ao assunto acima citado.” (*Cópia fiel.*)

O senhor leu isso?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Li.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então o senhor tem conhecimento do porquê está aqui?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Do texto, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k. Então, o senhor vai saber agora por intermédio das perguntas o restante da...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor promete dizer a verdade, somente a verdade, no dia de hoje?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também tem o direito de ficar calado se desejar não responder alguma pergunta.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Se faz acompanhado de advogado?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então, passo a palavra ao eminente Deputado Bruno Souza, Relator da matéria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Ricardo.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Boa tarde, doutor.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor foi convocado a esta CPI para tentar nos ajudar com o esclarecimento dos fatos e com a reconstrução histórica de toda a obra da Ponte Hercílio Luz, que é uma obra muito peculiar e tem aspectos muito específicos.

Então, gostaria de começar pedindo para o senhor discorrer sobre a sua trajetória no DER, os cargos e as funções que exerceu e os seus respectivos períodos. *[Transcrição: Ana Clara Mota.]*

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Pois não.

Eu... Deputado, eu entrei no DER em 18 de março de 1971 e no período daquela data até 31/12/1973 eu fui engenheiro residente do DER - na época eram duas residências, de Florianópolis e de Santo Amaro da Imperatriz. E como engenheiro residente do DER, eu tinha a obrigação também de ser fiscal das obras de... que estavam sendo executadas naquela época na Ponte Hercílio Luz. As obras na, naquela época, consistiam na... o estrado era todo ele estrado de madeira e ele foi substituído por um revestimento asfáltico. Então, foi esse trabalho que eu fui... acompanhei a execução naquela época. Isso deve ter sido, mais ou menos, entre 1971 e setenta... e 73 quando eu, eu sai lá da, da residência e fui atuar na Secretaria dos Transportes e Obras, no período de 1974 até, até 1982, onde eu fui coordenador de Planejamento da Secretaria de Transportes e coordenador das Obras de Recuperação Rodoviária na região sul do Estado, quando ocorreu aquela enchente de 1974, onde eu tive a oportunidade de trabalhar na região por volta de dois anos, mais ou menos, recuperando as estradas.

Depois disso eu fui... eu fui nomeado administrador do Fundo Estadual de Assistência Rodoviária e Desenvolvimento Econômico dos Municípios - era um fundo que ajudava as Prefeituras Municipais na execução das obras rodoviárias municipais e também obras de desenvolvimento urbano. Eu fui administrador desse Fundo de junho de 1975 até março de mil novecentos... de 1982. É... e de... de 1982 até 1985 eu fui chefe da Divisão de Supervisão de Programas Especiais do Departamento de Estradas de Rodagem. De 1985 até agosto de 2001 eu, eu fui cedido para o Ministério dos Transportes, em Brasília, onde eu fui,



ã... o engenheiro responsável pela execução das obras das escolas técnicas federais e agrotécnicas, escolas agrícolas em todo o Brasil, e especialmente aqui em Santa Catarina. Eu, mais ou menos em... em dois mil e... em 1988, aproximadamente, eu não tenho bem certeza dessa data, eu vim de Brasília e fiquei é... lotado na Delegacia da... do... do Ministério da Educação em Santa Catarina, onde eu acompanhei a execução das obras da... escola agrotécnica de Sombrio, a escola agrotécnica de Rio do Sul, a escola é... a Escola Técnica Federal de São José...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Uhum.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Quer dizer, uma série de escolas agrícolas que foram feita nas... nos Municípios e acompanhava todas as obras de, de melhoramentos de escolas através do Ministério da Educação.

É... e vim me aposentar em agosto de 2001. De 2001 pra cá eu tô atuando na iniciativa privada com uma empresa de engenharia que eu tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O senhor poderia especificar qual foi o período em que fez parte da comissão que acompanhava o contrato com as empresas Usimec e Steinman na década de 80?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Eu... eu não... eu... pra ser bem sincero eu não me lembro bem dessa... porque nós trabalhávamos no DER e... o coordenador desta parte da, da recuperação da ponte, os contatos com a Steinman, que é uma empresa americana, eram feitos pelo doutor Cleones Bastos, que era um profissional já mais antigo do DER, conhecedor profundo do problema da Ponte Hercílio Luz. E o doutor Cleones ele tinha ainda um... um predado que ele falava muito bem inglês, então todos esses... essas tratativas com a Steinman eram feito através do doutor Cleones Bastos, um saudoso colega nosso do DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor fez parte de uma comissão de acompanhamento do contrato ou não?



O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Eu não me lembro, doutor...
ã... Deputado. Sinceramente eu não, não me lembro se eu fazia parte. Como,
como eu tava nessa, nessa divisão de, de obras especiais do DER, eu posso ter
acompanhado... é... até prestado assessoria nessa parte, mas eu não me lembro
se eu fui nomeado pra essa comissão ou não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O seu nome
consta nas atas.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Bom, se consta, então eu fui
nomeado. Agora, eu não me lembro desse, desse dado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Essas
comissões, elas eram remuneradas na época?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não, absolutamente.
[Transcrição: Bruna Maria Scalco]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em relação a
esse contrato com as empresas Usimec e Steinman, o senhor sabe me dizer até
que etapa ele foi executado?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sabe me dizer
se houve paralisação desses contratos?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Eu, vagamente, eu lembro
assim, que na época havia um problema financeiro muito sério e tinha dificuldade.
Inclusive eu não sei nem se esse contrato foi assinado com a Steinman ou não,
porque... Na verdade era um contrato pra execução do projeto da restauração da
ponte, porque houve naquela época o problema do rompimento de uma barra de
olhal e eles nos assessoraram, inclusive como que poderia ser feito pra, pra fazer
um... um serviço assim, pra, pra minimizar o problema existente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E foi entregue
esse projeto?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Eu não lembro disso.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ou até que etapa ele foi executado?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não lembro, porque isso era coordenado pelo doutor Cleones Bastos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Também isso... Deputado, isso deve ter sido mais ou menos 1982, 83...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Então, é um lapso de tempo muito grande pra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor sabe se algum desses contratos, desses projetos foram entregues para alguém?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não sei lhe informar, não sei lhe informar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E sabe dizer se alguma parte da obra chegou a ser executada, alguma parte desse projeto?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Olha, da parte da restauração, pelo que me consta, não foi feito nada; o que foi feito foi aquela, aquele reforço naquela barra de olhal que rompeu. Isso foi feito através da Roca inclusive, na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O senhor acompanhou algum outro contrato relativo à Ponte Hercílio Luz?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não, nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nenhum outro?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Só esse que eu me referi lá em 1972... 71, 72.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como fiscal?



O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Como fiscal. Que eu era residente do DER, foi na época que foi tirado o estrado de madeira e foi feito o estrado com... com... com concreto asfáltico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E fez parte de alguma outra comissão que acompanhou a execução de projetos para a ponte?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não, não fiz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Também não?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na época desse contrato da Usimec, o Estado, através do DER, firmou um contrato de conservação e manutenção com a empresa Roca e estabeleceu um convênio com a UFSC. O senhor lembra dessas contratações?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não, eu não participei disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não participou disso?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não, não participei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas sabe me dizer algo sobre esses contratos?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Eu, eu lembro assim, porque nós trabalhávamos numa sala da, da, do DER, o doutor Cleones, era eu e mais... mais um outro colega que trabalhávamos lá naquela sala, então a gente tinha contato ali da, da vivência diária ali, mas eu não... detalhes eu não.. não participei disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas deve lembrar algo sobre o convênio com a UFSC?



O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Também não sei, não participei disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe me dizer se os fiscais que fiscalizavam esses contratos produziam algum tipo de relatório?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não sei lhe dizer. Não sei, porque não era, não era do, do... vinculado a minha área, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas como o senhor acabou de dizer, conversavam, estavam na mesma...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Conversávamos, exatamente, agora a responsabilidade era do...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — ...doutor Cleones, que era o presidente da comissão lá de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas então sabe dizer se...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não sei....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se algum tipo de relatório era feito da fiscalização?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não sei, porque eu não acompanhava isso, não fazia parte do meu, da minha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sabe me dizer como é que funcionavam as atividades de fiscalização e supervisão dos contratos relativos à ponte na sua época?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Na minha época, sim, porque nós tínhamos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como funcionava?



O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Era feito medições, tudo direitinho, né, mas isso naquela, naquele período lá, de 1971 a 73.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pode detalhar mais como eram feita as pesquisas?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não, era, era acompanhando diariamente. A gente... Eu, além do setor rodoviário que eu cuidava, eu também sempre passava lá na ponte, via como é que estavam, quais eram as atividades que estavam sendo desenvolvidas. Problema de pagamento, medições e tudo mais eram feitos através da residência do DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor ia até o local?...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O fiscal ia até o local?...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Eu, eu volto a me referir, sim, eu estou me referindo ao período de 1971...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — ...até 1973, que eu era residente do DER. E aí a fiscalização era subordinada a minha pessoa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E eram confeccionadas algum tipo de relatório?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Eram todos os relatórios, tudo direitinho, mensalmente, medições e liberações de parcelas, normais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eram... sempre havia relatórios?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Sempre havia, como todo processo de engenharia deve ser, né?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então como todo processo de engenharia deve ser, provavelmente, então, os outros fiscais posteriores também fizeram relatórios?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Ai... aí, Deputado, com todos o respeito não cabe a mim responder isso, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas como o senhor acabou de alegar...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — A boa engenharia manda isso, né, agora... não posso lhe afirmar. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, então, na sua época era...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Na minha época era.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era... era... tinha hábito de fazer o relatório?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI - Era feito medição, tudo direitinho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O senhor fez parte da comissão de licitação para essas obras de manutenção ou restauração?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — De manutenção e monitoramento da ponte?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Restauração. O senhor fez parte da comissão de licitação?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Não, não fiz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor nunca fez parte de uma comissão de licitação?



O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI – Nunca. Que eu me lembre, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor possui parentesco com o senhor Paulo Procopiak da Aguiar?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI – Sim, é meu primo, é meu primo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ele é ex-sócio da Roca; e Luiz Fernando Procopiak de Aguiar?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI – É meu primo também, irmão do Paulo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Que é ex-diretor técnico da Esteio Engenharia e Aerolevantamentos.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI – Exatamente, exatamente. Dois profissionais extremamente competentes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Como membro da comissão, o senhor acompanhava os contratos executados por essas mesmas empresas?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor era da comissão.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI – Dessas mesmas empresas?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, da Roca, o senhor acompanhava...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI – Mas eu... eu, aí, Deputado, o senhor vai me permitir, eu não lembro se naquela época, em 1972, se o Paulo era sócio da Roca ou não, isso aí eu não me lembro e não... Eu nunca tive atividade profissional ligada com os meus parentes. Nunca.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, mas o senhor, na verdade... O senhor era da comissão em conjunto com o Cleones, na época em que o Paulo era sócio da Roca.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI – Eu vou ser bem sincero, Deputado, eu não lembro se eu era da comissão com o doutor Cleones Bastos. Eu não me lembro se tem portaria me designando pra isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Existe.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI – Existe? Bom, se existe, então tá lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Mas veja, eu cuidava da parte... a minha parte era de engenharia, a parte comercial não era conosco, ali com a comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor era da comissão que acompanhava os trabalhos.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI – O senhor falou que tem a portaria...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não acha que existia um conflito de interesses, haja vista que o senhor era parente dos empreiteiros?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI – Absolutamente, absolutamente, Deputado, absolutamente. Eu sou um profissional que estou com cinquenta anos de formado, fiz agora em novembro do ano passado, me formei na Universidade Federal do Paraná. Agora, se o senhor for pegar o meu passado dentro dos órgãos públicos, o senhor não vai ver uma mancha assim na minha reputação profissional. Inclusive agora, que continuo atuando na área de rodoviária, nunca, assim, houve qualquer coisa que viesse a denegrir a minha pessoa.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então na opinião do senhor não há problema nenhum um membro de uma comissão que acompanha uma licitação ser parente dos executores da licitação?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI – Olha, eu... eu nem sabia na época que eram sócio ou deixavam se ser sócio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI – Porque quando eu entrei lá a Roca já estava trabalhando na, na, na obra da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor, de alguma forma, influenciou a contratação dessas empresas?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI – Nunca, nunca, absolutamente. Nunca, não é do meu feitio isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor tem alguma outra informação que gostaria de compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que julga interessante ou relevante para a elucidação dos fatos?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Não tenho. Eu até parabenizo a Comissão Parlamentar, agora eu não tenho, assim, nada que possa ajudar. Só que é muito difícil, pra qualquer profissional, num lapso de trinta, quarenta anos, você se recordar de detalhes. Isso é humanamente... é muito difícil. A pessoa vai ficando mais velha, já vai ficando, por natureza, mas esquecida, agora com um lapso de tempo tão grande assim, é muito difícil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Ricardo, muito obrigado pela sua participação.

Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, o Deputado Jessé não deseja, o Deputado Sargento Lima não, a Deputada Marlene, o Deputado João, o Deputado Fernando e este Deputado também não. *(Todos os Deputados presentes declinaram usar da palavra.)*



Agradeço, então, a participação do senhor Ricardo Saporiti nesta Comissão. Vossa senhoria está dispensado, por gentileza.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Peço à assessoria da Comissão que conduza o senhor Saporiti até a área externa deste ambiente.

(O senhor Ricardo Procopiak Saporiti se retira do recinto.)

Senhores Deputados, mais alguma manifestação dos senhores, de algum Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente, apenas para salientar que nós, ontem, fizemos a primeira reunião entre os assessores dos Deputados com o intuito de que sejam sempre atualizados de todos os procedimentos da CPI, e isso será semanal. Então todos os Deputados que tiverem interesse e puderem mandar os seus assessores para que tenham todo o material sempre atualizado, nós estaremos sempre à disposição nessas reuniões para sempre tirar qualquer dúvida e esclarecer todos os fatos.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputada Marlene, por gentileza.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER – Essa até era uma solicitação que eu iria fazer, porque senão... se a gente não conhece um pouco antes, aí fica difícil inclusive a gente se manifestar aqui, né, porque não... Então se tiver uma reunião anterior é melhor para a gente também poder participar mais efetivamente, né? *[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]*



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Com certeza. Toda segunda-feira, às 13h30min, será feita justamente para isso, para que todos possam acompanhar.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER – Perfeito. Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado João Amim, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O último relatório do progresso da CPI é do dia 10/4/2019, não sei se há algum mais atualizado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Podemos também providenciar e encaminhar aos gabinetes, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno, Relator da matéria, fica acordado que vossa excelência vai atualizar todos os dados e repassar aos senhores Deputados que compõem esta Comissão.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente reunião, convocando outra, ordinária, para quarta-feira da semana que vem.

Muito obrigado e uma boa-noite a todos. *(Ata sem revisão dos oradores.)*
[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



**ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE
FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS
OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE,
REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE
REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito boa-tarde, senhora Deputada e senhores Deputados. Quero cumprimentar também as senhoras e os senhores telespectadores da TVAL, as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc, bem como as senhoras e os senhores que se fazem presentes nesta reunião.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL. E os senhores Deputados receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.



Recebemos, fruto de solicitação desta Comissão, do Tribunal de Contas o Ofício nº 9.983/2019 que encaminha cópia de processo licitatório, bem como o Ofício nº 0099.2019, também do Tribunal de Contas, que encaminha a documentação. Solicito à assessoria que faça a devida anexação dos documentos ao processo da CPI e que dê vistas ao Deputado Bruno, Relator da matéria. Se os demais Deputados também desejarem, fica aberto para todos os senhores Deputados.

Vamos à ordem do dia da pauta da reunião. Solicita o senhor Deputado Bruno Souza, Relator da matéria, mais documentos. Eu vou pedir à assessoria que envie cópia da solicitação aos senhores Deputados. Dou por aprovado o requerimento do Deputado Bruno, até que um de vossas excelências conteste alguma solicitação. Não havendo a contestação, dou por aprovado, e que façam os ofícios para que eu possa fazer a devida assinatura.

Tem também, senhores Deputados, a solicitação do Deputado Bruno para a oitiva das seguintes pessoas: Arnaldo Martins, diretor de Operações do Deinfra no período em que operava na Ponte Hercílio Luz no Consórcio Roca-TEC, e de Delbi Joel Canarim, gerente de Licitações, presidente da Comissão de Licitação e é atualmente diretor de Operações do Deinfra.

Eu coloco em discussão o requerimento.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Senhores, vamos então à parte mais importante desta reunião, que é a oitiva das seguintes testemunhas: nós temos, por convocação, os senhores Tolstoi Maia Duarte, Sidney Lourenço Dal Sasso e Hubert Beck Júnior. Os três estão presentes. Eu pergunto ao Deputado Bruno: qual o primeiro?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Tolstoi Maia Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E o segundo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O segundo é o senhor Sidney Lourenço Dal Sasso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E, aí, restando o Hubert Beck Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então solicito a presença do senhor Tolstoi aqui à mesa (*aponta para o espaço reservado ao depoente*) e peço à assessoria que encaminhe o senhor Sidney e o senhor Hubert à sala da Coordenadoria das Comissões.

(O senhor Tolstoi Maia Duarte toma assento à mesa dos trabalhos e os senhores Sidney Lourenço Dal Sasso e Hubert Beck Júnior se retiram do recinto.)

Senhor Tolstoi, seja bem-vindo.

Eu gostaria que o senhor dissesse o seu nome completo, a sua idade, a sua profissão e o seu endereço completo, até para que o pessoal da taquigrafia possa fazer o devido registro. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Pois não, Presidente.

O meu nome é Tolstoi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor fale bem pertinho do microfone.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Meu nome é Tolstoi Maia Duarte, eu tenho 67 anos, é... moro aqui... sou engenheiro civil, moro aqui em



Florianópolis à rua... é... Engenheiro Newton Ramos, número 70, apartamento 1.302, no centro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor sabe por que está aqui no dia de hoje participando desta reunião da CPI?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Tem conhecimento?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tenho pleno conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor promete dizer a verdade, somente a verdade, no dia de hoje nesta reunião?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também não é obrigado a responder as perguntas que lhe são perguntadas, pode ficar em silêncio se assim desejar. O senhor se faz acompanhado de advogado?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não preciso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Cópia da carteira de identidade do senhor Tolstoi já está em poder desta Comissão.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Hhm-hm.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Passo a palavra ao Deputado Bruno, Relator da CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Tolstoi, tudo bem com o senhor?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Boa tarde. Como é que vai, Deputado?



Número: **RQC/0016.6/2019**

Origem: **Legislativo**

Autor: **Deputado Bruno Souza e outro(s)**

Data Limite: 13/06/2019

Requerem a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigar ilicitudes praticadas nas obras da Ponte Hercílio Luz em procedimentos licitatórios ocorridos desde sua interdição até a atualidade.

Ato da Presidência nº 030-DL, de 2019 - Constitui

Ato da Presidência nº 077-DL, de 2019 - Prorroga

Volume XCV

PARECER (ES).....

.....
.....
.....
.....
.....
.....

EMENDA (S).....

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Seja muito bem-vindo a esta Comissão. Muito obrigado por atender o nosso pedido, a nossa convocação.

O senhor foi chamado aqui porque o senhor foi sócio administrador da empresa TEC – Tecnisa (*sic*) e teve contratos firmados com o Deinfra. Então nós temos a esperança que o senhor possa nos ajudar a esclarecer um certo período dessa história da Ponte Hercílio Luz.

Então seja muito bem-vindo e muito obrigado por se dispor a vir e a contribuir com o seu conhecimento.

Mas antes de adentrarmos aos contratos que registraram a participação da TEC nos anos de 2000, 2005 e 2006, gostaríamos de saber se o senhor poderia explicar o que houve com o Contrato 203/2014 para a conclusão da estrutura provisória, que teve o extrato publicado no Diário Oficial, mas não teve indícios de que tenha sido realizado.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Contrato 2013?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Contrato 2013 de 2014... 203 de 2014.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — O Contrato 2003, de 2014... Ó, Deputado, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para estrutura provisória...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Ó, Deputado, eu, eu, eu... O senhor me desculpe, mas eu não fiz parte desse contrato.

É... Só uma correção, por gentileza, o senhor falou o nome da, da nossa empresa... O nome correto da empresa é TEC – Técnica de Engenharia Catarinense Ltda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso mesmo.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — O senhor falou Tecnisa.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perdão, é a TEC.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Tá. E nós não participamos dessa... desse contrato, eu não sei nem do que tá se tratando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor então alega que não participou?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, não, não, não. Nós estamos fora da ponte desde 2009.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

Bom, no contrato da fase 1, PJ.015/2006, todas as peças dos viadutos foram substituídas? O senhor lembra disso? Pode nos dizer como é que ocorreu?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Deputado, veja bem o seguinte... é... eu gostaria de falar e... e, e, e, e, e, por favor, é... me entenda... do que que eu gostaria de falar, tá?

Nós tamo na ponte desde 92, tá? E nós fizemos, durante todo esse período, serviço de manutenção. Nesse contrato em particular, era um contrato já de restauração. Então foi um contrato muito grande, tá, um contrato de um volume razoável, onde nós fizemos a recuperação de... dos viadutos de acesso. Particularmente quantas vigas, quantas estruturas foram recuperadas, eu não tenho de cabeça, mas eu quero dizer ao senhor o seguinte: foram recuperadas muitas estruturas. Todas, todas as estruturas da ponte, desse segmento, foram recuperadas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Todas as peças do viaduto...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Com...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...foram substituídas?



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — ...com exceção... a única coisa que nós não mexemos foi no estrado, porque o estrado não fazia parte do escopo do contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor alega que todas as peças dos viadutos foram substituídas?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim, foram... não é que todas as peças foram substituídas, algumas foram substituídas, outras foram recuperadas... Tá entendendo? Então... substituída é quando se substitui totalmente a peça. Não, algumas foram restauradas, outras foram... é, é, é, é, é, substituídas, e assim nós restauramos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra se algum trabalho foi realizado no vão central da ponte?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, no vão central nós não, não, não... não trabalhamos no vão central.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não era... não fazia parte do escopo desse contrato, até porque a fase 1 já dizia: serviços nos viadutos de acesso.
[Transcrição: Rafael de Souza Milke]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E nas torres principais?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Nas torres principais a gente, nesse contrato eu acho que a gente mexeu em alguma bobagem, eu não me lembro. Tá entendendo? Eu não me lembro é... efetivamente o que foi feito nesse contrato na torre principal. Mas eu, eu acho que a gente mexeu muito mais nos viadutos, tá entendendo, recuperamos os viadutos e as torres principais já tinham sido recuperadas uma época... e eu não me lembro se a gente mexeu em alguma coisa nessa ponte. Talvez...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — (Ininteligível.)



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — ...só um segmento... só um pequeno segmento da torre, parece-me, da base até a altura da viga principal. Parece que foi isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi realizado então pela...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — É, eu acho que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...pela sua empresa?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Acho que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nesse contrato a mão de obra técnica, os engenheiros, era da TEC Engenharia ou da Roca também?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — O... Nós tínhamos um consórcio, um consórcio, na verdade, a reunião de esforços e de conhecimentos, né, tanto nós como a Roca estávamos na ponte... A Roca há muito mais tempo, a Roca tava desde 1980 e nós entramos em consórcio com a Roca depois de 92.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Tolstoi, a pergunta foi objetiva.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, mas eu quero esclarecer, Deputado, o senhor me desculpe, mas eu quero esclarecer para o senhor entender, certo?

Então, os engenheiros da... da... da... que tavam, faziam parte lá, fazia a... às vezes tava na folha da Roca, às vezes tava na folha da TEC. Então, era do consórcio em si. Então, nesse particular, nesse particular é... desse contrato em si, desse último contrato, os engenheiros eu acho que tavam em nome da TEC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então os engenheiros transitavam entre uma empresa e outra. Estavam ora na folha de uma e ora na folha de outra?



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Em alguns contratos, não assinam o mesmo contrato, um único contrato do começo ao fim era na mesma folha. Mas, evidentemente, eu não me lembro se nos contratos anteriores estava na outra folha, alguma coisa assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas era comum isso então?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não comum. Não era comum. Podia eventualmente acontecer. Eu só quero dizer que eu queria me lembrar qual era a folha que estavam os dois engenheiros desse último contrato. Eu acho que, sim, era da TEC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eram da TEC os engenheiros...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Da TEC, da TEC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que o senhor alega?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim, da TEC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor emitiu a ART no contrato da fase 1?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Olha, todos os contratos são obrigados a emitir ART, todos os contratos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor emitiu...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...alguma ART?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Claro, claro, nós temos ART em todas elas.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor emitiu ART? Então o senhor assinou?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu assinei, sim, eu assinei. Eu era o responsável técnico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para a fase 1, houve alguma divergência entre o previsto no projeto do DNIT e a execução?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Olha, na verdade a gente não seguiu nenhum projeto... Veja bem, não existia projeto, não exista projeto para os viadutos. O DNIT não fez um projeto, fez um projeto pro vão central. Quando se fala em projeto de restauração, nesta ponte basicamente era recuperar o sistema portante. Era fundamento do, do, do, do, do, do projeto era fazer exatamente a substituição do sistema portante.

Então, nunca, nunca na Ponte Hercílio Luz se apresentou um projeto de restauração, pelo menos na fase em que nós estávamos. Nós recuperamos... o que que é recuperar a fase 1? É fazer exatamente aquilo que a gente não fazia na manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que o senhor alega é que não havia, então, projeto do DNIT. Era isso?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, o projeto do DNIT... O DNIT, na época, fez uma...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — As suas respostas estão... Eu gostaria de entender: havia contrato do... havia um projeto do DNIT ou não?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Havia um projeto do DNIT, mas não entregue pra essa situação. Não foi dado o projeto pra gente seguir projeto nenhum. Eu sei que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então vocês não seguiam um projeto?



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, não, não tinha projeto, que a gente não seguia o projeto do DNIT. Não, de jeito nenhum. Aliás, eu nem conheço o projeto do DNIT. Eu sei que o DNIT fez um projeto, tá entendendo, eu acho que 97, alguma coisa assim, 99, 2000, alguma coisa assim, fez um projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor estava dentro de um projeto de restauração...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...mas não seguia projeto algum?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, eu estava dentro de um serviço de recuperação da ponte, do quais, dos quais a gente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do qual não havia projeto.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — ...não havia projeto. Não, não havia projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não sabiam o que fazer então?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — A gente sabia fazer, nós trabalhava na ponte há vinte anos, nós sabíamos recuperar a ponte. Então, recuperar a ponte é um serviço diferente de manutenção, tá? Então, no momento que a gente tinha uma verba pra fazer a recuperação, que era uma verba muito maior, então a gente realmente fez a recuperação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então como não havia... Como o senhor alega que não havia nenhum projeto, então também não havia, não pode alegar se houve alguma alteração no contrato.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O contrato previa a instalação de aparelhos de apoios nos vãos 12 e 14, anterior e posterior ao vão pênsl. Esses aparelhos foram instalados? *[Transcrição: Ana Clara Mota / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]*

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Foram instalados, sim. Foram substituídos os aparelhos de apoio, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foram substituídos?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Foram substituídos, sim. Claro!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Houve atraso nos pagamentos da fase 1?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Olha, sempre houve atraso de pagamento, sempre houve atraso de pagamento. Em qualquer obra do Estado sempre atrasa um pouco. Evidentemente que não houve um atraso como havia há vinte anos, mas houve atraso de pagamento normal... dois, três meses atrasavam, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 2009 transcorreram em média 58 dias entre o final da medição e o pagamento. Isso inviabilizava ou comprometia o cronograma de execução do contrato?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não inviabiliza. Não... Não inviabiliza, não, porque nós tínhamos suporte financeiro pra isso. Em momento nenhum a gente, a gente diminui o ritmo em função disso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então os atrasos... o senhor não...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, não. Em momento nenhum...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não diminuiu o ritmo, não...



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não. Até, até é interessante, como complemento de sua informação, teve um período na ponte aí, nesse contrato, que o Deinfra mandou paralisar as obras por falta de dinheiro e nós não paralisamos as obras. Nós continuamos trabalhando normalmente, quando reativaram a gente mediu aquilo que foi feito. A gente tinha suporte financeiro pra isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Houve alguma interferência na execução do contrato por causa das desapropriações?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não houve desapropriações, que eu saiba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algum serviço deixou de ser realizado?...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Deixou... alguns serviços deixaram de ser, de ser realizados, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E as desapropriações, elas atrasaram...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — É porque é o seguinte, às vezes a... as... as... as interferências na obra em função dos residentes eram realmente... é... preocupantes, tá? Então a gente tinha uma série de preocupações com a questão da segurança debaixo. E esse processo de desapropriação é um processo extremamente lento, iniciou-se, mas... é... não, não deram continuidade e isso interferiu. sim, evidentemente, no ritmo das obras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor comunicou esse... (*ininteligível*).

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Era conversado às vezes informalmente. Não... não oficialmente, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, oficialmente, ninguém...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, não...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então não há como alegar que...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Porque isso não era, não era uma preocupação nossa, Deputado. Era preocupação do administrador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Entendeu?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas estava atrasando a execução do contrato...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim, tava exe...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...do qual o senhor era o executor.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tava atrasando e... e... mais não é por conta disso que nós vamo brigar com, com o Estado por... e nem com o órgão por conta desse problema. Nós continuávamos trabalhando normalmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual era a situação das rótulas existentes na base das duas torres principais, T7 e T8, durante a execução da fase 1?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — As rótulas... é... das torres principais?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, existentes nas bases das duas torres principais.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, essas... é, é, é... esse apoio da, da, das torres, dos pilones nas bases de concreto, elas não foram mexidas, porque elas estavam numa situação é... congeladas e isso era fruto do projeto de recuperação do vão central.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual projeto de recuperação?



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — O projeto de recuperação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do DNIT?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — ...da fase 2, não do DNIT. Quer dizer, se era do DNIT eu não sei, mas eu... era fruto para o projeto que seria é... que seria exe... que seria ser usado na execução do... do, do, do, do... da fase 2.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor lembra da condição dessas torres?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Das torres ou do...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Das rótulas, perdão. O senhor lembra?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim, eu me lembro, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E qual era a condição delas?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Olha, elas estavam congeladas lá, quando a gente fala congelada, quer dizer, é o tempo... o tempo fez com que elas não tivessem mais rotação, então precisava fazer um trabalho de... retirar é... e, e lubrificar aquele negócio todo, mas não era do nosso escopo, não era do nosso escopo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Existiam fissuras aparentes ou indícios de que as rótulas não suportavam sobrecarga de material?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu não, em nenhum momento eu me lembro que a gente discutiu esse assunto que as rótulas não suportavam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não houve esse debate?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não houve esse debate.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor lembra se existiam ou não fissuras?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não me lembro, não. Não me lembro disso, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Segundo a relação de trabalhadores constante no arquivo da SEFIP/GFIP, encaminhados ao INSS no período de fevereiro de 2006 a julho de 2009, o senhor informou que havia em média 46 funcionários trabalhando na obra de restauração da Ponte Hercílio Luz.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia informar qual tipo de serviço era realizado por terceiros, bem com uma quantidade estimada de terceiros que trabalhavam na Ponte Hercílio Luz em média, por mês? *[Transcrição: Bruna Maria Scalco]*

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Terceiros?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, além dos 46.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Nós não tínhamos terceiros lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não tinham terceiros?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não tínhamos, a, a, a folha de pagamento... Até porque não tinha terceiros, porque a, a remuneração também dos trabalhos era em função, em função da folha de pagamento. Então a gente não podia apresentar folha de terceiro, era... tinha que ser empregado próprio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual a estimativa de trabalhadores para a etapa 2?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Etapa 2?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É.



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — A estimativa? Olha, Deputado, eu não participei da... efetivamente da fase 2, eu apenas participei da licitação... da fase 2. Nós estamos falando da fase 1.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, a fase 2 o senhor...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — A fase 2 eu entrei na licitação, mas infelizmente a gente não... foi até o fim da licitação, nós tivemos que sair do processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas no seu orçamento, qual era a estimativa?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu não me lembro, Deputado, eu não me lembro. Nós trabalhamos muito nesse orçamento, fizemos o projeto, um projeto de recuperação próprio, porque nós tínhamos um consócio muito bem formatado, era nós, a construtora Roca, a Odebrecht e mais é... a American Bridge. Então, cada um tinha a sua função nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor, no seu projeto para a etapa 2, não lembra qual era a estimativa de trabalhadores?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, mas era bastante gente, né, porque era um serviço grande, né? Talvez, talvez... eu estimo, assim, pelo menos umas cem pessoas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Mas nós, não, não... Eu não me lembro desses detalhes, de quantas pessoas têm, até porque isso era... foi fruto na época de um estudo e eu não me preocupei mais em... A partir do momento que a gente não, não, não participou mais da licitação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para a fase 2, recuperação do vão central.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tá.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A solução técnica proposta no projeto do DNIT para a recuperação do vão pênsil, o senhor lembra se era exequível?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu, eu, eu não cheguei, em momento nenhum, a conhecer o projeto do DNIT.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor fez um orçamento.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, veja, eu fiz um orçamento em cima de um projeto nosso, porque o, o, o edital previa um projeto alternativo. Então nós estudamos um projeto próprio. Nós estávamos junto com a American Bridge e eles tavam... aliás, eles gastaram muito dinheiro nesse projeto, porque ficaram quase seis meses trabalhando nesse projeto antes da licitação e era o projeto, exatamente, pra o consórcio nosso, tá? E a solução inclusive nem era essa que tão adotando, era uma outra solução, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor teria essa solução ainda?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Essa solução... Hm... É... até eu tenho conhecimento dela, mas eu, eu não, por, por questões de contrato com a American Bridge a gente não pode dizer qual era a solução.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A sua empresa, em consórcio com a Roca e a Odebrecht, apresentou proposta durante a licitação para a fase 2.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por que se retiraram da concorrência antes do final do processo licitatório?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Porque, veja bem, Deputado, nós estávamos na ponte desde 92, como falei, a gente conhecia perfeitamente a ponte. Nós tínhamos os melhores técnicos, a melhor equipe, tá? É... Nós tínhamos condições técnicas, veja bem, só pra vocês entenderem aqui, isso é



muito importante que saibam, nós tínhamos condições técnicas de fazer as obras, nós e a Roca e a American Bridge, nós tínhamos essa condição, por quê? Qual era a participação de cada uma? A nossa era questão de execução, que nós estamos acostumados a trabalhar com a ponte, nós tínhamos os melhores técnicos, as melhores equipes, e a American Bridge ia fazer o papel primordial, que é um papel que nós não sabíamos fazer, que era transferência de carga, que só são... É um processo que, hoje, talvez uma meia dúzia de empresa no mundo detém essa tecnologia de transferência de carga.

Então a American Bridge acompanhava o nosso serviço durante todo o serviço de manutenção, através do pessoal da American Bridge com o conhecimento com o pessoal da Roca, o doutor Raul, que era muito amigo do pessoal da American Bridge, e através da Steinman, que também participava aqui em alguns processos aqui é... de análise aqui da ponte, tá, e a gente tinha contato direto com o pessoal da Steinman, até uma certa parte, um certo contrato a Steinman trabalhou com a gente ali, tá?

Então, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque o senhor se retirou da concorrência antes do final do processo licitatório?
[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu vou lhe explicar, tá? É... a gente tinha uma proposta muito bem executada, muito bem executada, a proposta nossa pronta pra exatamente executar essa obra, e vou dizer com toda a falsa de modéstia, se nós tivéssemos ganhado a licitação, essa ponte tava pronta em 2013, porque a nossa solução era exequível, era eficiente, porque tinha os melhores técnicos, as melhores empresas do mundo trabalhando, aquele negócio todo.

Então, nós entramos na licitação com esse consórcio e, daí... hm... um mês antes da licitação... É uma história que eu vou contar aqui, porque pouca gente sabe, um mês antes da licitação nós descobrimos concorrência internacional de altas exigências, né, técnicas, nós descobrimos que a Espaço



Aberto - uma empresa aqui de Santa Catarina, que não tinha conhecimento nenhum de estrutura de obra de arte especial - tava participando do contrato.

E eu sabia da história da Espaço Aberto, aí, diversas obras da Espaço Aberto, e a gente se reunia muito, eu me lembro muito em São Paulo, que a gente se reunia em São Paulo na sede da Odebrecht, lá, todo mês a gente ia estudar o processo, estudar as soluções a ser adotada e eu disse bem claro... me vieram falar assim: escuta, a Espaço Aberto pegou o edital? Aí eu disse: olha, a Espaço Aberto é uma empresa de Santa Catarina, que eu conheço, que não tem tradição, nem conhecimento para trabalhar na Ponte Hercílio Luz, então eles vão ser desqualificados. E, daí, disseram: não, mas ela tá associada a uma empresa americana. E daí nós consultamos a American Bridge e a American Bridge disse assim: olha, a empresa americana, ela é uma empresa que não é... não é tradicionalmente executante de obra, ela é uma empresa projetista. Certo? Então provavelmente ela não tem tradição técnica exigida, tá entendendo, pra executar, pra participar da licitação. Aí, eu disse assim: olha, eu vou dizer a você - eu disse assim pro pessoal -, eles vão participar da licitação e eles vão ganhar essa licitação, por conta que a Espaço Aberto é uma empresa que tá acostumada a entrar em licitação e tumultuar processo lá com advogado, com isso, com aquilo, aquele negócio todo, e vão ser qualificado. E isso aconteceu.

Nós entramos na licitação junto, só que os americanos... A gente tinha um... a gente tinha um acordo com os americanos que se a gente perdesse a licitação, por algum motivo, eles investiram muito dinheiro, a gente tinha que pagar oito milhões de dólares pra eles pelo projeto. E eu disse assim pro Raul, eu disse: Raul, eu... nós vamos perder essa licitação. Certo? Nós vamos perder essa licitação, porque eles vão, vão aprovar as três fases da licitação, sem dúvida, tá entendendo, e eles vão ganhar no preço, porque eles sabem mais ou menos o preço que a gente vai entrar, eles vão entrar mais baixo e eles... Depois eles estão acostumados a trabalhar com órgão público e a gente vai perder. Então a gente vai tá arriscando. Eu não tenho condições financeiras - a conversa foi essa, bem clara -, eu não tenho condições financeiras de



pagar um milhão e seiscentos mil dólares pros americanos, pela parte minha do contrato, que era 20%. O Raul disse: eu também não tenho.

A American Bridge ia cobrar isso daí se a gente perdesse, era um compromisso que eles iam investir no projeto em função exatamente de que existia uma expectativa de sucesso. Tá entendendo? E, daí, nós, na primeira fase nós entramos e, evidentemente, se vocês analisarem a ata dessa primeira fase, vocês vão ver que é uma ata que eu reputo como imoral, imoral, porque a gente fez doze ou quatorze impugnações na ata e não foi atendido.

Então isso foi uma demonstração extremamente palatável de que... de que o processo ia ser assim nas outras fases, né? Como é que uma empresa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ia ser o quê?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Como?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pode repetir, por favor, o processo ia ser o quê? [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — O processo é... Que ia ser um processo lá na segunda e terceira fase da licitação que eles não iriam ser desqualificados. Porque, você veja o seguinte, como é que uma empresa que nunca fez uma obra de arte na vida entra numa licitação com 85% de participação no consórcio. Os americanos que faziam parte do consórcio deles era uma empresa que não era executante e... e... e... e... tava só com 15%. Como é que o Estado, o DER, olha esse negócio e aprova? Eu acho que foi uma irresponsabilidade na época. Então, em função do nosso risco, eu disse na reunião lá na, na... quando já ia abrir a segunda fase, eu disse: olha, nós vamos perder. Então, eu não...

Como a tradição era minha e do Raul, porque a American Bri... a Odebrecht não tinha tradição, a Odebrecht entrou no consórcio por força econômica, porque ela garantiu pra gente que não ia faltar dinheiro, foi a única coisa, porque nós não queríamos a Odebrecht no nosso contrato. A execução da obra a gente sabia fazer, a transferência de carga a American Bridge fazia



pra gente, e a Odebrecht chegou e disse: não, ou a gente, ou a gente entra no consórcio com vocês ou, então, nós vamos tumultuar o processo.

Foi a conversa da época. Certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor entrou num processo licitatório, pelo que eu entendi...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Que havia uma cláusula em que, se perdesse, o senhor ia ter um grande prejuízo financeiro.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então, quem faz uma aposta dessa, faz uma aposta com grande expectativa de sucesso.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Sim, porque veja o seguinte...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não lhe parece uma aposta arriscada?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Não, porque a gente... Veja bem, a gente, a gente tava, a gente tinha uma expectativa de que o consórcio, o consórcio do qual eu fazia parte, está entendendo, ela seria o ganhador da licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pois então, justamente. E por que tanta certeza?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE - Porque nós sempre trabalhamos com a ponte, as exigências da ponte eram extremamente, vamos dizer assim, profundas, e esse exigência técnica nenhuma empresa no Brasil tinha, nem a Odebrecht tinha, só se fosse um grupo internacional, e nenhum grupo internacional vem aqui fazer uma obrinha de 50, 100, 200 milhões. Dificilmente, dificilmente. Os portugueses estão aqui porque já tinham obra aqui no Brasil, senão eles não viriam.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E uma outra curiosidade minha: o senhor tinha um contrato que, se perdesse, teria que ressarcir o projeto para...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas, e se desistisse, não tinha? Só ressarcia se perdesse?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Sim, claro, porque, veja bem, claro, porque uma coisa é o, é o, é o projeto conceitual, certo, projeto conceitual. Outra coisa é o projeto executivo. Então, no momento que a gente ganhasse a licitação, a American Bridge iria executar o projeto executivo, que é muito mais complexo, muito mais caro, aquele negócio todo. Correto?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas isso não responde a minha pergunta.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Hum,hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor estava em um... o senhor alega que desistiu da licitação porque começou a entender que iria perder.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E, se perdesse, teria um prejuízo financeiro...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Claro, certo. .

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...um ressarcimento que teria que fazer para a empresa projetista.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Claro, eu falei isso, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas, se o senhor desistir do contrato, não tinha essa cláusula?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Não, não tinha, não tinha, não...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É que não faz nenhum sentido.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – É que não foi aberto, não foi dado conhecimento, não foi dado conhecimento do projeto deles. A cláusula era se houvesse conhecimento público do, do, do, da solução que eles estudaram e a gente perdesse a licitação, essa era a cláusula.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas conhecimento público não daria só caso fosse escolhido, o senhor se sagrasse vencedor da licitação?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Não, porque a expectativa nossa era que houvesse só a participação de um único consórcio, não a empresa com outro consórcio sem qualificação. Nós tínhamos a expectativa que ninguém ia entrar na licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Me desculpa, o senhor não respondeu a minha pergunta ainda. O senhor estava em um contrato onde o senhor deveria ressarcir a empresa caso perdesse.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Entretanto, o senhor desistiu um mês antes...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E aí não teve que ressarcir a empresa?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Ressarcir a American Bridge?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor alega que desistiu do contrato, porque se perdesse...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Não, o senhor não entendeu a proposição, o senhor não entendeu a proposição.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então me explique, por favor.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Nós tínhamos um consórcio e existia assim uma cláusula que dizia assim: se nós perdermos a licitação, porque, pelo motivo de alguém entrar mais e ganhar essa licitação, aí, sim, nós faríamos o ressarcimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E se desistisse, não teria problema?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Se desistisse, não teria problema. Claro, porque não precisava executar, fazer o processo executivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, mas o processo executivo só faz se vencer.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Claro, exatamente, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Uma vez, então... Por isso que eu digo que a sua lógica...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – É por isso que... Claro, é por isso que eu podia, eu podia, nós podíamos recuar antes...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nós não estamos compreendendo essa lógica.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Nós podíamos recuar antes, porque o processo executivo, o projeto executivo é um projeto muito mais demorado, muito mais caro e que demanda muito mais custos.

Não sei se eu me fiz entender pro senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Bom, o senhor então alega que...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Eu posso esclarecer mais, doutor, não tem problema.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor alega então que nenhuma das empresas possuía capacidade técnica para a execução da obra, correto? A Espaço Aberto, por exemplo.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Não, com certeza absoluta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE - Na minha ótica, na minha ótica. Veja bem, na minha ótica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Como o senhor fez o orçamento do...como o senhor fez o orçamento sem ver o projeto? O senhor alega que não viu, que o projeto não...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...não foi aberto, não é?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como o senhor fez o orçamento, então?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Não, não foi aberto ao público.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor fez e fez o orçamento sobre...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Sim, sim, claro, claro. Não foi aberto ao público, nem ao Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor poderia explicar um pouco mais por que o senhor tinha tanta certeza de perder essa licitação? Eu gostaria de entender isso.

Esteja claro que nós queremos esclarecer só os fatos, né? [Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Veja bem. No momento que você pega a primeira fase da licitação, certo, em que existe uma série de, de, de, de objeções, qualificação jurídica dessa empresa, aquele negócio todo, e a gente vê que isso não foi relevante pra comissão, então, pra gente... eles iam apresentar uma cópia dum projeto lá dos franceses ou do DNIT, que era a segunda exigência, tá entendendo, ia ser aprovado e eles iam ganhar no preço. Essa foi a certeza nossa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor diria que houve interferência nesse processo licitatório de algum agente público ou político?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, eu não tô falando isso. Eu não tô falando isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acredita que...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu tô, eu tô apenas falando, eu tô apenas falando que houve exatamente uma participação da empresa desqualificada e concederam a empresa alguma qualificação que, na minha opinião, não é justa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor diria que houve interferência nesse processo licitatório?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Ó, Deputado, basta ver o resultado da licitação. É... é... o que eu tô falando mostrou aqui na realidade. O que que, o que que fizeram na, na, na, na obra depois? O que que fizeram na obra depois? A empresa teve que sair depois, não foi isso? Esse é o resultado que eu tava pensando, não tinha qualificação pra fazer o serviço, é tanto que saiu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu não tô acusando ninguém, tá, Deputado?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu sei que não. Eu gostaria de ouvir a sua opinião...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, a minha opinião é a seguinte...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acredita que houve interferência...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Na minha opinião a empresa que tinha qualificação era o consórcio chamado... Eu não me lembro o nome que nós demos lá pro consórcio nosso, eu não me lembro mais, mas era o nosso, o nosso consórcio que tinha qualificação. Nós estávamos trabalhando na ponte há quarenta anos, através de nós e a Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Consórcio (*ininteligível*) Hercílio Luz.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — A Roca desde 1980 e nós desde 1992/1993.

Então nós tínhamos conhecimento de todo o serviço da ponte, então nós tínhamos classificação pra isso. Eu, eu não, não, não, não, não, não acho, não acho justo, tá entendendo, qualificar uma empresa que não conhece obra de arte especial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, então, diria que o processo licitatório não foi conduzido de forma imparcial?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Olha, quem diz, quem possa dizer isso é os senhores que analisando, analisando o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor participou, é por isso...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu participei e resolvi sair. Quando eu vi que, exatamente, a gente ia perder, eu saí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor considera que não foi imparcial o processo licitatório?



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Olha, se fosse um processo justo, justo, vamos dizer assim, eles teriam sido desqualificados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

Agora essa fase 2, o consórcio que ganhou o contrato procurou a sua empresa para subcontratar a obra?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim. Não a minha empresa, diretamente, procurou a Roca, pra Roca trabalhar junto e a Roca normalmente não trabalhava ali, a gente trabalhava junto com a Roca. Chamou o Raul, tá entendendo, e... informalmente, e pediu uma proposta, tá, uma proposta.... O Raul veio conversar comigo, pedir opinião e eu disse: não, Raul, não vamos fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A TEC ou a Roca, ele então participou como subcontratado ou não?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, nenhuma das duas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nenhuma das duas?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, não quisemos participar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algum agente público ou político procurou o consórcio que o senhor participou solicitando algum tipo de vantagem ou remuneração?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, em hipótese nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Apresentou algum atalho?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, em hipótese nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nunca lhe foi apresentado nada?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, de jeito nenhum.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor assinou o Contrato PJ 123/2002, firmado com o DER e o Consórcio Roca-TEC em 12/07/2002, para a execução de serviços de conservação e manutenção da Ponte Hercílio Luz em um prazo de dezessete meses, porém foi executado em um total de vinte meses, com o valor de R\$ 2,9 milhões originais, que ao final totalizou R\$ 3,589 milhões pagos. Apesar de o contrato ter sido assinado em 2002, o Consórcio Roca-TEC foi formalizado apenas no ano de 2006.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não... O contrato... Não, alguma coisa tá errada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou repetir para o senhor. O senhor assinou o Contrato 123, de 2002...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que é firmado entre o DER e o Consórcio Roca-TEC.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...em 12/7/2002 para a execução de serviços de conservação e manutenção da Ponte Hercílio Luz.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...no prazo de dezessete meses. Porém foi executado no total de vinte meses com valor de R\$ 2,9 milhões originais...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que ao final totalizou R\$ 3,589 milhões pagos. Apesar de o contrato ter sido assinado em 2002, o Consórcio Roca-TEC foi formalizado apenas no ano de 2006.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, senhor. O senhor me desculpe.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — São os documentos.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não. Discordo totalmente.

Toda vez que nós ganhávamos uma licitação... veja bem, toda vez que você participava de uma licitação em consórcio, a formalização do consórcio era feita no ato da licitação. Era um documento obrigatório. Alguma coisa não tá fechando, Deputado, dessa informação. Era um documento importantíssimo. *[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor, por gentileza, fale próximo ao microfone, senão o sistema de som não capta a sua voz.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Era, era, era um documento que fazia parte da lici... de qualquer processo de licitação, a formalização do... é... do, do consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pois então, o senhor alega isso, entretanto as notas eram emitidas em nome de uma das empresas, não do consórcio.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Ó, aí, aí é outro departamento, certo? Aí é outro departamento.

Existia certos momentos que você faturava só por uma empresa, certo, só por uma empresa. E daí a gente pleiteou junto ao órgão público, tá entendendo, em determinado momento - eu não sei quando é que foi -, que a gente pudesse fazer o faturamento 50%, 50%, que era exatamente evitando a chamada bitributação. Porque eu, eu ou a Roca, uma das duas empresas emitia a nota fiscal de fatura contra o órgão público e, quando era uma única empresa, você recebia aquele dinheiro, e a outra empresa teria que efetuar uma outra nota fiscal contra você. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E notas fiscais para o consórcio somente após 2006.



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Em 2006 já era 50% para cada empresa. Duas notas fiscais era... era apresentadas para o órgão público. Inclusive eu entreguei esse documento pra vocês.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nos anos de 2002 e 2006 o Consórcio Roca-TEC firmou contratos com o Deinfra relativos à Ponte Hercílio Luz, respectivamente os Contratos 123/2002 e 015/2006, sendo que no ano de 2005 a sua empresa, a TEC, firmou o Contrato 239/2005 para a realização de serviços na ponte. Ocorre que na licitação de 2005, que resultou no Contrato 239/2005, a empresa TEC concorreu no certame contra a Construtora Roca, com quem manteve consórcio antes e depois do referido contrato do ano 2005.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, Deputado, eu explico isso daí, certo?

Na verdade é o seguinte: entre o contrato de 2002, que terminou, e o contrato de 2005, ficou um período, um período sem manutenção. E daí precisava fazer alguma coisa lá de urgência, alguma coisa assim, o DER fez uma carta-convite. Ou concorria nós ou concorria a Roca, e como nós trabalhávamos juntos, até esse contrato aí nós fizemos junto, informalmente, fizemos junto, tá? Acontece o seguinte, que... a carta-convite não poderia ser só um pretendente, então nós entramos com a Roca e entramos com a TEC, mas entramos em nome da TEC, um contrato de três meses de cento e poucos mil reais, se não me engano, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não vê problema nenhum, ético e moral, em fazer... (*Ininteligível.*)

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, de jeito nenhum. Não, de jeito nenhum, porque nós fomos atender uma urgência...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para fazerem o mesmo contrato, não?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, não, o senhor me desculpe, não. Imoral é outras coisas. No momento em que a gente trabalha na



ponte há vinte anos e, eventualmente, tem um problema na ponte que a gente vai socorrer a obra, e é um contrato em quem vai participar são empresas que sabem fazer o serviço e são as únicas que sabem, qual a imoralidade nisso, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom, o senhor tinha um consórcio com a... O senhor... *(Ininteligível.)*

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, eu tenho um consórcio... Eu não briguei com a Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pelas palavras que o senhor...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, eu não briguei com a Roca. Nós concordamos que entraríamos as duas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pelas palavras do senhor...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pelas palavras do senhor...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os senhores então concordaram e combinaram as cartas-convites e os preços que iriam mandar.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não é que concordamos. Nós...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor alegou isso aqui.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não é que... Veja, não é que nós concordamos com a *(ininteligível)*.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Vocês fizeram juntos, como o senhor falou.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Nós fizemos juntos, sim, claro, claro. Porque é o seguinte: não tinha pretendente, não existia pretendente. Não se podia chamar qualquer empresa pra participar, não se podia. O DER, o DER não tinha pra quem mandar essas cartas. Para quem?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ao mesmo tempo que o senhor fala isso, o senhor também fala que saiu de uma licitação porque iria perder a licitação.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, isso é outra conversa, aí é outro departamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acredita que... Quer dizer, o senhor já alegou aqui que não houve competitividade nessa licitação ou os preços que a TEC e a Roca apresentaram... esses preços eles foram... então o senhor, o senhor, os senhores combinaram os preços que iriam enviar, segundo a alegação do senhor, já que fizeram juntos.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Deputado, veja, nós entramos juntos, nós entramos junto nessa licitação, certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então combinaram os preços?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim, combinamos os preços, sim, porque era... nós é quem fazíamos o serviço na ponte. Na verdade nós não tínhamos interesse em... em... em... em combinar preço, fazer conluio, não.
[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E como é que decidiram quem iria vencer a licitação? A TEC ou a Roca?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Isso, isso, isso, isso não tem, isso não tem importância nesse processo.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, mas para nós tem. Como que os senhores decidiram?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu não sei se na época quem foi é que vai ganhar a licitação, mas porque era uma cartinha-convite, uma bobagem ali. Se fosse uma obra de dez, vinte milhões e a gente tivesse concorrendo, aí é diferente. Mas uma obra... foi simplesmente pra atender um problema que tinha na ponte lá, de urgência, é... entre um processo e outro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os senhores Sidney Lourenço Dal Sasso e Hubert Beck Junior, os dois engenheiros, eles eram funcionário da TEC ou da Roca Engenharia?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eles tavam... o, o Sidney é da TEC Engenharia, certo, da TEC Engenharia, e o Hubert também da folha da TEC Engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os dois estavam na TEC então?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim, sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem representou a empresa TEC no certame de 2005 foi o senhor Sidney Dal Sasso, que era sócio da empresa, e quem representou a construtora Roca foi o senhor Humbert de Souza (*sic*). O senhor Humbert (*sic*), como o senhor acabou de alegar, não era funcionário da TEC? Ele representou a empresa Roca, mas era funcionário da empresa TEC.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Quando isso? Quando isso? Em quando isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 2005.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Em 2005, em qual contrato?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No certame que o senhor... que nós falamos agora, o certame 123, de 2005.



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Aquele processo da carta-convite?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Ué, os dois eram funcionários da empresa. Qual é o problema?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não. É que um era funcionário...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Era... não... Eles eram...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou repetir a pergunta para o senhor. O senhor Sidney Dal Sasso, que era sócio da empresa, representou a construtora, e quem representou a empresa Roca foi o senhor Humbert (*sic*)...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Hubert, Hubert...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Que representou a empresa Roca foi o senhor Humbert (*sic*), que era funcionário da TEC.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim, da TEC. Qual o problema?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Tolstoi, o senhor...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Os dois... O Hubert, o Hubert sempre foi funcionário do consórcio, certo? O consórcio. O Hubert era funcionário do seu consórcio, que estava na folha da TEC Engenharia. Então quando se fala em consórcio, na verdade ele é funcionário das duas empresas, porque os objetivos são os mesmos, o dinheiro é o mesmo, tá entendendo, e a atuação é a mesma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então não houve duas empresas participando do certame de 2005, houve um consórcio participando?



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Houve um consórcio participando, sim, senhor, consórcio participando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Tolstoi, o senhor usou mão de obra, materiais, serviços, insumos, componentes ou subcontratou alguma parte do contrato do ano de 2005 para a empresa Roca?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não. Como é que eu vou subcontratar?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Tolstoi, o senhor tem algo mais para esclarecer ou gostaria de compartilhar mais alguma informação com esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Quero, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Diga.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu... eu... o senhor me permite...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Claro

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — ...falar cinco ou dez minutos? Então eu vou falar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu peço que seja breve, mas fale.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, eu... Infelizmente eu gostaria de, de participar, tá entendendo? Eu tenho até um ofício para entregar pra vocês. Quando é que eu poderia entregar?

Isso aqui é a resposta é... da segunda... do segundo ofício que o senhor nos mandou, Presidente. Tá aí e... eu... particularmente eu tive na semana passada falando com alguns membros da Comissão, porque nós achamos que foi redundante o ofício, tá? Mas aí eu vim aqui pedir a interpretação deles e eles concordaram comigo em algumas coisas, tá entendendo? E nós temos a



resposta, porque nós já havíamos entregue essa documentação. Eu só quero que protocolem, por gentileza, tá?

(O senhor Presidente Marcos Vieira recebe o documento entregue pelo depoente, o senhor Tolstoi Maria Duarte.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Antes de o senhor iniciar, vou fazer a correção do meu nome, que é Marcos, se me permite.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Ah, pois não. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Sinto-me na obrigação de ler o ofício, até para poder ficar gravado.

Está num papel timbrado da TEC Engenharia. São José, 10 de Junho de 2019, dirigido a esta Comissão. Começa o ofício. *[Transcrição: Rafael de Souza Milke]*

(Passa a ler.)

"Na qualidade de (...) Sócio e Engenheiro Responsável Técnico da empresa TEC-TÉCNICA DE ENGENHARIA CATARINENSE LTDA. – CNPJ 78.888.377/0001-16, com sede à Rua Governador Aderbal Ramos da Silva – nº 313 - Área Industrial - São José/SC, em atenção especial aos termos do Ofício nº 076/2019/CPI, é importante fazer considerações sobre o teor do mesmo, no que tange a entrega desta documentação listada, em virtude de:

OBJETO:

OBRA – Restauração, Reabilitação e Manutenção da Ponte Hercílio Luz.

CONTRATO – PJ 015/2006- (ETAPA I)

CONTRATADA: CONSÓRCIO ROCA-TEC – Constituído das empresas (Construtora Roca Ltda. e TEC-Técnica de Engenharia Catarinense Ltda.)

No nosso entendimento, os termos desse Ofício 076/2019", que foi um ofício expedido por esta Comissão ao senhor Karlo Gabriel Lemos, diretor da



Técnica de Engenharia Catarinense Ltda. (Consórcio TEC), então faz referência ao "Ofício 076/2019, apesar de aparentemente objetar outra documentação, trata-se, no entanto, de pedido para apresentar os mesmos documentos contábeis, já demandados através do Ofício 009/2019/CPI". O Ofício 009 também põe em anexo e também na mesma época foi endereçado ao senhor Karlo Gabriel Lemos, "datado de 13/09/2019, os quais já foram entregues...". O senhor desculpa, o senhor errou na sua resposta, não é 13 de setembro, é 13 de março, aqui no ofício faz menção à data de 13/09 e eu vou corrigir para 13 de março, até porque não chegamos ainda no mês de setembro.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — (Ri.) Desculpe, tá? É que a gente fez isso nas pressas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — (Continua lendo.)

"...os quais já foram entregues pela empresa TEC-TÉCNICA DE ENGENHARIA CATARINENSE LTDA. a esta Digníssima Comissão, conforme cópia de ofício anexo.

No entanto, fazendo uma leitura mais acurada, entendemos que poderia se tratar de pedido de complementação da documentação do Contrato PJ 015/2006, executados nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009, neste caso, de posse contábil da nossa parceira no Consórcio ROCA-TEC, a empresa CONSTRUTORA ROCA LTDA.

Desta forma, demos pleno comunicado a parceira ROCA, sobre o teor do Ofício 076/2019/CPI, que até então não havia sido demandada por esta CPI, e de pronto, entendendo esta da mesma forma, enviou prontamente a documentação complementar referente à sua participação no referido Consórcio ROCA-TEC, para as obras objeto do Contrato PJ 015/2006. (Ofício em anexo.)



É importante anotar, que, no intuito de um melhor esclarecimento sobre o teor deste Ofício, estive pessoalmente em contato com membros da Digníssima Comissão Parlamentar, os quais reiteram este entendimento.

DESTA FORMA:

Entendendo que atendemos plenamente aos termos dos Ofícios 009/2019 e 076/2019 subscrevo e me ponho à disposição para qualquer esclarecimento.”

(a) Tolstoi Maia Duarte.” (*Cópia fiel.*) Ele é sócio e engenheiro responsável técnico da empresa.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Só esclarecendo, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Dou por lido o requerimento, bem como também faço o recebimento. Vossa senhoria com a palavra.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Só para esclarecer a respeito desse ofício que nós recebemos: o primeiro ofício dirigido à TEC Engenharia solicitando uma documentação referente ao Contrato 015, tá? E esse contrato é exatamente o contrato de 2006 a 2009, e nós fizemos a entrega da documentação da TEC, porque o pedido foi feito da documentação da TEC. E daí nós fomos surpreendidos com esse segundo ofício pedindo exatamente a mesma documentação é... referente ao ano de 2006, 2007, 2008, 2009, que refere-se ao Contrato 015. [*Transcrição: Ana Clara Mota / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Então eu achei exatamente que era a mesma documentação. Daí eu vim conversar com o pessoal aqui da Comissão, até procurei o Deputado, o Deputado não tava, e fui conversar com alguns membros da Comissão, me encontrei com o pessoal que eu acredito que é o do Tribunal de Contas e do Ministério Público, expliquei, eu disse: ó, me explica esse ofício aí, porque eu acho que tá havendo uma redundância aí, tão pedindo a mesma coisa. E daí a gente entendeu, assim, que talvez tivessem pedindo a mim os documentos da Roca, que a Roca não tinha mandado, e a Roca faz parte do, do, do contrato.



E daí eu, eu, eu relatei isso pro Raul, o engenheiro Raul da Roca, disse: Raul, tão pedindo pra TEC, mas eu acho que é o... os teus documentos. E ele entendeu também, tanto que no mesmo dia mandou. Aí eu anexe... o ofício dele.

Então, só pra dizer que nós atendemos ambos os ofícios. Certo? Esse é o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Feito o esclarecimento, solicito à assessoria que faça a devida anexação ao presente processo, rubricando e numerando as folhas.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tá.

Em segundo lugar, é o seguinte... é... nós tamos aqui pra colaborar com vocês, esclarecer a participação de vocês... é... sem modéstia nenhuma nós fizemos os nossos serviço e, e acho que foi um serviço muito bem feito, tá? Quero enaltecer, inclusive, o serviço do... da Roca no processo, né, o Raul, pra mim, é o maior entendedor dessa obra no Brasil, não tem ninguém que conhece igual a ele... fazia parte do escopo do, do, do, do coisa.

E nós, no intuito de ajudar vocês, tá, eu conversando com o pessoal ali, eles perguntaram pra mim: ô, Tolstoi, vocês não têm alguma foto, alguma coisa assim, aquele negócio todo... E a gente começou a procurar nos arquivos e nós achamos uma série de fotos que vai ilustrar e dar pra vocês uma visão melhor do nosso trabalho, durante esse período. Eu trouxe a caixa. Por favor, pega a caixa aí (*dirige-se a seus acompanhantes*). São mil e poucas fotos, isso vai dar pra vocês uma ideia muito boa.

(O depoente passa às mãos do Deputado Marcos Vieira uma caixa contendo fotografias relativas ao trabalho desenvolvido na Ponte Hercílio Luz.)

E, ao mesmo tempo, eu sugiro a esta Comissão, tá entendendo, que nos convoque numa reunião à parte, informal, junto com os técnicos do Tribunal de Contas e do Ministério Público e de vocês pra a gente, um dia aí, o dia todo, vamos ilustrar com fotografias e fazer uma palestra pra vocês do que foi realmente o serviço executado. Porque muitas vezes se conversando aqui



não, não se conhece o processo. Então nós estamos aqui dispostos a voltar aqui, eu, o Raul, tá entendendo? O Raul é um... um, vamos dizer assim, um mestre nessa obra, e eu, eu sou um engenheiro... modéstia à parte, eu me considero um engenheiro muito bom, mas o Raul é dez vezes melhor do que eu, certo? Dez vezes melhor do que eu. E o Raul conhece a história dessa ponte que... a mãe carochinha não conhece.

Então, seria muito interessante pra Comissão convocar, a gente está à disposição, vem aqui, conversa pra vocês, faz uma palestra, mostra detalhes técnicos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá difícil tirar ali (ri).

(O Deputado Marcos Vieira encontra dificuldade para tirar a caixa contendo as fotos da sacola.)

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Então eu tô emprestando essas fotos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas eu agradeço e será cuidado e restituído ao final da Comissão.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — É um arquivo nosso... eu tinha mil... eu tinha duas mil fotografias, só que eu vendi uma parte da empresa pros árabes... vendi a capacidade técnica pra empresa há uns quatro anos atrás e eles tumultuaram todos os meus arquivos. Quando eu tomei a empresa de volta, eu encontrei tudo tumultuado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Tolstoi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Só deixa eu fazer referência. Quero que as câmeras... ele anexa, ele...

(O Deputado Estadual Marcos Vieira mostra a caixa contendo as fotografias.)



O arquivo diz respeito à Ponte Hercílio Luz. Arquivo fotográfico PHL, Consórcio Roca-TEC... TEC, Técnica Engenharia Catarinense Ltda., Construtora Roca, documentação. Diz a caixa aqui que constam 1.272 fotos.

Vou passar à assessoria para que faça o devido registro e já está consignado de que o senhor Tolstoi...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — E aí tá o ofício, por gentileza, tá?

Eu espero que essas fotografia ilustre o trabalho de vocês, é um tra... é um, é um arquivo magnífico pra entendimento dos trabalhos de recuperação da ponte, tá? E...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Peço que sejam digitalizadas as fotos e imediatamente devolvidas por ofício ao senhor Tolstoi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tá.

Uma segunda... uma terceira... Eu queria aproveitar... é... falar sobre dois ou três assuntos rápidos - o senhor pediu rapidez, mas infelizmente é...

Eu fiz um levantamento de todos os nossos contratos, essa semana passada, quando eu fui convocado, e... eu queria aqui tentar esclarecer algumas coisas, bem rápido. [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

Fala-se tanto aí na ponte, que a ponte tem 700 milhões que tão gastando na ponte, né? Tão gastando na ponte. Eu peguei nossos contratos e atualizei pra hoje, atualizei pra hoje. Os serviços de recuperação de 92... tô dizendo os contratos que... do quais eu participei, foram seis ou sete de... seis contratos de... de recuperação... de, de manutenção e um de recuperação. Só pra ter uma ideia, os contratos de 92 até 95, a preço de hoje, nós gastamos na ponte R\$ 37 milhões. Isso dá uma média de R\$ 291 mil por mês. Isso, pra uma conservação de uma ponte dessa, isso é uma mixaria, do ponto de vista financeiro, tá?